CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

A TERRA NÃO É PLANA, MAS EXISTE UM ABISMO DEPOIS DA PERIFERIA: A IMPORTÂNCIA DO PENSAMENTO DE CLOVIS MOURA PARA A COMPREENSÃO DO RACISMO E DA SUPEREXPLORAÇÃO CONTRA A CLASSE TRABALHADORA NEGRA E PERIFÉRICA NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

Antonio Carlos Mateus Dourado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como pré-requisito para a obtenção de título de mestre em Relações Étnico-Raciais.

Orientador: Mário Luiz de Souza

Rio de Janeiro
Março/2025

A TERRA NÃO É PLANA, MAS EXISTE UM ABISMO DEPOIS DA PERIFERIA: A IMPORTÂNCIA DO PENSAMENTO DE CLOVIS MOURA PARA A COMPREENSÃO DO RACISMO E DA SUPEREXPLORAÇÃO CONTRA A CLASSE TRABALHADORA NEGRA E PERIFÉRICA NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Relações Étnico-Raciais.

Antonio Carlos Mateus Dourado

Banca Examinadora:

_____

Presidente, Professor Dr. Mário Luiz de Souza (CEFET/RJ – Orientador)

_____

Professora Dra. Kátia Regina de Souza Lima (UFF – Examinadora Externa)

_____

Professor Dr. Dyego de Oliveira Arruda (CEFET/RJ – Examinador Interno)

SUPLENTES

_____

Professora Dra. Talita de Oliveira (CEFET/RJ – Suplente Interna)

_____

Professora Dra. Zuleide Simas da Silveira (UFF – Suplente Externa)

Rio de Janeiro
Março/2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

D739 Dourado, Antonio Carlos Mateus
A Terra não é plana, mas existe um abismo depois da periferia: a importância do pensamento de Clovis Moura para a compreensão do racismo e da superexploração contra a classe trabalhadora negra e periférica no capitalismo dependente brasileiro / Antonio Carlos Mateus Dourado. — 2025.
104f. : il. color. , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2025.
Bibliografia : f. 101-104
Orientador: Mário Luiz de Souza

1. Racismo. 2. Capitalismo. 3. Negros - Condições sociais. 4. Moura, Clovis, 1925-2003. I. Souza, Mário Luiz de. (Orient.). II. Título.

CDD 305.896

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

EPÍGRAFE

O colonialismo é uma ferida
Que nunca foi tratada.
Uma ferida que dói sempre,
Por vezes infecta
E outras vezes sangra.

(GRADA KILOMBA)

Apesar das acontecências do banzo
há de nos restar a crença
na precisão de viver
e a sapiente leitura
das entre-falhas da linha-vida.
Apesar de ...
uma fé há de nos afiançar
de que, mesmo estando nós
entre rochas, não haverá pedra
a nos entupir o caminho.
Das acontecências do banzo
a pesar sobre nós,
há de nos aprumar a coragem.
Murros em ponta de faca (valem)
afiam os nossos desejos
neutralizando o corte da lâmina.
Das acontecências do banzo
brotará em nós o abraço a vida
e seguiremos nossas rotas
de sal e mel
por entre salmos, Axés e aleluias.

(CONCEIÇÃO EVARISTO)

AGRADECIMENTOS

Aos meus ancestrais (no bom lugar de onde zelam por mim), Vovó Alice, Vovô Adelino, Vovó Sebastiana, Vovô Dário, Dinda Maria, Tia Manoela, Tio Adail, Tio Daniel e todas aquelas e aqueles que roçaram o caminho para que as minhas pisadas fossem mais firmes e seguras.

Aos meus mais velhos, à minha mãe Sueli e ao meu pai Erodice, por uma vida de sacrifícios empreendidos em meu favor.

Aos meus queridos filhos, Dandara Luna e João Antonio (que são como um sol que aquece minha casa todos os dias).

À minha esposa e companheira Luana Luna, por todo apoio e motivação, sendo uma referência intelectual que me inspira cotidianamente.

Às minhas irmãs Cláudia e Xanda e ao meu irmão Dário, que sempre estiveram ao meu lado.

Ao meu amigo (professor, orientador e companheiro das lutas cefetianas) Mário Souza, que me acolheu na orfandade e me apoiou neste percurso.

À amiga e professora Kátia Lima, por todo o incentivo acadêmico e carinho com a minha família.

Ao querido professor Dyego Arruda, sempre amável e acolhedor.

Aos meus familiares, amigos e camaradas da roda da vida.

Modjubá Axé!

RESUMO

A terra não é plana, mas existe um abismo depois da periferia: a importância do pensamento de Clóvis Moura para a compreensão do racismo e da superexploração contra a classe trabalhadora negra e periférica no capitalismo dependente brasileiro

A presente dissertação tem como objetivo central compreender, a partir da contribuição intelectual do sociólogo, historiador, jornalista e poeta Clovis Moura, a relação entre o racismo, enquanto elemento superestrutural, e a estrutura social do capitalismo dependente brasileiro. E, mais especificamente, compreender a funcionalidade do racismo para o capitalismo, ampliando os conhecimentos sobre o quanto a situação socioeconômica da maioria da população negra toma maior concretude a partir de uma análise que leva em conta a totalidade social; identificando as principais características do modelo dependente e demonstrando a sua importância para o entendimento da realidade concreta da sociedade. Além disso, investigar a importância da relação raça e classe como fator predominante para a construção do conhecimento sobre o racismo e a superexploração na sociedade brasileira. A dissertação tem um caráter histórico-analítico e a pesquisa bibliográfica foi o principal recurso metodológico utilizado. A análise, partindo do método materialista histórico-dialético, buscou ir além da descrição das categorias teóricas, construindo mediações que demonstrassem a natureza da relação entre elas.

Palavras-chave: racismo; capitalismo dependente brasileiro; raça e classe; Clóvis Moura

ABSTRACT

The earth is not flat, but there is an abyss beyond the periphery: the importance of Clóvis Moura's thought for understanding racism and super-exploitation against the black and peripheral working class in Brazilian dependent capitalism

The central objective of this dissertation is to understand, based on the intellectual contribution of the sociologist, historian, journalist and poet Clovis Moura, the relationship between racism, as a superstructural element, and the social structure of Brazilian dependent capitalism. And, more specifically, understand the functionality of racism for capitalism, expanding knowledge about how much the socioeconomic situation of the majority of the black population takes on greater concreteness based on an analysis that takes into account the social totality; identifying the main characteristics of the dependent model and demonstrating its importance for understanding the concrete reality of society. Furthermore, investigate the importance of the relationship between race and class as a predominant factor in the construction of knowledge about racism and overexploitation in Brazilian society. The dissertation has a historical-analytical character and bibliographical research was the main methodological resource used. The analysis, based on the historical-dialectic materialist method, sought to go beyond the * of theoretical categories, building mediations that demonstrated the nature of the relationship between them.

Keywords: racism; Brazilian dependent capitalism; race and class; Clovis Moura

SUMÁRIO

Introdução **9**

Um breve histórico sobre a ideia de raça no pensamento social brasileiro **14**

1 Capitalismo, formação social e racismo **28**

1.1 Capitalismo: a base econômica e suas principais características **28**

1.2 Capitalismo enquanto uma formação social **37**

1.3 Capitalismo e racismo **45**

2 Capitalismo dependente: uma forma de entender a sociedade brasileira **53**

2.1 Principais características do capitalismo dependente **53**

2.1.1 O arcaico e o moderno em um modelo capitalista dependente **56**

2.1.2 Heteronomia cultural e econômica: o percurso histórico e o lugar das frações burguesas no capitalismo dependente **59**

2.1.3 Um padrão de acumulação calcado na superexploração dos subalternizados **65**

2.2 Brasil, o retrato de um país de capitalismo dependente **68**

3 O racismo enquanto uma das estruturas da sociedade capitalista dependente brasileira, a partir do pensamento de Clovis Moura **74**

3.1 - Alguns dos avanços teóricos que o pensamento de Clóvis Moura traz para o aprofundamento do debate sobre o racismo numa sociedade de capitalismo dependente. **74**

3.2 - Ressignificação do marxismo, da sociologia e do intelectual no tratamento da questão racial. **76**

3.3 - População negra e racismo no capitalismo dependente. **86**

Considerações finais **99**

Referências **100**

Introdução

> Estamos às vésperas do terceiro milênio. Vamos entrar numa época em que as ordenações sociais serão radicalmente reformuladas. Nesse processo as atuais nações atrasadas, dependentes e espoliadas, vindas do antigo sistema colonial, assumirão um papel novo, resgatando o passado de dominação. E o realinhamento social também será étnico, pois as raças não-brancas habitam por herança desse sistema as regiões espoliadas. Este é o desafio do milênio que se avizinha e que não será outro senão a realidade do socialismo em dimensão planetária.
>
> Clóvis Moura[1]

Quando decidi estudar o papel do racismo no modelo societário brasileiro, buscava compreender também, o percurso e a dinâmica experenciada por minha família em seu deslocamento da região do Médio Vale do Paraíba Fluminense para a cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Tratava-se, pois, de uma família negra que deixava, pela primeira vez, uma fazenda onde seus antepassados foram escravizados e onde, por muito tempo, trocaram sua força de trabalho apenas pelo direito de viver em um pequeno pedaço de terra que jamais lhe pertenceu. Um percurso marcado pela gripe Espanhola, pela fome, pela pobreza, pela necessidade de executar trabalhos precários (inclusive o trabalho infantil), pelo racismo e por deslocamentos constantes (da região portuária da cidade do Rio de Janeiro para o subúrbio de Madureira e de lá para a Baixada Fluminense). Essa experiência vivida por minha família representou a de centenas de milhares de outras famílias negras Brasil a fora no pós-abolição. Representou o cotidiano do negro brasileiro, violentado tanto no campo ideológico quanto nas condições concretas da vida nas zonas rurais e nas favelas e cortiços das grandes cidades.

> Em determinada fase da nossa história econômica, houve uma coincidência entre a divisão social do trabalho e a divisão racial do trabalho. Mas, através de mecanismos repressivos ou simplesmente reguladores dessas relações, ficou estabelecido que, em certos ramos, os brancos predominassem, e, em outros, os negros e os seus descendentes diretos predominassem. Tudo aquilo que representava trabalho qualificado, intelectual, nobre, era exercido pela minoria branca, ao passo que todo subtrabalho, o trabalho não qualificado, braçal, sujo e mal remunerado era praticado pelos escravos, inicialmente, e pelos negros livres após a Abolição. (Moura, 2019, p. 108)

[1] (Moura, 2020, p. 46)

Investigar como a sociedade brasileira se estruturou, saindo de um regime patriarcal escravista para um modelo econômico capitalista dependente, me parece a chave para a compreensão do racismo como elemento estruturante de uma sociedade etnocida para negros e indígenas. E, nesta direção, este trabalho pretende estudar a contribuição intelectual do jornalista e sociólogo Clóvis Moura que, ao analisar o racismo e as desigualdades sociais na sociedade brasileira, sempre posicionou a população negra como a maior vítima, mas, ao mesmo tempo, o protagonista na luta de classes e na contestação deste sistema de exploração e morte.

Nascido, criado e residindo na cidade de São João de Meriti, iniciei minha militância no Movimento Negro da Baixada Fluminense no início dos anos 90, participando da fundação e coordenação do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC). Tal experiência foi decisiva para o meu percurso acadêmico até aqui, pois a possibilidade da construção coletiva de um projeto político de Ocupação Negra das universidades públicas brasileiras que, mais tarde, representaria o início do debate sobre as políticas de cotas no ensino superior, me ajudou a compreender os determinantes históricos do racismo brasileiro e a necessidade de construção de um conhecimento científico comprometido com a superação de um modelo político e econômico violento, desigual e excludente.

Como pedagogo, formado pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atuo no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e na rede municipal de educação da cidade de Duque de Caxias. Onde, com mais de 30 anos de atuação profissional no campo do magistério, sendo dois terços deste tempo dedicados ao ensino público, pude constatar o peso das políticas de precarização da educação pública oferecida à classe trabalhadora, majoritariamente preta e periférica, e o seu papel na manutenção dos privilégios de uma burguesia brasileira heterônoma e tosca.

Em novembro de 2023, o DIEESE[2] publicou um boletim especial do Dia da Consciência Negra, produzido a partir da análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PnadC-IBGE) e relativa ao 2º trimestre de 2023, onde destacou:

> Embora representem 56,1% da população em idade de trabalhar, os negros ocupavam apenas 33,7% dos cargos de direção e gerência. Ou seja, um em

[2] Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

> cada 48 trabalhadores negros ocupa função de gerência, enquanto entre os homens não negros, a proporção é de um para 18 trabalhadores; Entre os desocupados, 65,1% eram negros. A taxa de desocupação das mulheres negras é de 11,7% - mesmo percentual de um dos piores momentos enfrentados pelas pessoas não negras, no caso, a pandemia. A taxa de desocupação dos não negros está em 6,3% no 2º trimestre de 2023; Quase metade (46%) dos negros estava em trabalhos desprotegidos. Entre os não negros, essa proporção era de 34%. Uma em cada seis (16%) mulheres negras ocupadas trabalha como empregada doméstica; Os negros ganhavam 39,2% a menos do que os não negros, em média. Em todas as posições na ocupação, o rendimento médio dos negros é menor do que a média da população." (DIEESE, 2023).

Ao nos debruçarmos, ainda que de maneira aligeirada, sobre os dados citados acima, poderemos constatar que a situação de vulnerabilidade e desvantagem da população negra, tanto no mercado de trabalho, quanto em relação ao seu rendimento médio frente ao conjunto da população brasileira, pouco se alterou desde o século XX (cabe destacar que o recorte temporal proposto até aqui, excluí o período senhorial escravista, restringindo-se ao contexto de um Brasil republicano e liberal, onde o trabalho assalariado se insere na lógica de uma sociedade competitiva de modelo capitalista dependente).

Tabela 1 - Distribuição dos ocupados por posição na ocupação, segundo cor/raça e sexo - Brasil 2º trimestre de 2023:

Posição na ocupação	Mulheres Negras - %	Mulheres não Negras - %	Homens Negros - %	Homens não Negros - %
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	32,8	37,2	38,2	39,8
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	11,1	9,7	17,8	12,4
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	3,8	2,3	0,4	0,2
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	12,0	6,6	0,7	0,5
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	1,6	2,3	0,9	1,2
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	5,3	3,9	2,5	1,6
Militar e servidor estatutário	8,9	11,1	5,7	6,7
Empregador	1,8	4,3	3,6	7,1
Conta-própria	20,1	20,7	29,2	29,7
Trabalhador familiar auxiliar	2,6	2,1	1,1	0,8
Total	100	100	100	100

Fonte: IBGE. Pnad Contínua - 2023

Analisando tais dados, constatamos também que o elemento racial se mantém como um importante marcador na divisão social do trabalho no Brasil, além de, quase sempre, determinar o lugar daqueles que estarão numa situação de maior precariedade frente aos direitos trabalhistas.

Na distribuição dos ocupados por posição na ocupação, segundo cor/raça e sexo demonstrados na tabela acima, podemos constatar que tanto nas situações sem carteira assinada quanto nos postos de trabalho de menor prestígio, o percentual de pessoas negras, em especial, das mulheres negras, se destaca. Nesta direção, constatamos que o debate sobre o racismo, tanto como um dos elementos estruturantes para o funcionamento do sistema de superexploração da força de trabalho no capitalismo brasileiro, quanto como instrumento de controle e dominação ideológica, necessário para a manutenção deste sistema, ainda se mantém atual e urgente.

Para compreendermos tal dominação, forjada pelos valores sociais herdados do regime escravista brasileiro, e modernizados para dar conta das novas necessidades do capital, com o racismo sendo uma ideologia das classes dominantes, precisamos recorrer à análise de Stuart Hall sobre o problema da ideologia.

> O problema da ideologia, portanto, concerne as formas pelas quais ideias diferentes tomam conta das mentes das massas e, por esse intermédio, se tornam uma "força material". Nessa perspectiva mais politizada, a teoria da ideologia nos ajuda a analisar como um conjunto particular de ideias passa a dominar o pensamento social de um bloco histórico, no sentido de Gramsci; e, assim, nos ajuda a unir esse bloco a partir de dentro, manter seu domínio e liderança sobre a sociedade como um todo. Está relacionada principalmente com os conceitos e linguagens do pensamento prático que estabilizam uma forma particular de poder e dominação; ou que reconciliam e acomodam as massas em seu lugar subordinado na formação social. (Hall, 2003, p. 267).

Quando tratamos do que Stuart Hall chama de “força material”[3] devemos pensar em como a ideologia de dominação racista atua na estrutura social favorecendo a burguesia e, mesmo nas camadas subalternizadas, o lugar de privilégio do branco, mesmo pobre, em relação ao negro, e o impacto da violência racial sobre a subjetividade negra,

[3] Aqui, buscamos realçar o racismo como um conjunto de ideias que atende à opressão exercida pela classe dominante, mas o conceito de Hall sobre a ideologia como força material não se reduz a isso, pois, assim como Antonio Gramsci se posiciona em relação ao marxismo, ele também destaca a existência de ideologias ligadas aos interesses da classe trabalhadora e dos grupos subalternizados, onde esse conjunto de ideias está relacionado: “aos processos pelos quais as novas formas de consciência e as novas concepções de mundo emergem, capazes de conduzir as massas em uma ação histórica contra o sistema dominante” (Hall, 2003, p. 267).

como afirma Neusa Santos (1983). De acordo com essa intelectual, o racismo no Brasil, através da ideologia do branqueamento, forja na subjetividade negra o ideal de ser branco, como forma de se inserir na sociedade competitiva brasileira. O aparente discurso de uma sociedade livre, calcada no mito da democracia racial, que dissimula a essência da realidade extremamente desigual e violenta do modelo societário brasileiro.

> O negro de quem estamos falando é aquele cujo Ideal de Ego é branco. O negro que ora tematizamos é aquele que nasce e sobrevive imerso numa ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal a ser atingido e que endossa a luta para realizar este modelo. (Souza, 1983, p.34).

Trata-se, pois, de uma ideologia que oferece o negro como culpado das mazelas sociais, colocando um alvo em suas costas (alvo para as frustações dos indivíduos frente a um projeto social excludente ou para um Estado repressor que sustenta uma autocracia burguesa), e, ao mesmo tempo, lhe inculca o sentimento de inferioridade e servidão, conduzindo-o ao auto ódio e à violência. Cujo ponto máximo desse processo, como afirma Fanon (2008), reside na rejeição da pessoa negra em ser negra, passando a abraçar o mundo branco e o ideal de branqueamento como forma de vida: “Para o negro não há senão um destino. E ele é branco. Já faz muito tempo que o negro admitiu a superioridade indiscutível do branco e todos os seus esforços tendem a realizar uma existência branca” (Fanon, 2008, p. 188). E, assim, essa ideologia de renegar as origens étnicas da população negra, ao mesmo tempo em que exalta um projeto societário supostamente aberto e livre, revestido do mito de uma democracia racial, como no caso brasileiro, será o instrumento capaz de apaziguar os conflitos de raça e classe, bloqueando a consciência crítica, o espírito revolucionário da massa subalternizada e pavimentando o caminho para a execução de um modelo político e econômico favorável às elites.

> O branqueamento como ideologia das elites de poder vai se refletir no comportamento de grande parte do segmento dominado que começa a fugir das suas matrizes étnicas para mascarar-se com os valores criados a fim de discriminá-lo. Com isso, o negro (o mulato, portanto, também) não se articulou em nível de uma consciência de identidade étnica capaz de criar uma contra ideologia neutralizadora da manipulada pelo dominador. Pelo contrário. Há um processo de acomodação a esses valores, fato que irá determinar o esvaziamento desses negros no nível da sua consciência étnica, colocando-os, assim, como simples objetos do processo histórico, social e cultural. (Moura, 2019, p. 104)

Um breve histórico sobre a ideia de raça no pensamento social brasileiro

O mundo científico e intelectual, no final do século XVIII, é marcado por uma revisão de todos os valores até ali estabelecidos. Tratou-se de uma transformação tanto da concepção do universo, antes entendido como algo estático, imutável, quanto da forma como o lugar do homem passa a ser compreendido neste espaço.

> O século XVIII e o projeto iluminista de transformação social deram impulso renovado à construção de um saber filosófico que tinha o homem como seu principal objeto. [...] O iluminismo tornou-se o fundamento filosófico das grandes revoluções liberais que, a pretexto de instituir a liberdade e livrar o mundo das trevas e preconceitos da religião, iria travar guerras contra as instituições absolutistas e o poder tradicional da nobreza. As revoluções inglesas, a americana e a francesa foram o ápice de um processo de reorganização do mundo, de uma longa e brutal transição das sociedades feudais para a sociedade capitalista em que a composição filosófica do homem universal, dos direitos universais e da razão universal mostrou-se fundamental para a vitória da civilização. (Almeida, 2019, p. 25-26).

Entretanto, na perspectiva da Europa e da América branca, essa civilização vitoriosa não incluiria todos, pois os povos desprovidos de civilidade, os primitivos, os exóticos e bestiais ainda careciam de experimentar a liberdade burguesa e liberal. E, segundo Silvio de Almeida, a Revolução Haitiana escarneceu uma contradição neste projeto burguês liberal de igualdade, fraternidade e liberdade, pois diante da luta do povo negro desta colônia francesa contra a escravidão, ficou evidente que tais direitos não seriam tão universais assim.

Ao longo do século XIX, diante da necessidade burguesa de conduzir dois estatutos sociais, um ancorado nos direitos universais, para os povos civilizados, e outro de dominação e violência, para os povos ditos primitivos subalternizados, a ideia de diferenciação dos indivíduos através do conceito de raça serve “como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania” (Almeida, 2019, p. 28).

Foi na biologia, no final do século XIX, com todo o seu teor social e político, fundamentada nos pressupostos que partem da interpretação enviesada da obra de Charles Darwin[4] para explicar o comportamento das sociedades humanas e, mais especificamente,

[4] Aqui tratamos da interpretação enviesada dos postulados elaborados por Charles Darwin na obra *A origem das espécies* de 1859, onde, a partir dos conceitos de seleção natural, competição, evolução e hereditariedade, aplicados no campo sociológico, buscou-se defender a tese da "sobrevivência dos mais aptos" nas relações sociais. Essa linha de pensamento sustentou a ideia de que certas raças e classes sociais seriam biologicamente superiores a outras, legitimando o colonialismo, a superexploração, e o racismo como política de Estado.

no determinismo racial[5], que a burguesia encontrou justificativas para as contradições de seu tempo histórico. Foi a partir da deturpação da teoria da evolução pela seleção natural e das teorias raciais, que os intelectuais liberais buscavam provar que os indivíduos não eram iguais, e que, portanto, a criminalidade, as doenças ou a pobreza nada tinham a ver com a formação socioeconômica vigente, mas sim com a herança biológica dos indivíduos racialmente degenerados. E, assim, sustentavam que os indivíduos da raça branca eram superiores, em termos intelectuais e morais, àqueles das raças não brancas, forjando uma hierarquia racial:

> A classificação da humanidade em raças hierarquizadas desembocou numa teoria pseudo-científica, a raciologia, que ganhou muito espaço no início do século XX. Na realidade, apesar da máscara científica, a raciologia tinha um conteúdo mais doutrinário do que científico, pois seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana. Gradativamente, os conteúdos dessa doutrina chamada ciência, começaram a sair dos círculos intelectuais e acadêmicos para se difundir no tecido social das populações ocidentais dominantes. (Munanga, 2003).

No Brasil, o período conhecido como Primeira República (1889-1930), caracterizou-se pela grande mobilização dos diferentes setores das classes dominantes, na busca pela implementação de políticas que levassem o país a se modernizar e constituir-se enquanto uma democracia liberal excludente. Invariavelmente, tais políticas foram profundamente influenciadas pelos pressupostos das teorias raciais do final do século XIX, amplamente difundidas no Brasil, a partir da segunda metade deste século.

Além da necessidade de se pensar um modelo de atuação política e uma concepção de Estado, tornou-se imperativo para a burguesia brasileira e os intelectuais ligados à sua ideia de mundo, naturalizando os problemas gerados no âmbito das desigualdades sociais, estabelecer uma concepção de progresso que embasasse o processo de desenvolvimento e modernização do país, dentro dos horizontes de interesses dos grupos dominantes.

Embora o discurso do recém-criado projeto republicano liberal, sinalizasse com a possibilidade de oportunidades e igualdade para todos, na prática, conduzido pelos grupos políticos de perfil cívico-militar que lideraram a destituição do império, estabeleceu-se como um regime republicano excludente que visava garantir os privilégios das classes

[5] Segundo Lilia Schwarcz (1993), o determinismo racial ou darwinismo social postulava que as raças humanas se definiam como fenômenos finais, encerrados em si mesmos, onde as características de cada uma não eram transmitidas nos cruzamentos interraciais. Além disso, a miscigenação era tida como um processo de degeneração racial e social.

dominantes e dirigentes. Com isso, a questão racial, calcada nas teorias raciais europeias, ordenariam essa concepção de mundo, tornando, desde o começo do período republicano, uma das marcas dos projetos de nação dos setores dominantes:

> Podemos afirmar que o pensamento social brasileiro, em seus mais diversos matizes ideológicos, se ocupou da questão racial, direta ou indiretamente. De fato, é uma questão crucial pensar em como uma nação pode se constituir em um país de profundas desigualdades, atravessado pelo estigma de 388 anos de escravidão. [...] O que é curioso notar é que os projetos nacionais no Brasil desde a implantação da primeira república caminharam no sentido de institucionalizar o racismo, tornando-o parte do imaginário nacional. Ou seja, o Brasil é um típico exemplo de como o racismo converte-se em tecnologia de poder e modo de internalizar as contradições. (Almeida, 2019, p. 106-107).

É neste cenário, que as teorias de cunho racial estabelecem um paradoxo: de um lado o liberalismo, fundamentado no indivíduo e em sua responsabilidade pessoal; e do outro, as teorias racistas, cujo foco coloca-se, não no sujeito, mas no grupo de estrutura biológica singular a que pertence. E, em um país marcadamente mestiço (o censo demográfico de 1890, por exemplo, indicava que 56% da população era negra ou mulata), tais teorias acabavam por inviabilizar o projeto de constituição do Estado Nacional, já que sob o ponto de vista do determinismo racial um povo cuja maioria fosse composta de pretos e pardos estaria fadado ao fracasso, devido aos atributos intelectuais e morais dessas pessoas. Nem mesmo a miscigenação com pessoas brancas daria resultado, pois segundo esse pensamento, dessa mistura resultaria na degenerescência do povo.

Entretanto, segundo Lilia Schwarcz, foi no cerne dessas contradições que os intelectuais brasileiros encontraram uma conformação para modelos tão diversos, pois:

> Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e "aperfeiçoamento", obliterando-se a idéia de que a humanidade era una. (Schwarcz, 1993, p. 18).

De tal conformação, resultado da combinação de ideologias racistas e pseudocientíficas que ganharam força ao longo do século XIX, surge a teoria do branqueamento no Brasil[6]. Tal concepção, que foi amplamente difundida no pensamento

[6] Alguns representantes do pensamento social brasileiro da época, mesmo seguindo o determinismo racial, abandonam a crítica à mestiçagem, característica dessa teoria, e passam a defendê-la como solução para se eliminar o elemento negro da sociedade brasileira e constituir uma população formada apenas por brancos brasileiros com as características fenotípicas, intelectuais e morais dos brancos europeus. Para isso, deveria existir uma política massiva de imigração europeia, com a geração de filhos entre esses europeus e pessoas negras, como também de filhos entre pessoas de pele mais clara com pessoas de pele mais escura. Desta

social do país, defendida por membros da elite intelectual brasileira, como no caso do cientistas João Batista Lacerda, diretor geral do Museu Nacional, que apresentou um estudo no Primeiro Congresso das Raças, em 1913, em Paris, sustentava que, em um século, a população brasileira seria predominantemente branca, desde que não cessassem as ações do governo na estimulação à imigração europeia e às campanhas de miscigenação, visando a diluição das características raciais negras e indígenas. E, assim, articulando políticas públicas e uma ideologia de diferenciação racial, tais ações tiveram consequências devastadoras para as populações negras e indígenas, uma vez que reforçaram os estigmas que vinham desde o período colonial, agora ditos como uma "constatação científica", perpetuando a desigualdade racial e a discriminação que ainda são tão evidentes na sociedade brasileira contemporânea.

A constituição, tanto do Estado Nacional brasileiro, em seus aspectos legais e morais, quanto da identidade étnica-cultural do país, passava, para a maioria dos intelectuais da época, pela resolução da questão da miscigenação a partir dos pressupostos deterministas de inferioridade das raças não brancas. No cerne desse debate confrontaram-se dois pensamentos racistas bastante distintos em seus métodos, mas idênticos nas suas concepções e objetivos. Para intelectuais como Sílvio Romero e João Batista Lacerda, por exemplo, a mescla de raças seria o caminho “natural” para o atingimento do “tipo brasileiro” ideal. Entretanto, tais intelectuais vislumbravam, na raça branca, o estágio final deste processo.

O projeto racial brasileiro baseado na mestiçagem revelou o desejo das elites em garantir a depuração da raça e o branqueamento da população evitando, contudo, a violência dos confrontos raciais. Esse projeto representou uma tentativa de eliminação do contingente negro da população, e foi sustentada por uma forte política de imigração de origem europeia que deveriam sempre apontar para uma miscigenação que incluísse um parceiro extremamente claro.

Apesar de ter sido esse o modelo assumido pela maioria dos intelectuais brasileiros, e inculcado no imaginário social do país ao longo de quase toda a metade do século XX, devemos destacar também a corrente do pensamento social que propôs a absolutização das diferenças dentro de um sistema segregacionista em alguns aspectos,

---

forma, com o passar do tempo, a partir da formação de novas gerações de pessoas cada vez mais claras, não existiriam mais pessoas negras ou mulatas (dessa forma eram chamados os pardos) e o Brasil teria uma formação racial capaz de promover o progresso da nação.

especialmente no tocante à responsabilidade penal e aos cruzamentos inter-raciais. Nesta perspectiva, os discursos de Raimundo Nina Rodrigues e Euclides da Cunha podem ser considerados os mais contundentes. Ambos se dedicaram a criticar veementemente qualquer proposta baseada na mestiçagem, ainda que o objetivo principal desta fosse o branqueamento da população.

Para Nina Rodrigues, a heterogeneidade racial e sua consequente mesclagem geraria um "tipo" racial sem valor algum (o mestiço), incapaz para servir tanto a raça superior quanto a inferior. As degenerações da população mestiça seriam a consequência dos defeitos herdados de suas matrizes raciais, e permitiriam um escalonamento que iria dos indivíduos inteiramente incapazes e degenerados até aqueles ditos perfeitos e superiores. Nina Rodrigues propõe "no lugar da unidade, a institucionalização e a legalização da heterogeneidade, através da criação de uma figura jurídica denominada responsabilidade penal atenuada" (Munanga, 1999, p. 54). Na obra Os Sertões (1902), Euclides da Cunha retoma a questão do perigo dos cruzamentos inter-raciais. Pois, para ele, "o Brasil não pode ser considerado como um povo, uma nação, porque é etnologicamente indefinido por falta de tradições nacionais uniformes" (Munanga, 1999, p. 58). Tais ideias, se aplicadas enquanto políticas públicas nesse período, poderiam ter determinado um sistema de segregação racial para o Brasil, que redefiniria radicalmente o debate racial até aqui colocado.

No Brasil, no início do século XX, o discurso eugênico surgiu como outra teoria capaz de responder a todas essas questões. Primeiro, por recomendar políticas de controle e disciplina sobre a população através de ações higienistas e de ordenamento do espaço social. E segundo, por admitir práticas de aperfeiçoamento e depuração da raça, tendo o branco como referência para a construção da identidade racial brasileira. A cidadania das gerações futuras dependeria do grau de branqueamento alcançado a partir das políticas eugênicas.

> Nova ciencia a eugenia consiste no conhecer as causas explicativas da decadencia ou levantamento das raças, visando a perfectibilidade da especie humana, não só no que respeita o phisico como o intellectual. Os métodos tem por objetivo o cruzamento dos sãos, procurando educar o instinto sexual. Impedir a reprodução dos defeituosos que transmitem taras aos descendentes. Fazer exames preventivos pelos quais se determina a siphilis, a tuberculose e o alcoolismo, trindade provocadora da degeneração. Nesses termos a eugenia não é outra cousa sinão o esforço para obter uma raça pura e forte.... Os nossos males provieram do povoamento, para tanto basta sanear o que não nos pertence (Brazil Médico, 1918 *apud* Schwarcz, 1993, p. 231).

As primeiras publicações sobre eugenia no Brasil, são de autoria de Erasmo Braga, Horácio de Carvalho, João Ribeiro e do Dr. Renato Kehl – um dos maiores expoentes da área e fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo. Onde, Renato Kehl, atendendo a um convite dos diretores americanos da Associação Cristã dos Moços de São Paulo, proferiu, em abril de 1917, uma conferência intitulada *"Eugenia"*, que foi publicada na íntegra no Jornal do Commercio no mesmo mês. E tal conferência foi o ponto de partida para a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo no dia 15 de janeiro de 1918, no salão nobre da Santa Casa de Misericórdia, onde já estava constituída a Sociedade de Medicina e Cirurgia. Para os membros desta Sociedade, pensar o país, implicava pensar, primeiro, o seu ideal de raça e formas de curar seus doentes (os miscigenados). A raça ideal deveria ser sem defeitos ou vícios hereditários, capaz de conduzir o Brasil a condição de nação moderna nos moldes do padrão europeu.

Como vimos, ao longo dos primeiros 30 anos da república, muitos intelectuais (apenas citando alguns expoentes como Silvio Romero, João Batista Lacerda, Roquete Pinto, Oliveira Viana, Nina Rodrigues, Tobias Barreto, Manuel Bonfim, Alberto Torres e Gilberto Freyre) mostravam-se, ainda que com abordagens muito diferentes[7], preocupados com a formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro, isto é, com a definição do brasileiro enquanto povo e do Brasil como nação.

Na contramão das teorias racistas, Manoel Bonfim e Alberto Torres propuseram uma análise criteriosa dos determinantes históricos para tentar explicar o atraso brasileiro, deslocando o debate sobre nacionalidade da esfera racial para a esfera sociopolítica.

> Nenhum dos povos contemporâneos é formado de uma raça homogênea e isto não lhe impediu de formar uma nação, moral, política e socialmente [...]. Se os indígenas, os africanos e seus descendentes não puderam "progredir e aperfeiçoar-se" isto não se deve a qualquer incapacidade inata, mas ao abandono "em vida selvagem ou miserável, sem progresso possível". (Torres, 1982 apud Munanga, 1999, p. 61).

Esses intelectuais representaram uma corrente que atacava de forma veemente o pensamento racista da época, e atribuíam o atraso no desenvolvimento do país à

[7] Manuel Bonfim, por exemplo, era contra o determinismo racial e a teoria do branqueamento, enquanto Nina Rodrigues era o grande determinista racial brasileiro, mas era contra a teoria do branqueamento. Já Euclides da Cunha, na obra Os sertões, deixa evidente a sua predileção pelo determinismo racial e geográfico. Assim como, Sílvio Romero foi o pai da teoria do branqueamento, seguido por João Batista Lacerda e Oliveira Viana, sendo esse último o maior defensor da teoria do branqueamento no início do século XX.

inoperância das elites em tratar dos problemas sociais existentes. Suas reflexões contribuíram para desmistificar a questão da inferioridade racial, reforçando a necessidade de se pensar um projeto de organização política adequado à realidade brasileira, capaz de romper com os modelos importados das nações mais antigas – "jamais chegará à idade da vida dinâmica sem fazer-se 'nação', isto é, sem formar a base estática, o arcabouço anatômico, o corpo estrutural da sociedade política" (Torres apud Munanga, 1999, p. 61).

A partir de 1930, com toda a efervescência vivida no país com as transformações políticas, sociais e econômicas, especialmente a partir de mudanças no capitalismo dependente brasileiro, movido pela industrialização, maior urbanização e aumento das contradições sociais geradas pela exploração do sistema, as teorias raciais do século XIX e do início do século XX, em especial o determinismo racial, foram perdendo gradativamente sua validade, pois fazia-se necessário pensar a identidade nacional a partir de um discurso integrador, considerando as contribuições étnico-culturais das três matrizes raciais brasileiras. E tal concepção de nacionalidade, que tem como marco inicial a o*bra Casa Grande e Senzala* do sociólogo Gilberto Freyre, de 1933, inaugurou um projeto que propôs no plano ideológico a integração harmoniosa da sociedade brasileira.

Na medida em que se complexificam as forças produtivas no capitalismo, alteram-se as formas de exploração dos indivíduos, mascarando-se os mecanismos de discriminação e opressão de classe. Neste contexto histórico brasileiro, o racismo, como um dos elementos que estruturam a opressão, foi transposto de um plano de relações mais grosseiras e brutais, para um de aparência mais refinada e "integradora", na esteira do mito de uma "democracia racial". E Frantz Fanon, ao analisar tal renovação dos mecanismos de morte e opressão no colonialismo, afirma:

> O racismo vulgar em sua forma biológica corresponde ao período de exploração brutal dos braços e das pernas do homem. O aperfeiçoamento dos meios de produção provoca fatalmente a camuflagem das técnicas de exploração do homem, e logo das formas de racismo. [...] A verdade é que o rigor do sistema torna supérflua a afirmação cotidiana de urna superioridade. A necessidade de apelar, em diferentes níveis, à adesão, à colaboração do autóctone modifica as relações num sentido menos brutal, mais nuançado, mais "culto". Aliás, não é raro ver surgir nesse estágio uma ideologia "democrática e humana". A empreitada comercial da escravização, da destruição cultural, progressivamente perde terreno para uma mistificação verbal. (Fanon, 2021, p. 74 e 76).

Contudo, os ideais de diferenciação racial que representaram o pensamento social brasileiro até a década de 30 do século XX, implementados na forma de políticas públicas

no âmbito da medicina, do direito e da educação, já estavam operando no campo ideológico, determinando, na lógica da competitividade e da violência discriminatória de um sistema capitalista dependente recém-criado, o caráter estrutural do racismo brasileiro. Tais conexões serão tratadas de forma mais aprofundada no segundo e terceiro capítulo deste trabalho, entretanto, faremos uma abordagem preliminar nos próximos parágrafos.

O papel do Estado no capitalismo é essencial: a manutenção da ordem – garantia da liberdade e da igualdade formais e proteção da propriedade privada e do cumprimento dos contratos – e a "internalização das múltiplas contradições", seja pela coerção física, seja por meio da produção de discursos ideológicos justificadores da dominação:

> Portanto, a forma com que os indivíduos atuam na sociedade, seu reconhecimento enquanto integrantes de determinados grupos e classes, bem como a constituição de suas identidades, relacionam-se às estruturas que regem a sociabilidade capitalista. (Almeida, 2019, p. 93).

Trata-se de um estatuto social mediado pela meritocracia e que é mantido "por uma combinação de violência e consenso" (Almeida, 2019, p. 96), onde a barbárie e o individualismo se estabelecem como regra entre as camadas mais exploradas, gerando a expectativa de ascensão social enquanto diminui as tensões provocadas pela própria estrutura, numa ação ideológica cujo racismo possui seu lugar de destaque:

> No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance. Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. (Almeida, 2019, p.82).

Assim, compreender como as forças produtivas, nos seus aspectos político-econômico, sociocultural e ideológico, retroalimentam o racismo ao invés de propor a sua superação, é a chave e ao mesmo tempo o grande desafio para, como afirma Clóvis Moura, a sociedade brasileira estabelecer *uma práxis social coerente* capaz de superar os quatrocentos anos de escravismo que: "foram definitivos na plasmacão do ethos do nosso país. Penetrando em todas as partes da sociedade, injetando em todos os seus níveis os seus valores e contra-valores" (Moura, 1983).

Nesta direção, este trabalho se propõe ao estudo do legado intelectual de Clóvis Moura, tendo como ponto de partida a obra *Rebeliões da Senzala* de 1959, onde o

pensamento moureano se contrapõe à ideia de uma democracia racial brasileira, inaugurada no trabalho *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre em 1933.

O sociólogo, historiador, jornalista e poeta Clovis Moura se dedicou a compreender como o racismo se constituiu numa arma de dominação ideológica que, mesmo diante da mudança de um sistema escravista senhorial para um modelo de capitalismo dependente, preservando os valores e traços coloniais, foi capaz de determinar, até hoje, o lugar de subalternidade dos negros e indígenas no imaginário social brasileiro:

> E, por isto mesmo, os quatrocentos anos de escravismo foram definitivos na plasmação do ethos do nosso país. Penetrando em todas as partes da sociedade, injetando em todos os seus níveis os seus valores e contra-valores, o escravismo ainda hoje é um período de nossa história social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma práxis social coerente. (Moura, 1983, p. 123).

Cabe destacar que o que Clóvis Moura chama de práxis social coerente, no conjunto de sua obra, vai se revelar como a necessidade de uma práxis antirracista e revolucionária, onde o negro está no centro do enfrentamento a um sistema de superexploração da força de trabalho (e uma vez que o racismo foi e é funcional para a manutenção de tal estrutura), o capitalismo brasileiro.

A relevância deste trabalho está na importância de investigarmos o pensamento de um intelectual que contribuiu, de forma relevante, para a construção do conhecimento sobre as relações raciais e as condições da população negra, a partir da relação entre raça e classe e do capitalismo com o racismo. Principalmente na conjuntura atual, marcada pelo predomínio de uma abordagem culturalista e de um antirracismo liberal, na abordagem dos problemas raciais e da luta pela emancipação da população negra brasileira. Nesse momento em que os elementos etnoculturais são apropriados e apresentados como mercadoria pronta para o consumo, nossa tarefa é a de apresentar subsídios para uma reflexão mais ampla sobre o racismo e a luta antirracista integrada à luta de classe, como forma de enfrentar o preconceito e o etnocídio praticado contra o povo negro no Brasil e contribuir para a transformação estrutural da sociedade e a emancipação da população negra.

O objetivo central desta proposta será o de compreender, a partir da contribuição intelectual de Clóvis Moura, a relação entre o racismo e a estrutura capitalista dependente brasileira. E, mais especificamente, compreender a funcionalidade do racismo para o

capitalismo, ampliando os conhecimentos sobre o quanto a situação socioeconômica da maioria da população negra toma maior concretude a partir de uma análise que leva em conta a totalidade social; identificando as principais características do modelo dependente e demonstrando a sua importância para o entendimento da realidade concreta da sociedade. Além disso, investigar a importância da relação raça e classe como fator predominante para a construção do conhecimento sobre o racismo na sociedade brasileira.

Essa dissertação tem um caráter histórico-analítico e a pesquisa bibliográfica foi o principal recurso metodológico utilizado. A análise, partindo do método materialista histórico-dialético, buscou ir além da descrição das categorias teóricas, construindo mediações que demonstrassem a natureza da relação entre elas. Assim, primeiramente, na pesquisa bibliográfica em torno de parte da obra de Clóvis Moura, tendo como fontes primárias os livros Rebeliões da Senzala; Sociologia posta em questão; As injustiças de Clio; Brasil: as raízes do protesto negro; O negro: de bom escravo a mau cidadão? Sociologia do negro brasileiro; Dialética Radical do Brasil Negro; e Racismo e luta de classes no Brasil. Visando aprofundar e subsidiar as nossas análises e reflexões sobre o pensamento de Clovis Moura, faremos uso dos trabalhos de alguns especialistas na obra desse teórico, tais como: Érika Mesquita, Cristiane Sabino, Dennis Oliveira, Márcio Farias e Fábio Nogueira.

A revisão bibliográfica no âmbito deste trabalho está relacionada a comunicação apresentada por Clóvis Moura no 11º Congresso de Cultura Negra das Américas em 1980, onde recorremos à sua análise sobre de que formas as forças produtivas, numa sociedade de capitalismo dependente em substituição ao escravismo colonial, retroalimentam o racismo ao invés de propor a sua superação. E que, mesmo diante da mudança de um sistema escravista senhorial para um modelo de burguesia dependente, preservam-se os valores e traços coloniais e racistas.

Seguindo os objetivos expostos, a dissertação será dividida em três capítulos, onde a obra de Clóvis Moura será a nossa principal referência, mas em permanente diálogo como os trabalhos de outros intelectuais, visando a compreensão da relação entre o racismo e o modelo capitalista dependente brasileiro. Desta forma, descrevemos resumidamente a estrutura dos capítulos:

- Capítulo 1 – Capitalismo, formação social e racismo
- 1.1 – Capitalismo: a base econômica e suas principais características.

Recorrendo ao legado intelectual de Karl Marx, serão abordadas as características definidoras do capitalismo enquanto um modo de produção, a partir da dimensão da estrutura econômica, notadamente o predomínio da propriedade privada dos meios de produção, da mercantilização da sociedade e da mão de obra livre e assalariada, com seus reflexos sobre a sociedade, em especial o processo de exploração e expropriação visando a acumulação de capital e posse da maioria da riqueza socialmente produzida, pela burguesia.

- 1.2 – Capitalismo enquanto uma formação social

Tendo como princípio o método do materialismo histórico, esse subitem abordará a relação entre estrutura e superestrutura no sistema capitalista, de forma orgânica, demonstrando o quanto os aspectos estruturais do capitalismo para se reproduzir dentro da lógica de acumulação, idealizado pela burguesia, requisita toda uma estrutura ideológica que direcione as formas de consciência e da sociabilidade predominantes. Com essa relação sendo abordado fora dos marcos do economicismo, mostra o quanto o entendimento do capitalismo não deve se restringir aos seus aspectos econômicos e nem esses vistos de maneira determinista. Para o entendimento do capitalismo, devemos estudá-lo enquanto uma totalidade social, uma formação social em que a dimensão econômica e extraeconômica forma um sistema orgânico.

- 1.3 – Capitalismo e racismo

Estabelecendo a relação entre os dois subitens descritos acima, e lançando mão das obras de Frantz Fanon, Lélia Gonzalez, Octávio Ianni, Kabengele Munanga, Stuart Hall, Neusa Santos e Silvio Almeida, esse subitem terá por objetivo específico demonstrar a funcionalidade da ideologia racista e do estabelecimento das práticas estruturais racista para o capitalismo. Nesse sentido, será abordado a relação entre teorias raciais e processos históricos da formação e das fases do capitalismo. Questões como a visão dos filósofos do iluminismo, no século XVII e século XVIII, sobre a raça e dos intelectuais, do século XIX e XX, que forjaram as teorias raciais que deram base ao chamado racismo científico e outras formas de racismo, serão trabalhadas buscando demonstrar o quanto legitimaram processos de dominação, exploração e expropriação, movidos pela burguesia, em fases do capitalismo como o período da acumulação primitiva do capital, o imperialismo e o capitalismo no século XX.

- Capítulo 2 – Capitalismo dependente: uma forma de entender a sociedade brasileira.

- 2.1 – Principais características do capitalismo dependente.

Para analisarmos os modelos de capitalismo dependente na América Latina, o forte controle político e econômico externo e as tensões sociais forjadas pelos privilégios e pela violência das elites no controle da sociedade de classes, recorreremos aos trabalhos dos intelectuais Florestan Fernandes, Miriam Limoeiro Cardoso, Jacob Gorender, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Kátia Lima, Mário Souza, Marcelo Carcanholo e Mathias Luce.

Para esta tarefa, vamos buscar demonstrar as principais semelhanças e diferenças entre o capitalismo dependente periférico e o modelo nos países capitalistas centrais. Pois em termos de semelhanças, duas questões são nucleares. Em primeiro lugar, as estruturas básicas que definem qualquer formação social capitalista: domínio dos meios de produção na forma privada nas mãos da burguesia; a mercantilização total da sociedade; o lucro como fator central das atividades econômicas; o predomínio de uma mão de obra livre e assalariada. Em segundo, o predomínio de relações sociais baseadas numa concepção de mundo que venham ao encontro dos interesses da classe dominante, possibilitando, assim, as condições ideológicas que favoreçam a reprodução da acumulação de capital, especialmente com a naturalização do processo de mercantilização da sociedade, da pobreza, da privatização da maioria dos meios de produção e das formas de entender a realidade a partir do ponto de vista capitalista.

Buscando estabelecer as diferenças entre o modelo hegemônico e o periférico, vamos apresentar três características definidoras do capitalismo dependente: a superexploração sobre a força de trabalho; a relação entre o arcaico e o moderno; a dependência das classes dominantes nos países de capitalismo dependente com relação aos grandes centros hegemônicos do capitalismo mundial. Num cenário onde a concentração de renda, a exploração sobre a massa trabalhadora e a exclusão social não são um aspecto conjuntural ou episódico do capitalismo dependente, mas a contradição resultante de sua estrutura e o objetivo central deste modelo.

- 2.2 – Brasil, o retrato de um país de capitalismo dependente

A partir dos marcos teóricos do capitalismo dependente, nesse subitem vamos demonstrar as questões da inserção do Brasil nas divisões internacionais do trabalho, que

marca a inserção do país no sistema capitalista mundial; a relação entre o arcaico e o moderno, com a manutenção e modernização de aspectos que remontam o período colonial, como o latifúndio, o patriarcado e o racismo (nesse caso, versaremos sobre as teorias raciais no Brasil e as transformações das abordagens sobre o racismo); a aviltante concentração de renda como também a exploração, a expropriação e a exclusão sobre a classe trabalhadora e os grupos subalternizados, tanto pela lógica de acumulação de capital quanto através da detenção da classe dominante sobre a privatização do Estado, dificultando o estabelecimento de políticas públicas voltados para resolução dos problemas socioeconômicos da população.

Dedicaremos o último capítulo à apresentação do pensamento moureano, onde Clóvis Moura será interpretado a partir de suas contribuições como um intelectual orgânico da população negra que sempre apresentou o negro como protagonista na luta de classes no Brasil (Moura, 2020) e denunciou o apagamento desse protagonismo na história (Moura, 1990) de enfrentamento à barbárie da escravidão e ao racismo estrutural brasileiro, confrontando o mito da democracia racial e buscando compreender os mecanismos de repressão e de controle criados pela elite brasileira sobre as organizações e manifestações culturais negras, desenvolvendo uma análise das categorias de grupos específicos e grupos diferenciados numa sociedade competitiva (Moura, 2021). Além disso, vamos analisar como questionou o papel da sociologia academicista como um instrumento para a consolidação de um projeto de nação excludente e desigual, apresentando uma sociologia da práxis (Moura, 1978) como alternativa radical de transformação social. E ainda, como analisou a relação entre as camadas negras em disputa e os mecanismos de organização e resistência cultural (Moura, 2020).que garantiram, a partir de uma práxis negra, a sobrevivência da comunidade frente a violência e a marginalização que lhe foi imposta pela cultura ocidental-cristã e capitalista brasileira.

- Capítulo 3 – O racismo enquanto uma das estruturas da sociedade brasileira a partir do pensamento de Clovis Moura.

Alguns dos avanços teóricos que o pensamento de Clóvis Moura traz para o aprofundamento do debate sobre o racismo numa sociedade de capitalismo dependente, de modo que, o capítulo três estará dividido nas seguintes seções:

- 3.1 - Ressignificação do marxismo, da sociologia e do intelectual no tratamento da questão racial.
- 3.2 - População negra e racismo no capitalismo dependente.

Considerando a atualidade do pensamento de Clóvis Moura, que por si só justifica o esforço deste trabalho, tentaremos estabelecer as conexões entre as análises apresentadas em suas obras e as novas faces do racismo estrutural brasileiro, tanto no aspecto de sua funcionalidade para a apropriação e expropriação capitalista, quanto no campo ideológico, onde serve como justificativa para a violência e as desigualdades produzidas contra a classe trabalhadora.

1 – Capitalismo, formação social e racismo

> Hoje não dá mais pra sustentar posições culturalistas, intelectualistas, coisas que tais, e divorciadas da realidade vivida pelas massas negras. Sendo contra ou a favor, não dá mais pra ignorar essa questão concreta, colocada pelo MNU: a articulação entre raça e classe.
>
> Lélia Gonzalez[8]

1.1 – Capitalismo: a base econômica e suas principais características

Inicialmente, pretendemos descrever as estruturas básicas que definem qualquer formação social capitalista: o domínio dos meios de produção na forma privada nas mãos da burguesia; a mercantilização total da sociedade; o lucro como fator central das atividades econômicas; o predomínio de uma mão de obra livre e assalariada.

Para compreendermos como se estabeleceu o domínio privado dos meios de produção por parte da burguesia na Europa, vamos recorrer às análises de Karl Marx em torno da chamada acumulação primitiva de capital. Um processo histórico, "anterior à acumulação capitalista [...], uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida" (Marx, 2013, p. 753). Falamos aqui do final do século XV e início do século XVI, onde parte da Europa testemunha o desmoronamento do sistema produtivo feudal, com a dissolução das vassalagens, da agricultura comunal e a pauperização do campesinato, cujo escombros servirão de base para a estrutura econômica da sociedade capitalista.

Marx (2013) vai utilizar o exemplo clássico da Inglaterra do início do século XV, onde a servidão feudal já não existia e a grande maioria da população era composta por trabalhadores rurais livres, alguns assalariados independentes e outros assalariados eventuais. Qual seja, o independente, que era uma espécie de arrendatário, pois além do salário, recebia uma porção de terra na qual poderia produzir para sua subsistência, e o assalariado eventual que, em seu tempo livre, vendia a sua força de trabalho para os grandes proprietários rurais.

---

[8] (Gonzalez, 2022, p. 81)

Neste contexto histórico, a Inglaterra vai conhecer uma revolução agrícola, com a expansão da manufatura de lã, onde a elevação dos preços deste produto fará eclodir a violência no campo, com a expulsão dos trabalhadores agrícolas, a destruição de suas casas e lavouras e a expropriação das terras comuns ou propriedades comunais para o estabelecimento de pastagens para ovelhas. Assim, a usurpação promovida pela burguesia inglesa prosseguirá até o fim do século XVIII, inclusive, com a tomada de terras da Igreja e do próprio Estado.

Essa realidade de expropriações e de violências contra os pequenos produtores agrícolas ocorrerá em parte da Europa, com nuances diversas e em períodos históricos diferentes, mas, invariavelmente, representarão o surgimento da moderna propriedade privada e os grandes deslocamentos de trabalhadores que, expulsos de suas terras e sem condições de garantir a subsistência de suas famílias, engrossarão o contingente proletário à disposição da grande burguesia industrial, como ocorreu, por exemplo, na Inglaterra, no final do século XVIII. Assim, "o processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador. O progresso consistiu numa metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista" (Marx, 2013, p. 755)

A pilhagem colonial e a escravidão na América serão outros elementos fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo europeu. Pois, segundo Marx, a gênese do capitalismo industrial também está na concentração de capital garantida pelo saque e asfixia promovida pelas metrópoles europeias nas colônias no Novo Mundo. Esse acúmulo de capital obtido no mercantilismo e controlado por uma classe burguesa comercial é que poderá garantir o desenvolvimento tecnológico, a industrialização e o surgimento de uma burguesia industrial.

Outro elemento importante neste processo foi a produção de algodão no Sul dos EUA para o abastecimento da Inglaterra, visto que a principal indústria da I Revolução Industrial foi a têxtil. Ainda que os EUA já não fosse uma colônia Inglesa, foi a força do trabalho escravo nas fazendas produtoras de algodão que, segundo Marx, se constituiu em um dos fatores centrais no processo de acumulação de capital, seja pela natureza da força de trabalho, seja pela rentabilidade do tráfico negreiro.

Além disso, a produção agropecuária latino-americana, abastecendo a Europa no curso do século XIX, permitiu que a região se dedicasse na especialização de parte de sua

sociedade às atividades exclusivamente industriais e, assim, fomentasse uma classe operária de perfil urbano, dedicada à indústria e aos serviços.

> O sistema colonial fez prosperar o comércio e a navegação. As sociedades dotadas de monopólio, de que já falava Lutero, eram poderosas alavancas de concentração do capital. As colônias asseguravam mercado às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio, uma acumulação acelerada. As riquezas apresadas fora da Europa pela pilhagem, escravização e massacre refluíam para a metrópole, onde se transformavam em capital. A Holanda, que, pela primeira vez, desenvolveu plenamente o sistema colonial atingira, em 1648, o apogeu de sua grandeza comercial. [...] Então, o sistema colonial desempenhava o papel preponderante. Era o "deus estrangeiro" que subiu ao altar onde se encontravam os velhos ídolos da Europa e, um belo dia, com um empurrão, joga a todos eles por terra. Proclamou a produção da mais-valia último e único objetivo da humanidade. (Marx, 2013, p. 780-781).

No caso dos países de modelo capitalista dependente e, mais especificamente no Brasil, caracterizado por uma sociedade heterônoma em relação às nações capitalistas hegemônicas, como veremos mais adiante, o controle dos meios de produção também se encontram nas mãos de uma classe burguesa que se constituiu como uma minoria dominante, contudo, o percurso histórico que explica o fortalecimento deste segmento social tem sua gênese na formação das sociedades coloniais latino-americanas subalternizadas, primeiro ao eixo Ibérico (Portugal e Espanha) e depois, na expansão capitalista, onde o estatuto colonial perde a sua função e os vínculos deixam de ser jurídicos passando a ser econômicos, ao imperialismo exercido por Inglaterra e EUA.

No contexto brasileiro, onde o escravismo se constituiu em um modo de produção pré-capitalista e o fim da hegemonia de Portugal não representou o fim do colonialismo, mas sim a remodelagem deste sistema de dominação como vimos anteriormente, o poder de decisão política interno pós independência passará a ter uma forte influência da oligarquia agrária, representada pelo segmento senhorial escravista. Cabe destacar, que a burguesia local, seja o produtor artesanal (inserido na rede mercantil interna) ou o negociante (que vendia mercadorias importadas ou atuava na especulação de valores), permaneceu sufocada enquanto uma classe social capaz de interferir nos desígnios da nação neste período.

Contudo, a influência do senhor de engenho, enquanto limitado pelo controle da Metrópole e cumprindo o seu papel originário de agente desbravador e de capataz da colônia, detentor de um poder econômico ainda reduzido frente ao que era absorvido pela Coroa Portuguesa e pelos mecanismos de financiamento e negociação da produção agropecuária, não foi capaz de assegurar uma acumulação de capital que pudesse

engendrar novos sistemas produtivos, garantindo o desenvolvimento de um projeto autônomo de nação. Pois, segundo Florestan Fernandes:

> [...] o sistema colonial organizava-se, tanto legal e política, quanto fiscal e financeiramente, para drenar as riquezas de dentro para fora. Por isso, ele não previa, senão dentro de limites muito estreitos e tênues, condições institucionais apropriadas para a organização interna do fluxo da renda. [...]. No fim, o que ficava nas mãos do produtor colonial não era um excedente gerado por esta forma de capitalização; mas constituía, literalmente, uma espécie de remuneração (em dinheiro, em crédito ou em outros valores) à parcela da apropriação colonial que não era absorvida pela Coroa e pelas companhias ou agências comerciais. (Fernandes, 2006, p. 13-14).

Somente após a ruptura do pacto colonial, com a independência política do Brasil frente à Portugal, em um percurso lento e acidentado, ocorrerá a expansão da grande lavoura e um crescimento econômico, especialmente nas regiões envolvidas no ciclo da produção do café. Tal crescimento será decisivo na constituição de um Estado Nacional e na acumulação dos móveis capitalistas que engendrarão novos modelos de produção, o crescimento das áreas urbanas e o fortalecimento da classe burguesa brasileira.

Assim se estabeleceu uma reformulação das práticas e valores tradicionais, sem representar com isso a eliminação do arcaico no moderno (Fernandes, 2006), tanto no aspecto da superexploração quanto da violência e coerção contra as massas subalternizadas.

E sobre essa mudança do eixo de decisão política e ascensão econômica da burguesia nacional, que Florestan chama de "recomposição das estruturas de poder" e que ocorreram lentamente "com um quarto de século de atraso, quanto às datas de referência que os historiadores gostam de empregar — a Abolição, a Proclamação da República e as inquietações da década de 1920" (Fernandes, 2006, p. 200), a professora Miriam Limoeiro afirma:

> A oligarquia não perdeu a base de poder de que dispunha. De fato, a burguesia se soma à oligarquia agrária, operando apenas um deslocamento do poder decisório, da oligarquia "tradicional" para oligarquia "moderna". Assim se dá a consolidação conservadora de dominação burguesa no Brasil. (Limoeiro, 1987, p. 244).

Para Clóvis Moura (2020), o processo de formação de uma burguesia nacional nos moldes clássicos foi inviabilizado no Brasil pela forma subordinada, emergencial e fraturada como se deu a transição entre o regime escravista e o modelo capitalista. Pois o grande número de escravizados (que mesmo com o declínio do regime, contava com uma

imensa população de libertos marginalizados e largados a própria sorte), o longo período de predomínio do escravismo tardio (o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão) e a atuação predatória das nações hegemônicas, que passaram a exercer sua influência subjugando a economia e a política nacional, aplicando capitais para um desenvolvimento desigual em áreas estratégicas para o capitalismo monopolista internacional, garantiu a modernização de determinados setores (especialmente nas zonas urbanas, onde os meios de produção ficaram sob o domínio de uma burguesia local, mas de forma heterônoma) e, ao mesmo tempo, a manutenção de estruturas arcaicas como os latifúndios e as oligarquias rurais.

Após essa abordagem inicial, onde buscamos caracterizar do domínio dos meios de produção na forma privada nas mãos da burguesia, tanto no contexto europeu, quanto no caso brasileiro, vamos descrever outras duas estruturas basilares de uma sociedade capitalista, que são: a mercantilização das relações sociais ou, como propõe Marx (2010), a forma como o fetichismo da mercadoria se constitui numa força que exerce controle sobre os seres humanos e redefine, de maneira impessoal, as relações entre os produtores de tais mercadorias; e o lucro como fator central das atividades econômicas, ancorado na exploração da força trabalho.

A mercantilização total da sociedade no sistema capitalista, será explicada pela lógica como as relações sociais se darão, não entre as pessoas ou produtores, mas entre os produtos como mercadorias que elas compram e/ou vendem. Tais relações são entendidas como naturais, mas, na verdade, são as "formas de aparência" objetivas das relações econômicas no capitalismo. Uma aparência que oculta a realidade, a essência das relações sociais dominantes.

> A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho social total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do deu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. (Marx, 2010, p. 94).

A realidade do trabalho social dissimulada pelos valores das mercadorias, o sentido dado aos objetos que passam a dominar os indivíduos e as relações entre esses indivíduos, são elementos que alienam o trabalho e os trabalhadores. Representam a reificação da divisão social do trabalho, onde os sujeitos desempenham papéis

específicos, desconhecendo as conexões e a totalidade do processo produtivo. Assim o capitalismo se apresenta, dissimulado e disfarçado, onde o dinheiro surge como forma objetificada do trabalho, onde os salários ocultam a exploração do trabalhador na extração da mais-valia por parte do dono dos meios de produção.

> A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso, não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à autoexpansão do capital. (Marx, 2013, p. 532).

Nessa direção, veremos como o lucro se constitui na principal estrutura do sistema para explicar a exploração capitalista. Será através dele que o burguês, dono do meio de produção, irá extrair a mais-valia. O lucro, segundo Marx (2010), representa a "forma metamorfoseada" da mais-valia, isto é, a dissimulação daquilo que é apresentado como o excedente em relação ao que se gastou para produzir e o que se ganhou com a venda da produção. Tal dissimulação é construída quando o cálculo dos ganhos é feito com base na totalidade do capital acumulado (incluindo aí a aquisição dos meios de produção) e não apenas com base no capital variável investido (custo da contratação da mão de obra), onde o que se considera lucro, na verdade, esconde a mais-valia obtida exclusivamente com a exploração do trabalho desempenhado pelos operários. E, sobre isso, Marx afirma que "a taxa da mais-valia é, por isso, a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista" (Marx, 2010, p.254)

Ainda, segundo Marx, a mais-valia, que "se confunde geralmente com a taxa de juros", embora seja a expressão matemática exata do processo de exploração do trabalhador, "não exprime (...) a magnitude absoluta dessa exploração" (Marx, 2010).

> Se o trabalho necessário = 5 horas e a mais-valia = 5 horas, o grau de exploração será de 100%. Mediu-se com 5 horas a magnitude da exploração. Mas se o trabalho necessário = 6 horas e a mais-valia = 6 horas, o grau de exploração continua a ser de 100%, enquanto a magnitude da exploração aumenta de 20%, de 5 para 6 horas. (Marx, 2010, p. 254).

Como vimos anteriormente, a mais-valia será extraída pelo dono dos meios de produção a partir da exploração da força de trabalho na geração de produtos e serviços que, posteriormente, serão transformados em mercadorias para um mercado de compra e venda. Contudo, para tanto, será necessário que o trabalhador venda essa força de trabalho em troca de dinheiro. Na lógica do sistema capitalista, como os produtos do trabalho se

tornam mercadorias, coisas sociais, como afirma Marx, a força de trabalho do trabalhador também aparece no mercado como uma mercadoria.

> O que caracteriza a época capitalista é adquirir a força de trabalho, para o trabalhador, a forma de mercadoria que lhe pertence, tomando seu trabalho a forma de trabalho assalariado. Além disso, só a partir desse momento se generaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho. (Marx, 2010, p. 200).

Marx vai demonstrar como a extração da mais-valia vai impulsionar o desenvolvimento tecnológico e a reorganização do processo produtivo, ao mesmo tempo em que aprofunda a exploração do trabalho. Assim, nos apresenta as duas formas de extração da mais-valia: a absoluta e a relativa. De modo que, a mais-valia absoluta se baseia na extensão da jornada de trabalho, onde o trabalhador, além de produzir o suficiente para cobrir o valor de sua força de trabalho (trabalho necessário), trabalha por mais tempo, gerando um excedente que é apropriado pelo capitalista. Essa forma de extração da mais-valia é considerada o "fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais-valia relativa" (Marx, 2013, p. 533). Enquanto, a mais-valia relativa surge com o desenvolvimento do capitalismo e se baseia no aumento da produtividade do trabalho. Através de avanços tecnológicos e novas formas de organização do trabalho, o tempo necessário para produzir o equivalente ao salário do trabalhador diminui, prolongando, assim, o tempo dedicado ao trabalho excedente.

> Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. (Marx, 2013, p. 533).

Um outro aspecto observado por Marx é a interdependência entre mais-valia absoluta e relativa, onde,

> A mais-valia relativa é absoluta por exigir a prolongação absoluta da jornada de trabalho além do tempo necessário à existência do trabalhador. A mais-valia absoluta é relativa por exigir um desenvolvimento da produtividade do trabalho que permita reduzir o tempo de trabalho necessário a uma parte da jornada de trabalho. (Marx, 2013, p. 534).

Embora nos pareça não existir um grande contraste entre mais-valia absoluta e relativa, será no estabelecimento do capitalismo como modo geral de produção que, segundo Marx (2013), considerando a necessidade de manter o salário no nível do valor da força de trabalho (se o salário cair abaixo desse valor, a reprodução da força de trabalho fica comprometida) e diante da necessidade de elevação da taxa de mais-valia, a diferença

entre ambas fica evidente. Pois, se a produtividade e a intensidade do trabalho permanecem constantes, a única forma de aumentar a mais-valia é aumentando o tempo de trabalho. Isso significa estender a jornada de trabalho para além do tempo necessário para repor o valor da força de trabalho, aumentando assim o tempo dedicado ao trabalho excedente e, consequentemente, a mais-valia absoluta. Contudo, mantendo a jornada de trabalho constante, o aumento da taxa de mais-valia só é possível através do aumento da produtividade ou da intensidade do trabalho. E com o aumento da produtividade, o tempo necessário para produzir o equivalente ao valor da força de trabalho diminui, liberando mais tempo para a produção de mais-valia. Isso significa que a proporção entre trabalho necessário e trabalho excedente se altera em favor do segundo, aumentando a mais-valia relativa.

A extração da mais-valia, além de ser o fator que nos ajuda a explicar a identidade exploratória do capitalismo, definirá como o sentido do trabalho é apropriado e sujeitado pelo sistema. E, desta forma, Marx vai diferenciar dois momentos nesse processo: a subordinação formal do trabalho ao capital e a sua sujeição real.

Na subordinação formal, o trabalhador, embora de inserido na lógica capitalista de produção e na condição de assalariado, mantém a consciência e o controle sobre o processo de seu trabalho, onde, a essência deste permanece a mesma e ele é o detentor da técnica de produção. Marx vai relacionar tal realidade à situação dos produtores independentes que exerciam seus ofícios ou lavravam a terra com métodos tradicionais ou antigos no final da Idade Média (Marx, 2013).

Já na sujeição real, o capital assume o controle total do processo produtivo, onde a tecnologia e a automação ditam o ritmo e a forma de trabalho, tornando-o abstrato e alienado. O trabalhador torna-se um mero apêndice da máquina e suas habilidades individuais perdem relevância. Trata-se da desapropriação completa do saber produtivo do trabalhador, onde ele torna-se mais uma peça substituível na engrenagem.

> A produção da mais-valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital. (Marx, 2013, p. 533).

Marx (2013) também menciona a existência de formas intermediárias de exploração que antecedem a dominação completa do capital sobre o trabalho. Como no caso dos produtores agrícolas independentes do final da Idade Média, que eram

explorados pela figura do comerciante. Onde tal realidade, embora não constituísse um modo de produção capitalista, lhe serviu de transição. Ou ainda, como no caso dos artesãos ou mestres de ofício, por exemplo, que deixam de trabalhar para si mesmos, ficando, agora, sob o controle do capitalista em troca de um salário.

Cabe destacar que, no exemplo mencionado anteriormente, embora os trabalhadores tenham total domínio do processo, basta a mera subordinação formal do trabalho ao capital para a produção da mais-valia absoluta (Marx, 2013).

O predomínio de uma mão de obra livre e assalariada é uma outra estrutura básica de uma sociedade capitalista, e que consiste na liberdade que o trabalhador tem para vender a sua força de trabalho em troca de uma quantia – o salário, valor corresponde a venda de uma quantidade dessa força.

> O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio. Embora a forma desses meios possa variar, é determinada sua quantidade num tempo dado de uma dada sociedade, justificando-se, nessas condições, considerá-la magnitude constante. O que muda é o valor dessa quantidade. Há dois outros fatores que influem no valor da força de trabalho. Um, os custos de sua formação, que variam com o modo de produção; outro, a diversidade natural, a diferença entre as forças de trabalho dos homens e das mulheres, dos menores e dos adultos. (Marx, 2013, p.544).

O salário representa a única forma do trabalhador garantir a manutenção da sua capacidade produtiva e os meios de subsistência para si e sua prole. Entretanto, a expressão mão de obra livre, no contexto de uma sociedade capitalista é uma falácia, pois a classe trabalhadora não possui nada, a não ser a sua força de trabalho. E na lógica de uma formação social onde tudo (natureza, vida e trabalho) é mercadoria, onde a vida se sustenta entre o que se compra e o que se vende, não tendo o trabalhador o que vender, a não ser a sua força de trabalho, ele o faz para sobreviver. O operário, na relação contratual com o dono dos meios de produção, realmente é livre para vender ou não a sua mão de obra em troca de uma quantia, contudo, trata-se do que Marx chama de dupla liberdade, isto é, ele é livre para vender a sua força de trabalho ou livre para morrer de fome.

> Assim, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado enquanto for e por ser oferecida ou vendida como mercadoria pelo seu possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. A fim de que seu possuidor a venda como mercadoria, é mister que ele possa dispor dela, que seja proprietário livre de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. (...) o possuidor da força de trabalho venda-a sempre por um tempo determinado, pois, se a vender de uma vez por todas, vender-se-á a si mesmo, transformar-se-á de homem livre em escravo, de um vendedor de mercadoria em mercadoria. (Marx, 2010, p. 198).

Como observado por Marx, será na venda da sua mercadoria em forma de força de trabalho que o trabalhador livre se distinguirá do escravizado. Contudo, será através da exploração dessa força de trabalho do outro que o capitalista, através da extração da mais-valia, fará acumular e expandir o capital. E, como veremos no próximo capítulo desta dissertação, ainda que preservadas todas as diferenças históricas entre essas formas de exploração, será na submissão desses sujeitos a uma lógica de compressão extrema do consumo necessário à reprodução de sua força de trabalho que se verificará o caráter da superexploração dos modelos capitalistas dependentes na América Latina.

1.2 – Capitalismo enquanto uma formação social

Para compreendermos o capitalismo enquanto uma formação social, partiremos da concepção de sociedade em Marx, onde, primeiro, parte-se da noção de que os seres humanos vivem em sociedade porque a sua própria existência e os frutos de suas ações são um ato social, numa ideia que não opõe indivíduo e sociedade, pois trata-se de um fenômeno que está para além do aspecto individual. Em seguida, considera-se a indissociabilidade entre homem e natureza, pois a base real de todas as atividades humanas, ainda que transformadas e desenvolvidas num percurso histórico, é o ambiente natural. E, assim, na produção e reprodução da vida material pelo trabalho e pela procriação, na garantia da existência humana, sociedade e natureza se conectam. O homem, através do seu trabalho e de forma coletiva, aprende e ensina às futuras gerações as técnicas para o controle e a extração dos recursos naturais necessários à vida, em um processo histórico que resulta na criação e modificação das relações sociais entre os seres humanos.

> Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com a sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (Marx, 2010, p.211).

Segundo Marx, "não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência" (Marx, 2003, p. 5), portanto,

no conjunto das produções sociais necessárias à garantia da sua existência, os homens complexificam as relações de produção, desenvolvendo tecnologias e mecanismos de organização das forças produtivas. Assim, como consequência deste desenvolvimento, desenvolve-se também as formações sociais, ou seja, estrutura-se a vida em sociedade, as relações políticas e a produção intelectual. Em um cenário, onde as forças produtivas constituem-se na estrutura econômica desta sociedade, agenciando um arcabouço jurídico e político necessários à sua regulação, mas, também, em determinado nível de desenvolvimento e de consciência social, revelando as contradições e tensões oriundas destas relações sociais. E, assim, as sociedades só tomam consciência de si quando buscam explicar as contradições e conflitos gerados nas relações de produção, no processo de desenvolvimento de suas forças produtivas. Pois, segundo Marx, um modelo societário só se extingue quando se desenvolvem todas as forças produtivas que ele contém e, consequentemente, quando todos os seus conflitos e possibilidades de resolução se desvelam. Neste sentido, Marx afirma que a sociedade burguesa é o último estágio, num cenário de esgotamento, de uma progressiva formação econômica na história.

> A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas consequências. (Marx, 2003, p. 5).

O modelo societário capitalista se tornará predominante a partir do final do século XVIII, no bojo da I Revolução Industrial na Inglaterra, contudo, não podemos desprezar o período de transição – entre os séculos XVI ao XVIII – que se caracterizou por um colonialismo moderno, associado ao advento do mercantilismo na Europa Ocidental. Assim, faz-se necessário diferenciar o desenvolvimento da formação social no capitalismo europeu daquelas formações originadas nos países de realidade colonial e pré-capitalista (especialmente na América Latina). Com isso, o intelectual comunista Jacob Gorender, ao analisar os precedentes do modo de produção capitalista, afirma que qualquer que seja a realidade social anterior e ainda que não se observe a exploração da força de trabalho, a extração da mais-valia e a presença do trabalho assalariado, o sistema se constituirá do que chama de fase de acumulação originária do capital, pois “ao atingir certo nível e num quadro social já transformado, a acumulação originária do capital

culmina na constituição do modo de produção capitalista." (Gorender, 1990, p. 7). E, segundo ele, a fonte de acumulação de capital que precedeu o modelo capitalista Europeu ocorreu no sistema feudal, enquanto no Brasil, a base da acumulação se deu a partir do sistema escravista e, mesmo antes da independência, ainda como colônia subjugada à Portugal, com parte das riquezas extraídas, ainda que parcas, que escapavam do controle fiscal colonizador.

Sobre a acumulação de capital que se inicia no Brasil, ainda sob o estatuto do pacto colonial, o sociólogo Florestan Fernandes afirma que, embora a produção das grandes lavouras para exportação, favorecida pela lógica da apropriação de terras e pelo baixo custo do trabalho escravo, garantisse uma alta concentração de renda aos senhores de engenho, a possibilidade de consolidação de uma economia interna era anulada pelo grande volume de renda absorvida pela Metrópole. Tal situação, impossibilitava o surgimento de modelos de ação capitalista, onde a asfixia promovida pela Coroa desencorajava qualquer ambição comercial que fortalecesse os fluxos internos de renda e a busca por uma autonomia financeira e política.

> Esses fatos possuem importância evidente. Acima de tudo, porque indicam que a formação da mentalidade econômica do principal agente econômico interno estava sujeita a uma distorção inevitável. Sob muitos aspectos, ele era compelido a definir-se mais como parte e delegado das agências que operavam, política e comercialmente, a partir de fora (pois era através delas que se definiam e se manifestavam os centros de decisão) que em termos de situações internas de interesses econômicos, sociais e políticos. Isso era perfeitamente normal, na condição heteronômica em que se achava a Colônia, mas anulava o único fator humano que poderia empenhar-se, a longo termo, na realização de processos socioeconômicos que poderiam redundar em maior margem de autonomia e, mesmo, conduzir à Independência. (Fernandes, 2006, p. 42).

Somente após a independência, quando o poder senhorial ganhar centralidade e protagonismo na direção do estabelecimento de um Estado Nação, é que ficará evidente o sentido político dos privilégios sociais e a necessidade desta classe dominante se organizar para protegê-los. Tal centralidade foi chancelada e favorecida pela conjuntura política de uma Monarquia constitucional que, sob a forma de uma dominação estamental, garantiram "à dominação senhorial os quadros para ampliar-se e burocratizar-se [...] A dominação senhorial alcança, dessa maneira, as formas de poder político da sociedade *nacional* e passa a ser um dos fatores mais importantes da integração de sua ordem social" (Fernandes, 2006, p.61). E neste contexto, onde o ideais do liberalismo evocavam garantias sociais e políticas para a classe dominante brasileira e a sua dominação estamental, ocorre o crescimento das tensões sociais.

Segundo Florestan Fernandes, os ideais do liberalismo foram decisivos para garantir, como pedra de toque na constituição de uma sociedade nacional, a organização de um Estado menos retrógado – recém-saído de um modelo colonial, mas extremamente excludente. Pois a formatação da influência e do poder senhorial a uma estrutura política e a uma organização minimamente burocrática não seriam possíveis se os princípios liberais não estivessem presentes, influenciando as ações políticas e o comportamento social dos "cidadãos de elite" (Fernandes, 2006, p.65). E, para ele, o embate entre o "velho" e o "novo" determinou uma dualidade na atuação do Estado, pois o regime senhorial utiliza sua estrutura como forma de manter prestígio e poder político, ainda vinculados à ética e aos valores coloniais, ao mesmo tempo que desempenha um papel de garantidor das inovações capazes de criar as condições econômicas e socioculturais para uma sociedade moderna.

> O liberalismo não aparece no cenário histórico-social como conexão da preservação do passado. Ao contrário, ele constituía uma das forças que trabalhavam por seu sepultamento, já que a manutenção do *status quo ante* colidia com seu sistema de valores e com sua filosofia política. Onde o Estado nacional emergente se converte em fator da preservação da escravidão, do império da dominação senhorial e da transformação da Monarquia constitucional em cômoda transação das elites senhoriais, isso se dá acima, independentemente e contra as "ideias" e os "princípios" liberais. Estes aparecem e vingam, de fato, sob a outra face do Estado nacional emergente: nas esferas em que ele acarreta mudanças estruturais na organização ou na atuação da sociedade civil e nas quais implanta uma nova dimensão nas relações das elites com o poder, incentivando a formação de uma nova mentalidade no uso do poder ou, pelo menos, provocando novas disposições de sentir, pensar e agir politicamente. (Fernandes, 2006, p.66).

Segundo Jacob Gorender, o poder econômico senhorial escravista culminou na formação de uma burguesia mercantil, formada por comerciantes e banqueiros, contudo, tal desdobramento não chegou a caracterizar a formação de uma sociedade capitalista. Isso só seria possível mais tarde, a partir do desenvolvimento de novas forças produtivas e com a ação de um Estado nacional integrado, que resultaria no surgimento de uma burguesia industrial brasileira. Tal transformação foi garantia por uma série de fatores que, combinados num longo período de mudanças sociais, culturais e políticas, representaram um certo grau de autonomia nas transações comerciais externas, pois não devemos desprezar o caráter dependente do modelo capitalista que se inicia, com a troca do controle colonial português por uma forte influência britânica. Tratava-se, pois, da eliminação da intermediação comercial da Metrópole Portuguesa com o crescimento do comércio vinculado aos portos brasileiros e o fortalecimento das importações e

exportações brasileiras; do fim do controle e da cobrança fiscal por parte de Portugal; do consequente barateamento dos itens importados, tanto dos artigos de consumo direto quanto dos bens necessários à produção interna; e, por fim, o desenvolvimento de uma burocracia estatal interna que colaborou para o crescimento dos grandes centros urbanos.

> O engrossamento da burguesia mercantil, com o seu desdobramento em comerciantes e banqueiros, não caracterizava a existência do capitalismo, nem era incompatível com a sobrevivência prolongada do escravismo colonial no Brasil. A burguesia mercantil prospera nas formações sociais anteriores ao capitalismo, enquanto o agente organizador do modo de produção capitalista é somente a burguesia industrial. Esta pode engendrar-se, em grande parte, na própria burguesia mercantil, como sucedeu no Brasil e outros países, na medida em que certo número de comerciantes investe na indústria e organiza a produção de artigos, que antes se limitava a comprar e vender. Mas o capital industrial, como diz Marx, é a única forma do capital cuja função não consiste apenas na apropriação da mais-valia, pois também é o promotor da sua criação. Somente ele, por conseguinte, modela a forma capitalista de produção, aquela em que a exploração do sobretrabalho e a extração do sobreproduto se fazem com operários assalariados livres (e não com escravos ou servos) como agentes diretos do processo de criação do valor. (Gorender, 1990, p. 11).

Segundo Florestan Fernandes, foi a oligarquia quem "decidiu na realidade o que deveria ser a dominação burguesa. (...) Ela comboiou os demais setores das classes dominantes, selecionando a luta de classes e a repressão ao proletariado como eixo da Revolução Burguesa no Brasil" (Fernandes, 2006, p. 246). E essa burguesia em ascensão vai consolidar o seu caráter de modernidade e o seu poder econômico industrial a partir das tensões de classe e das novas conformações políticas dos primeiros trinta anos do século XX, como afirma Ruy Mauro Marini.

> O que resultou das lutas desencadeadas por esse conflito foi, por intermédio da revolução de 1930, um compromisso – o "Estado Novo", de 1937, sob a ditadura de Getúlio Vargas- com a qual a burguesia se estabilizou no poder, em associação com os latifundiários e os velhos grupos comerciantes, ao mesmo tempo em que estabeleceu um esquema particular de relações com o proletariado. Neste esquema, o proletariado será beneficiado por uma série de concessões sociais (concretizadas, sobretudo na legislação trabalhista do "Estado Novo") e, por outro lado, enquadrado numa organização sindical rígida, que o subordinará ao governo, dentro de um modelo do tipo corporativista. (Marini, 1985).

Ao analisarmos o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, temos como tarefa imprescindível diferenciar tal modelo daqueles presentes nas sociedades capitalistas hegemônicas, especialmente no aspecto da sua formação social, historicamente marcada pelas desigualdades e pela exploração e opressão da classe trabalhadora. Uma sociedade onde o Estado democrático de direto só existe enquanto um privilégio das elites dominantes, em detrimento da esmagadora maioria da população (majoritariamente negra

e pobre, embora existam muitos brancos pobres). Um modelo societário heterônomo em relação às nações capitalistas hegemônicas, de uma burguesia nacional subserviente aos ditames da burguesia monopolista, mas extremamente violenta com os despossuídos. Uma formação marcada pela hierarquização sociorracial do trabalho, onde negros e indígenas são marginalizados e empurrados para a miséria e o subemprego; onde a superexploração da força de trabalho é garantida por um exército de reserva de mão de obra e pelo consequente rebaixamento dos salários; onde quaisquer manifestações de insatisfação ou rebeldia contra essas opressões são violenta e eficazmente coibidas pelos aparelhos de repressão do Estado. Um Estado que deve ser mínimo na garantia dos serviços públicos básicos como saúde e educação, especialmente na assistência à população pobre, mas vigoroso nas ações que garantam o lucro do setor produtivo, ainda que às custas da retirada de direitos da classe trabalhadora e da sua superexpropriação.

Ao analisar a superexploração do trabalhador por parte da burguesia industrial do Brasil no início do século XX, Marini vai afirmar que as mudanças ocorridas na estrutura econômica "se expressam socialmente no surgimento de uma nova classe média, [...] de uma burguesia industrial diretamente vinculada ao mercado interno e de um novo proletariado, que passam a pressionar os antigos grupos dominantes a fim de obter um lugar na sociedade política" (Marini, 1985), enquanto Gorender vai traçar o perfil repressor, mas também, em determinadas circunstâncias, paternalista do patronato brasileiro. Descrevendo a brutalidade das jornadas de trabalho de 11 a 12 horas que incluía a mão de obra de mulheres e crianças, a repressão policial às tentativas de organização sindical dos jovens trabalhadores, além das ações assistencialistas para a construção de vilas operárias e no fornecimento de supostos serviços como educação e assistência médica, Gorender vai demonstrar que a burguesia industrial e os latifundiários mantiveram as reivindicações dos trabalhadores sufocadas até a eclosão das grandes greves de 1917-1919.

> A jornada de trabalho habitual se estendia de onze a doze horas e as condições higiénicas e de segurança, dentro das fábricas, só podem ser caracterizadas como calamitosas. Na indústria têxtil, em particular, o proletariado era constituído, em sua maioria, por mulheres e crianças. [...] A exploração desenfreada se combinava com duas táticas calculistas por parte do patronato: a do paternalismo e a da repressão policial. O paternalismo manifestou-se ia construção de vilas operárias e no fornecimento de certos serviços (escolas, assistência médica etc.). Mas a benevolência de semelhante paternalismo não ultrapassava a fachada. Os benefícios assistenciais tinham a contrapartida de descontos nos salários, não raro arbitrários e excessivos. [...] Operários estrangeiros, que se destacavam na liderança sindical ou política, eram sumariamente deportados como rufiões ou sob outras acusações infamantes. Outros eram confinados em locais isolados e insalubres da Amazônia. As

> reuniões de trabalhadores costumavam ser dissolvidas a patas de cavalo e golpes de sabre, não raro com mortos e feridos. O refinamento da repressão se aperfeiçoou com a organização das *listas negras,* nas quais a polícia e as entidades patronais incluíam os operários suspeitos de "subversão" e os condenavam, dessa maneira, ao desemprego permanente. (Gorender, 1990, p. 48-50).

Segundo Ruy Mauro Marini, a superexploração do trabalho, base do modo de produção capitalista dependente, se dá com o aumento da produtividade e da intensidade de trabalho, o que reduz a possibilidade de reposição desta força, submetendo o trabalhador a um esgotamento físico e psíquico por conta da fadiga extrema. A superexploração representa ainda o rebaixamento dos salários, o que implica na redução do poder de consumo da classe trabalhadora e a exclui do processo de circulação do capital. Nesta realidade, a circulação de mercadorias se dá separada da produção (que visa um mercado consumidor externo), assim, como o trabalhador não tem acesso a tais produtos, a força de trabalho será superexplorada sem qualquer intenção de que o trabalhador a reponha e a garantia da manutenção do processo produtivo será o exército de reserva de mão de obra.

> Na economia exportadora latino-americana, as coisas se dão de outra maneira. Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. (Marini, 2017, p. 337-338).

A burguesia nacional enquanto um elemento da formação social do capitalismo dependente brasileiro é parceira menor e subordinada à burguesia dos países hegemônicos e nunca se posicionou em favor de um projeto de nação autônoma. Aqui, a dominação externa só se faz por conta da ação da dominação local. A elite autóctone não realizou a revolução burguesa no Brasil, pois se satisfez em auferir vantagens sendo a representante dos interesses do capital transnacional. No capitalismo dependente, quanto maior a heteronomia maior será a superexploração da classe trabalhadora. É necessário aumentar o nível da exploração e da violência contra as classes subalternizadas, para garantir maiores ganhos na divisão do excedente econômico entre as frações burguesas autóctones e a burguesia externa envolvida no processo de esgotamento das riquezas do país.

> [...] a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus

> agentes privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobrexpropriação capitalistas. (Fernandes, 2009, p. 52).

A manutenção desta condição de superexploração dependerá do nível de controle exercido por esta elite burguesa sobre as massas trabalhadoras espoliadas e subalternizadas, ou seja, dependerá da eficiência dos mecanismos ideológicos de arrefecimento das tensões de classes no bojo do processo de produção capitalista. E aqui, trabalharemos com o conceito de ideologia como parte da superestrutura, como pensou Marx, isto é, o arcabouço jurídico, ético, moral e político, que corresponde às formas de consciência social e que se assenta sobre a base real do processo produtivo, que é a estrutura econômica da sociedade. Aqui a ideologia surge como o elemento que serve aos interesses de uma classe (a burguesia) e oculta as contradições das relações econômicas, ou seja, no processo produtivo a burguesia extrai a mais valia, superexplora a classe trabalhadora, sob a ideia de um projeto societário livre e de oportunidades iguais para todos, mas onde, na essência, prevalecem a desigualdade e a falta de liberdade.

Silvio Almeida (2019), ao analisar a perspectiva superestrutural do racismo e a sua relação com a base econômica, argumenta que o capitalismo, além das condições objetivas (materiais), precisa de condições subjetivas para se reproduzir. Indivíduos são "formados" para internalizar e reproduzir as relações sociais capitalistas, incluindo a naturalização da divisão entre Estado e sociedade civil, e a aceitação de sua posição social. Nesse processo, preconceitos e discriminações, como o racismo, são incorporados e atualizados, servindo como mecanismos de subjetivação que perpetuam desigualdades. E deste modo, se manifesta no campo socioeconômico de forma objetiva, através de políticas econômicas que privilegiam o grupo racial dominante em detrimento das minorias (ou maiorias, como no caso do Brasil), através de sistemas tributários regressivos que oneram desproporcionalmente a classe trabalhadora pobre e, neste estrato social, mais intensamente os negros e as mulheres, por exemplo; e subjetiva, através da ideologia de naturalização da pobreza e da precarização do trabalho como características inerentes a determinados grupos raciais, como negros e indígenas.

Almeida (2019) nos informa ainda que, o capitalismo, mesmo em países desenvolvidos, pode abrigar diferentes formas de exploração, indo da reedição do arcaico aos padrões modernos de expropriação, do trabalho assalariado bem remunerado até o trabalho escravo. Essa coexistência demonstra a complexidade e a capacidade de

adaptação do sistema capitalista, que se utiliza de diferentes estratégias para garantir a acumulação de capital. Com isso, no capitalismo dependente, o trabalho pode ser organizado segundo os padrões capitalistas, mas mantendo suas características pré-capitalistas. E as forças produtivas estão totalmente sob o controle do capital, onde o trabalho se torna abstrato e as características individuais do trabalhador perdem relevância.

1.3 – Capitalismo e racismo

> Os conceitos de classe, estado, imperialismo, ideologia e acumulação primitiva, superexploração, crise e tantos outros ganham concretude histórica e inteligibilidade quando informados pelas determinações raciais.
> Silvio Almeida[9]

Avançando em nossa análise vamos demonstrar a funcionalidade do racismo, tanto para o capitalismo dependente quanto para o capitalismo nos países hegemônicos, para legitimar a exploração de força de trabalho, a extrema desigualdade socioeconômica e a violência contra as classes subalternizadas. Contudo, cabe destacar, que diferentemente do capitalismo nos países centrais, no modelo periférico, o racismo, assim como o patriarcado, o latifúndio, a superexploração sobre a força de trabalho, o autoritarismo, entre outros fatores, tem sua raiz no processo colonial e se mantém nos padrões de heteronomia que marcam os países de capitalismo dependente. Entretanto, tal característica nada tem a ver com um mero tradicionalismo ou muito menos com a petrificação dessas formas de opressão. Pelo contrário, mantem-se porque favorece a acumulação de capital das classes dominantes, fazendo que o arcaico seja sempre modernizado para responder as novas demandas impostas ao capital devido aos avanços das forças produtivas e das contradições presentes nos novos tempos históricos.

> Na sociedade baseada na venda da força de trabalho para a sobrevivência e reprodução, a parcela negra da classe trabalhadora, historicamente privada dos meios de existência, transitou da condição de "bom escravo" para "mau cidadão", conforme mencionamos na acepção de Clóvis Moura. Cidadania que, refletindo a ordem burguesa de mercantilização das relações sociais, não pode ser alcançada de maneira plena sob o capitalismo e suas relações de dominação e exploração. No Brasil, além do desemprego massivo e estrutural, a superexploração da força de trabalho institui a informalidade e a precarização do trabalho. Aliadas à ausência de políticas universais de proteção social,

[9] (Almeida, 2021, p. 7)

> superexploração e informalidade fundamentam o abismo pela desigualdade inerente ao capitalismo dependente, em que a imensa maioria da população negra vê suas perspectivas de vidas corroídas. (Souza, 2023, p. 51).

Como nos ensina Cristiane Sabino, a cidadania dentro da ordem burguesa só existe para uns poucos privilegiados, pois na mercantilização das relações sociais "o mercado de trabalho livre jamais conseguiu integrar grande parte da população expropriada nas suas esferas mais dinâmicas" e "o racismo cumpre papel fundamental na hierarquização da enorme massa de despossuídos" (Souza, 2023, p. 49). A divisão racial do trabalho[10], inserida numa lógica de rebaixamento dos salários, de redução das oportunidades de emprego e de superexploração da força de trabalho, submete uma parcela da população (majoritariamente negra e pobre) ao desemprego e ao trabalho precário, escanteada para a franja marginal da sociedade. Neste sentido, o racismo "naturaliza" tais desigualdades e orienta o controle e a violência contra essa massa marginalizada. Tarefa muito bem executada pelos aparelhos de repressão do Estado e chancelada pela opinião pública, parametrizada pelo pensamento neocolonial. O racismo é a via pela qual, na lógica da superexploração da classe trabalhadora, revestida por uma hierarquia racial do mercado de trabalho, alguns trabalhadores perdem mais do que outros, ou seja, aqueles indivíduos pertencentes aos agrupamentos étnico-raciais mais subalternizados, perdem uma parcela maior na mais-valia apropriada pelo capitalista. A força de trabalho, enquanto mercadoria capaz de criar valor, ao ser hierarquizada racialmente, garantirá a manutenção do mecanismo de produção de valor no capitalismo. E, como afirma Clóvis Moura, mantendo diferentes níveis de exploração da classe trabalhadora, o sistema dissimula a realidade, fragmenta os oprimidos e inviabiliza os esforços coletivos para a superação de um modelo societário excludente e desigual.

> [...] há um cruzamento ideológico antagônico ou diferenciado formando outro nível de contradição ou conflito que é aquele existente entre o pobre explorado branco e o negro também explorado, em consequência da ideologia racista que

[10] A divisão racial do trabalho no Brasil não é um fenômeno recente, mas sim uma característica intrínseca do seu modelo capitalista dependente. Moldada no transcurso da história, tem raízes profundas no colonialismo e no escravismo, sendo parte integrante da nossa formação social e das relações de trabalho ainda moldadas por valores racistas, que justificam as estruturas sociais de opressão, exploração e segregação das populações não brancas na sociedade brasileira. Isto é, uma divisão parametrizada por uma ideologia racial que determina o perfil do bom e do mau trabalhador, do competente e do incompetente. Ou, como afirma Clóvis Moura, um "simbolismo" que assume "um papel quase decisório na seleção do trabalhador brasileiro. O que se chamou de *borra da escravidão* é jogado à periferia do modelo e esse processo violento de marginalização é justificado pela simbologia dominante de que o *bom* é o *branco.* Junte-se, portanto às limitações estruturais inerentes ao modelo de capitalismo dependente uma simbologia alienadora que coloca o Negro como o elemento negativo da realidade, para se poder compreender o traumatismo que o atingirá em seguida. A força desse símbolo irá bloquear as possibilidades de mobilidade vertical massiva do negro que fica social e culturalmente congelado" (1983, p.33).

> foi inculcada no primeiro e se desdobra à medida que a competição do capitalismo dependente se aguça num país poliétnico e que tem como um dos parâmetros seletores a cor da pele dos seus habitantes. Com isto, o problema das classes sociais se diversifica e assume aspectos particulares e ambíguos, pois no seio das classes oprimidas e das suas frações há um segmento que se julga superior pela cor da pele. (Moura, 2020, p. 318).

Além disso, construído e mantido a partir dos valores das sociedades escravistas, o racismo foi o definidor do conceito sobre o trabalho braçal, que passou a ser visto como tarefa do gentio escravizado, entendido como algo menor e de grande demérito para quem o praticava, diretamente relacionado às populações negra e indígena. Tal entendimento, sustentado pelos valores coloniais presentes ainda hoje em sociedades competitivas de capitalismo dependente, é o parâmetro que organiza socialmente o mercado de trabalho, apontando as funções (aquelas definidas como de menor prestígio) e o lugar de subalternidade dos indivíduos discriminados. E cabe destacar que nas sociedades de capitalismo hegemônico, este trabalho entendido como de menor valor e desprezado pelos cidadãos do país, geralmente, é executado pelo imigrante (o estrangeiro indesejado e muitas vezes em situação de ilegalidade) oriundo de países pobres.

Como já vimos anteriormente, o racismo definirá o perfil étnico-racial da maioria dos trabalhadores submetidos à níveis extremos de exploração, aos mais baixos salários pagos, às condições de precariedade no ambiente de trabalho e à ausência de direitos trabalhistas (como podemos observar no caso de muitas empregadas domésticas ou dos trabalhadores submetidos à condições análogas à escravidão), conforme o lugar que o indivíduo ocupa na escala racial/cromática, ou seja, quanto mais preto maior o peso da exploração e do desprestígio. Um exemplo muito atual desta realidade, pode ser observado no boletim “As dificuldades das trabalhadoras domésticas no mercado de trabalho e na chefia do domicílio” publicado em abril de 2024 pelo DIEESE.

> Segundo estimativas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023 o perfil sociodemográfico predominante entre as 6.067 mil pessoas ocupadas em serviços domésticos no Brasil permanecia inalterado: 92% eram mulheres, a maioria delas, negras (66%), com idade entre 45 e 59 anos (42%) e escolaridade inferior ao ensino médio completo (63%). Entre o total de pessoas ocupadas no Brasil, no mesmo período, 43% eram mulheres, das quais 53% eram negras, 27% apenas com idade entre 45 e 59 anos e 34% com escolaridade inferior ao ensino médio completo. (DIEESE, 2024, p. 2-3).

Embora seja um ramo de vital importância para a economia, tanto para quem o exerce como fonte de emprego e renda, quanto para as trabalhadoras e trabalhadores que

dependem de tais serviços para se dedicar às suas carreiras e atuações profissionais diversas, o trabalho doméstico continua sendo uma das ocupações, majoritariamente feminina e negra, extremamente desvalorizada. E, além da precarização profissional, o referido documento irá demonstrar as dificuldades da dupla jornada das trabalhadoras domésticas que são chefes de domicílio, pois os dados apontam um número expressivo de mulheres nesta situação e que enfrentam barreiras para garantir o bem-estar de suas próprias famílias.

Segundo o boletim do DIEESE, em 2023, 77% das mulheres negras (pretas e pardas) ocupadas em serviços domésticos e 75% das não negras (brancas, amarelas e indígenas) trabalhavam sem carteira assinada e 67% das trabalhadoras domésticas negras e 60% das não negras não contavam com uma cobertura previdenciária. Juntando-se a isso, o levantamento demonstrou a desvalorização salarial, onde o rendimento médio recebido pelas trabalhadoras domésticas estava muito abaixo daquele recebido pela totalidade de mulheres ocupadas nas outras áreas (R$1.122,00 contra R$2.510,00, respectivamente), ou seja, as trabalhadoras domésticas ganhavam apenas 45% do rendimento médio recebido pelo total das trabalhadoras ocupadas, ficando tal valor abaixo do salário-mínimo vigente na época. Assim, os números recentes demonstraram, em apenas um recorte do mercado de ocupações, o peso do racismo e a forma como a divisão sociorracial e sexual do trabalho contribui para o empobrecimento e a marginalização da maioria da população brasileira, impedindo que tais trabalhadores consigam sequer repor a sua força de trabalho e garantir o sustento de suas famílias, pois, segundo o estudo:

> [...] em 2023, as brasileiras ocupadas em serviços domésticos permaneciam mais pobres do que as mulheres ocupadas em geral. Enquanto 19% das trabalhadoras domésticas se encontravam em situação de pobreza e 7,1% em situação de extrema pobreza, essas proporções eram de 10,5% e 3,2%, respectivamente, no conjunto de mulheres ocupadas. Considerando a distribuição por raça/cor, verifica-se que a concentração de trabalhadoras domésticas negras em situação de pobreza era ainda maior: 22% delas eram pobres e 8,5% extremamente pobres, no período considerado, contra 13,3% e 4,4% no caso das domésticas não negras. (DIEESE, 2024, p. 3).

A superexploração da classe trabalhadora brasileira é revestida por um elemento ideológico racista capaz de, dissimulado pelo mito da democracia racial e pelo discurso da meritocracia, inferiorizar, subalternizar e atribuir ao próprio negro a responsabilidade por sua situação, ao mesmo tempo que constrói os mecanismos de alienação, passividade e aceitação de tal realidade.

> Racismo e superexploração são gêmeos siameses, nascidos das entranhas do colonialismo e alimentados pela dinâmica da dependência. Entender a complexidade desse processo, serve para elucidar a discussão da luta de classes na América Latina, cuja organização não pode se furtar a colocar em pauta a luta antirracista. Assim como, nenhuma luta antirracista que não tenha como fundamento a luta contra a propriedade privada, contra os desmandos do capitalismo, pode possibilitar qualquer avanço a fim de uma real libertação. (Souza, 2020, p. 159)

Tal ideologia é estruturante na hierarquia social brasileira, determinando o lugar a ser ocupado por cada indivíduo. Um pensamento capaz de objetificar os sujeitos que, inseridos na lógica da competitividade e mercantilização das relações sociais, reproduzem a discriminação e a violência, na busca incessante por um lugar de maior prestígio e vantagens. Além disso, numa sociedade marcada pelo racismo, sexismo e opressão de classe, a posição de maior vulnerabilidade, no conjunto da classe trabalhadora, será a da mulher negra e periférica. Pois, como afirma Lélia Gonzalez, sofrerá um "processo de tríplice discriminação".

> [...]. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto de perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age polícia brasileira) ela se volta para a prestação dos serviços domésticos junto às famílias de classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da "inferioridade" que lhes seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. (Gonzalez, 2020, p.58).

Segundo Carlos Hasenbalg, a presença de valores e de relações raciais que remetam a um passado escravista no Brasil, estão muito além da simples reprodução do arcaico no moderno. Trata-se, pois, da ressignificação de tais padrões sociais num cenário competitivo, servindo aos interesses das forças de produção do capitalismo, onde os brancos mantêm privilégios e obtêm vantagens na correlação de forças com o majoritário contingente negro da população. Tal formação social, num cenário desigual de disputas, serve aos interesses das forças de produção capitalista, uma vez que permite o rebaixamento dos salários e a formação de um exército industrial de reserva, além da manutenção de uma franja marginal em constante crescimento.

Assim, o racismo ressurge cotidianamente como uma ideologia capaz de interditar duplamente a população negra, pois, além de servir de sustentáculo para a divisão social do trabalho e a manutenção das estruturas de superexploração da classe trabalhadora, mantendo o negro na posição de maior vulnerabilidade e opressão, sustenta o discurso de

que qualquer tentativa deste segmento em questionar ou agir contra o sistema, representa uma atitude anacrônica, engendrada por maus cidadãos, como afirma ironicamente Clóvis Moura.

Para Frantz Fanon, na medida em que se complexificam os processos produtivos no capitalismo, alteram-se as formas de exploração dos indivíduos e, fatalmente a roupagem do racismo. Pois, o racismo não é um elemento inventado ao acaso, desconexo e inserido como uma nova peça ao processo. Ele é sim, o resultado da combinação de elementos arcaicos e modernos, ou seja, elementos de um todo cultural e histórico que são ressignificados, permanecendo funcionais ao sistema de exploração. Pois, antes, as nações colonizadas conheceram o racismo na perspectiva da escravidão e da destruição cultural, mas hoje, no contexto do capitalismo dependente, o conhecem na forma da mistificação verbal. E, assim, as práticas racistas, transpostas de um plano obtuso para uma forma "mais culta" e refinada, podem ressurgir dissimuladas num discurso de democracia racial. Com o seu caráter estrutural, onde o racismo enquanto uma ideologia é assimilada e propagada pelos subalternizados, torna-se desnecessária a reafirmação constante da superioridade de classe, mas ele continuará sendo a expressão máxima da exploração do homem pelo homem.

> O racismo vulgar em sua forma biológica corresponde ao período de exploração brutal dos braços e das pernas do homem. O aperfeiçoamento dos meios de produção provoca fatalmente a camuflagem das técnicas de exploração do homem, e logo das formas de racismo. (Fanon, 2021, p.74).

Cabe destacar, que o racismo "não é um todo, mas o elemento mais visível, mais cotidiano, às vezes o mais grosseiro, em suma, de uma dada estrutura" (Fanon, 2021, p.70). Assim, a violência do racismo no modelo capitalista dependente permanece tão cortante e funcional quanto a chibata do regime escravista, pois a opressão de classe contém a violência racial que, mesmo mascarada como uma ideologia e operada por mecanismos como a superexploração, a competitividade, o individualismo e a anulação dos sujeitos, continua subjugando e massacrando a classe trabalhadora e, no seu interior, mais intensamente a população negra.

Segundo Mário Souza, o racismo brasileiro como um elemento da superestrutura[11] "manteve uma relação orgânica com a base econômica da sociedade, beneficiando a

[11] Entendendo superestrutura como uma categoria do marxismo, onde as formas de organização política, jurídica, do Estado, além do conjunto de valores, consciência social e visões de mundo são gerados a partir da ação das forças produtivas, das relações de produção na base da estrutura econômica.

burguesia em termos de força de trabalho, da privatização do Estado e da *naturalização* das situações de exclusão social e da abissal desigualdade social existente no País" (Souza, 2022, p. 210). Ou seja, no Brasil, o racismo sempre esteve presente enquanto uma ideologia que garantiu e sustentou os interesses e as vantagens de suas classes dominantes em detrimento de uma maioria da população subalternizada. Desde sua origem colonial de base escravista e mercantil, alcançando as oligarquias agrárias no modelo pré-capitalista agroexportador de "escravismo tardio" (Moura, 2020) até a consolidação de sua burguesia industrial.

Octavio Ianni (2004), ao analisar o lugar da questão racial nas sociedades modernas, situando-a como um desdobramento da dialética senhor-escravo12 na história e, mais especificamente, no contexto da sociabilidade capitalista, coloca a problemática racial como elemento central na compreensão das relações de poder e dominação que permeiam essa sociedade. Onde, manifestada a partir de "um ângulo particularmente crucial e fecundo do que têm sido os diferentes desenvolvimentos da sociedade moderna, burguesa, capitalista; visto o capitalismo como um modo de produção e processo civilizatório" (Ianni, 2004, p. 26), embora histórico e transitório, intensifica as contradições sociais e aprofunda as desigualdades, inclusive as raciais.

Ao fazer referência à polêmica entre Bartolomé de Las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda no século XVI, a respeito dos povos e civilizações do Novo Mundo, Ianni ilustra a gênese dessa problemática no contexto da colonização e da escravização de povos africanos e indígenas. O debate intelectual que ficou conhecido como a "controvérsia de Valladolid", entre o frade Las Casas, defensor dos direitos dos indígenas, e o filósofo Sepúlveda, que justificava a escravidão a partir do argumento aristotélico de "escravos por natureza", evidencia a construção ideológica que sustentou a dominação racial e a exploração colonial.

Assim, tal problema "desenvolve-se, aprofunda-se e generaliza-se no curso dos séculos seguintes, à medida que se formam e se transformam as castas e as classes sociais" (Ianni, 2004, p. 26). Onde, formação das castas e classes sociais no mundo moderno,

---

[12] A dialética senhor-escravo, conceito originário da filosofia hegeliana, descreve um processo de luta pelo reconhecimento entre duas consciências, no qual o senhor, buscando afirmar sua independência, subjuga o escravo, que por sua vez, através do trabalho, transforma o mundo e a si mesmo. Segundo Octavio Ianni (2004), essa dinâmica de dominação e resistência se manifesta nas relações raciais ao longo da história moderna, perpetuando desigualdades e hierarquias.

enraizado na dialética senhor-escravo, intensificado pelo capitalismo e marcada pela desigualdade e pela hierarquização, consolida a questão racial como elemento estruturante da sociedade, perpetuando a exclusão e a discriminação.

2 – Capitalismo dependente: uma forma de entender a sociedade brasileira

A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial.

Ruy Mauro Marini[13]

2.1 – Principais características do capitalismo dependente

O primeiro aspecto que devemos considerar para caracterizar o capitalismo dependente é a própria essência do sistema capitalista, pois trata-se de um modo de produção que, em toda sua complexidade, articula elementos socioculturais que extrapolam o campo econômico, amalgamados no processo histórico e manifestados nos campos jurídico, filosófico, religioso e científico. Trata-se, pois, da forma como a sociabilidade é forjada, concorrendo para o desenvolvimento das forças produtivas do sistema em questão.

> O capitalismo não é apenas uma realidade econômica. Ele é também, e acima de tudo, uma complexa realidade sociocultural, em cuja formação e evolução histórica concorreram vários fatores extraeconômicos (do direito e do Estado nacional à filosofia, à religião, à ciência e à tecnologia). (Fernandes, 2013, p. 19).

Para intelectuais como Florestan Fernandes, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini, a condição de dependência de algumas nações em relação àquelas de capitalismo hegemônico, está fundamentada na realidade sociocultural forjada num percurso histórico marcado pela colonização e no lugar que tais países ocupam no processo de desenvolvimento do capitalismo mundial. Um processo que culminou num modelo capitalista atrofiado e extremamente exploratório e violento com as classes subalternizadas, mas vantajoso, embora heterônomo, para as classes dominantes dos países em questão. E tal condição não é fruto do acaso ou de um maior ou menor nível de violência de um passado colonial, mas uma das principais estruturas que garantem a expansão "desigual e combinada" do sistema capitalista no mundo.

[13] (Marini, 2023, p. 2)

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky (2007), talvez esteja entre as teses do marxismo mais amplamente difundidas no mundo por aqueles que buscam compreender e propor a superação de um sistema sociopolítico e econômico exploratório e violento, especialmente em países da Ásia e da América Latina, que vivenciam realidades socioeconômicas forjadas em modelos de dependência e com um passado marcado pelo colonialismo capitalista ou pré-capitalista.

A expansão capitalista, segundo a tese de Trotsky, submete as nações atrasadas a um ciclo que apresenta, "visto em sua totalidade, um caráter confuso, complexo e combinado" (Trotsky, 2007, p. 21). E, uma vez que o capitalismo se impõe, ao menos em suas pretensões, de maneira universal e permanente nos destinos da humanidade, os países atrasados se veem obrigados a assimilar os padrões de desenvolvimento das nações hegemônicas, saltando as etapas dos seus processos históricos, pulando as fases intermediárias do seu desenvolvimento, onde "passam da flecha ao fuzil de um golpe, sem recorrer à trilha que, no passado, separaram essas duas armas" (Trotsky, 2007). E, a depender das condições culturais e econômicas em que tal assimilação ocorre, o potencial dos avanços assimilados das nações hegemônicas, pode ser minimizado ou simplesmente anulado num cenário de atraso estrutural.

> O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se vêem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do *desenvolvimento combinado,* aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas. (Trotsky, 2007, p. 21).

Segundo Vânia Bambirra (2023), a dependência condiciona a estrutura de um país que, diante das contradições, acomodações e conflitos sociopolíticos internos, reelabora os padrões de dependência e redefine seus limites e possibilidades estruturais. Desta forma, ela afirma a necessidade de superarmos a interpretação da categoria de dependência, apenas numa perspectiva intervencionista e coercitiva de fora para dentro, pois:

> Não existe um condicionamento absoluto – como uma interpretação mecanicista poderia deduzir –, mas sim um condicionamento dos parâmetros dentro dos quais atuam uma série de contradições cujas interações, choques e lutas dão as alternativas ou possibilidades históricas de ação e funcionamento aos setores e classes sociais que se formam dentro desses parâmetros gerais,

> nos quais as opções de política econômica e social se tornam possíveis. (Bambirra, 2023, p. 9).

Essa reelaboração dos padrões de dependência e redefinição dos parâmetros de desenvolvimento, associados aos fatores histórico-estruturais de cada país, contribuirá para definir de que forma se dará a integração destes (de capitalismo periférico) ao capitalismo hegemônico. Assim, ao se debruçar sobre os aspectos conjunturais destas nações na transição do período colonial para o capitalismo, Bambirra (2023) estabelece uma tipologia para analisar os modelos de dependência na América Latina. Sendo, os países de tipo A (Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Colômbia e México, por exemplo), possuidores de estruturas diversificadas, com o predomínio do setor agroexportador, mas com um processo de industrialização já iniciado e sendo impulsionado no contexto da Primeira Guerra Mundial. E os de tipo B, com um estrutura primário-exportadora e uma realidade industrial de base artesanal, onde a industrialização será iniciada na segunda metade da década de 40 e a partir de capital quase todo sob domínio estrangeiro (casos de Peru e Venezuela, por exemplo) e, incluindo ainda, os países onde a industrialização só será iniciada a partir do final dos anos 50 (caso dos países da América Central). Portanto, os países do tipo A são aqueles "com início antigo de industrialização", enquanto os de tipo B são "países cuja industrialização foi produto da integração monopólica" (Bambirra, 2023).

Sobre tal diferenciação nos padrões de dependência na América Latina, Ruy Mauro Marini (2023) afirma que em certos países, os interesses do setor industrial coincidiram com os do setor agroexportador sem provocar relevantes conflitos entre essas frações da classe dominante. Seriam os casos de países como Brasil e Argentina, por exemplo, em que os mecanismos de autodefesa do setor agroexportador diante da crise do mercado mundial e das dificuldades na importação nos primeiros 30 anos do século XX, combinaram os interesses da burguesia agromercantil e da burguesia industrial, onde, esta última se favoreceu do estímulo provocado pela primeira, num mercado interno ávido por produtos importados.

Dito isso, vamos buscar descrever três das estruturas que definem um modelo capitalista dependente, a relação entre o arcaico e o moderno, a heteronomia cultural e econômica e o padrão de acumulação calcado na superexploração dos da força de trabalho, numa conjuntura nacional que se caracteriza pela combinação dos valores éticos e padrões de sociabilidade do passado com os avanços do desenvolvimento moderno,

especialmente no campo científico e tecnológico, além do lugar de submissão das nações periféricas em relação aos ditames do bloco rico e hegemônico, onde as primeiras, ao sofrer com a troca desigual, busca compensar as perdas de valor através da intensificação da exploração da força de trabalho internamente..

2.1.1 - O Arcaico e o Moderno em um modelo capitalista dependente.

Em sociedades capitalistas dependentes, o arcaico e o moderno coexistem de forma tensionada e complexa. Por um lado, a modernização impulsionada pela industrialização e pela forma de inserção subordinada no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, introduz novas formas de produção, consumo e organização social. Por outro lado, a persistência de estruturas arcaicas limita o desenvolvimento econômico e social e reproduz as desigualdades existentes. A coexistência de tais elementos, geralmente, está associada: à uma herança colonial onde as estruturas sociais e econômicas herdadas da época colonial possuem estreita relação com os setores mais modernos da sociedade; às profundas desigualdades sociais que dificultam o acesso de grandes parcelas da população aos benefícios da modernização e tende a aprofundar a luta de classes, gerando conflitos e instabilidade social; aos interesses da burguesia, onde, muitas vezes, se beneficiam da manutenção de estruturas arcaicas, que lhes garantem privilégios e poder; à interferência de países mais desenvolvidos (heteronomia) nas economias dos países dependentes, no sentido de ampliar a acumulação capitalista hegemônica e limitar o desenvolvimento econômico e social dos países periféricos, impedindo que esses alcancem os mesmos níveis de desenvolvimento dos países centrais; à dependência externa, onde a submissão econômica e tecnológica em relação a outros países torna as economias dependentes mais vulneráveis a crises do mercado mundial; a dependência da burguesia interna frente aos países centrais para dinamizar sua forma de acumulação de capital por meio de ideias e propostas oriundas desses centros hegemônicos do sistema capitalista; a extrema desigualdade social, marcada pela extrema concentração de renda, devido ao processo de sobre-exploração e sobre expropriação sofrido pela classe trabalhadora e dos grupos subalternizados para gerar o processo de acumulação para a burguesia interna e o capital externo.

O arcaico e o moderno no capitalismo dependente, o que o diferencia do modelo econômico dos países capitalistas centrais, representa a coexistência de elementos de um

passado pré-industrial e muitas vezes, de uma herança escravista, com práticas modernas, típicas de sociedades industrializadas. Ou seja, trata-se de sociedades que, como vimos anteriormente em Trotsky, ao assumirem a implementação do modo de produção capitalista de forma acelerada, sem percorrer as etapas do processo histórico de desenvolvimento experimentado pelas nações desenvolvidas, apresentam contradições severas na constituição de seus modelos socioculturais e econômicos. Constituem sociedades que conjugam, por exemplo, sistemas produtivos modernos e de alta tecnologia com práticas patrimonialistas nas relações de trabalho e sistemas agrários tradicionais.

Tais sociedades apresentam ainda, uma hierarquia societária constituída de classes; forte desigualdade e uma ideologia de mobilidade social a partir do esforço individual; extrema violência contra as classes subalternizadas; um sistema democrático instável; e um Estado historicamente excludente e voltado para os interesses das classes dirigentes. Além disso, conservam padrões e valores ético-culturais do passado, especialmente ligados às desigualdades de gênero, classe e raça, que servem para a manutenção das estruturas de poder e dos privilégios das classes dominantes.

Ao analisar as transformações pelas quais passou a sociedade brasileira na transição do modelo escravista para o modelo capitalista dependente , Florestan Fernandes demonstra que a realidade histórico-social do Brasil, nas suas condições materiais concretas e com uma herança sociocultural arcaica, na qual se sustentavam o poder econômico e os privilégios de uma oligarquia agrária, não permitiu a implantação eficaz e plena dos valores e padrões modernizantes importados da Europa.

> Em semelhante contexto histórico-social, “modernização” significava mais e menos que “europeização”. Era mais, porque estava em jogo a implantação, em bloco, de uma civilização demasiado complexa, diferenciada e instável para as condições ecológicas, materiais, sociais e morais dadas na situação sociocultural existente. Era menos, porque nenhum grupo social possuía meios para saturar historicamente, imprimindo-lhes plena eficácia, as técnicas, as instituições e os valores importados da Europa. Um exemplo banal é suficiente para esclarecer esse aspecto: o liberalismo, em suas conexões ideológicas e utópicas com os interesses dos estamentos dominantes, servia como um disfarce para ocultar a metamorfose dos laços de dependência colonial, para racionalizar a persistência da escravidão e das formas correlatas de dominação patrimonialista, bem como para justificar a extrema e intensa concentração de privilégios econômicos, sociais e políticos na aristocracia agrária e na sociedade civil, que lhe servia de suporte político e vicejava à sua sombra. (Fernandes, 2013, p. 23-24).

Essa herança cultural arcaica, associada a um sistema de classes insipiente e pouco vigoroso no Brasil após o fim do pacto colonial, não foi capaz de pressionar e criar as condições para o estabelecimento de um poder político e socioeconômico autônomo, realizando-se, na verdade, de forma heterônoma e mantendo sistemas produtivos com características ainda coloniais ou pré-capitalistas. Assim, Florestan (2020) vai observar que, a simbiose que se estabeleceu entre suas raízes históricas e o padrão conservador e elitista desta cultura na constituição da sociabilidade competitiva, vai prender "o presente ao passado como se fosse uma cadeia de ferro", pois:

> Se a competição concorreu, em um momento histórico, para acelerar a decadência e o colapso da sociedade de castas e estamentos, em outro momento ela irá acorrentar a expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista e fundamentalmente autocrático, como se o burguês moderno renascesse das cinzas do senhor antigo (Fernandes, 2020, p. 164)

Em contraponto ao arcaico, o moderno se apresenta como práticas e estruturas sociais avançadas, com alto desenvolvimento tecnológico, além de um padrão de economia globalizado. Tais avanços determinam relações de produção que se expressam pela industrialização e o desenvolvimento do setor de serviços, a urbanização e relações de trabalho mais sofisticadas. E, neste último, observa-se mecanismos de exploração e de expropriação da força de trabalho mais complexos, onde, nos dias de hoje por exemplo, com o uso da tecnologia, o trabalhador passa a executar suas funções no ambiente domiciliar e forma remota, confundindo o tempo de produção com o tempo de descanso. Ou ainda, contratos de trabalho precários que, em nome da empregabilidade, deixam os trabalhadores parcial ou totalmente descobertos das garantias trabalhistas convencionais.

Outros aspectos importantes da modernidade são a lógica do consumo acelerado e massivo, onde o avanço tecnológico desenfreado torna os produtos obsoletos e descartáveis antes mesmo de serem vendidos; a difusão da ideia de que é preciso se manter atualizado no consumo das novidades cientificas e tecnológicas, ainda que isso não seja essencial para a garantia da vida; uma imensa produção de informação que é rápida e amplamente difundida através de diferentes tecnologias para todo o mundo e em tempo real.

Florestan Fernandes afirma que, nas sociedades de capitalismo dependente, a simbiose entre os padrões modernos e arcaicos, indispensável condição para a burguesia brasileira obter seu poder e seu processo de acumulação, reprodução e ampliação de capital, formando uma totalidade, produz subdesenvolvimento tanto no campo

econômico quanto nos campos sociocultural e político. E um exemplo disso, é o papel do racismo estrutural brasileiro como uma expressão arcaica que age pari passu aos padrões modernos de produção capitalista. Trata-se de uma construção ideológica que remonta a sociabilidade do período escravista, mas que persiste ainda hoje, sendo estruturante e funcional ao modelo de controle, exploração, expropriação e exclusão promovidas pelo capital.

Assim, como afirma Kátia Lima (2017), tal combinação *moderniza o arcaico* ao mesmo tempo que *arcaíza o moderno*. Neste sentido, o racismo como manifestação da defesa de privilégios de uma classe burguesa majoritariamente branca, cristã e patriarcal, estabelece o pano de fundo da sociedade competitiva brasileira. Uma expressão do atraso que inviabiliza a própria promessa de desenvolvimento e progresso da modernidade, servindo apenas à manutenção dos privilégios das classes superiores. E sobre isso, Florestan afirma:

> Doutro lado, as mesmas conclusões sugerem que, ao longo do processo histórico-social descrito, a competição foi assimilada (ainda que segmentária e parcialmente) pela própria ordem escravocrata e senhorial, na qual se tornou uma influência secundária mas ativa. Ela ficou associada, em suas origens mais remotas, aos interesses, valores sociais e estilo de vida dos estamentos privilegiados e dominantes. Em termos dos requisitos ideais da integração e funcionamento do que seria mais tarde a ordem social competitiva, esse desenvolvimento pode ser considerado, sociologicamente, como propiciador de uma deformação. [...] Trata-se de uma situação ambígua, pois aqui estamos diante do avesso da medalha: incorporada a contextos histórico-sociais ou socioculturais mais ou menos arcaicos, os dinamismos sociais engendrados pela competição concorrem para manter ou preservar "o passado no presente", fortalecendo elementos arcaicos em vez de destruí-los. (Fernandes, 2020, p. 163).

2.1.2 - Heteronomia cultural e econômica: o percurso histórico e o lugar das frações burguesas no capitalismo dependente

Ao analisarmos as características do modelo capitalista dependente, um aspecto que talvez melhor defina o sentido do que chamamos dependência, seja a forma como as classes dominantes locais assumem um papel de subalternidade diante dos ditames e padrões impostos pelos países de capitalismo hegemônico. Trata-se da maneira como as elites assumiram um projeto econômico, político e sociocultural importado e totalmente desvinculado da realidade concreta e do legado histórico de um povo. Falamos de uma condição que, na quase totalidade das ex-colônias latino-americanas e africanas, representou a substituição do controle colonial pelo controle do capital estrangeiro,

indicando a ausência ou a aniquilação de qualquer projeto autônomo de nação. Cabendo destacar que, em países como a Brasil, a burguesia local aceitou esse papel subordinado e menor, uma vez que isso vinha ao encontro de seus interesses econômicos e de poder. Em muitas jovens nações independentes, a classe dominante queria o poder político frente as antigas metrópoles, mas não queriam uma mudança na estrutura econômica e nem na forma de sua inserção na divisão internacional do trabalho. A mudança seria apenas no campo político, criando um Estado livre das amarras das antigas metrópoles, mas com uma organização política que excluía a participação popular.

Florestan Fernandes, ao analisar os modelos de Karl Marx e Max Weber, que buscam explicar o nível de integração e diferenciação do capitalismo nos países subdesenvolvidos, vai concluir que o lugar periférico e a permanente condição de atraso dessas nações em relação às de posição hegemônica, cumprem um papel funcional nas relações do mercado mundial. Para que os padrões de acumulação capitalista das nações hegemônicas sejam garantidos, é preciso implementar, nos países periféricos, políticas econômicas e condições sociais específicas que, ainda que sob o vislumbre da modernidade, engendrem a superexploração da força de trabalho e o controle exercido de fora para dentro.

> [...] o subdesenvolvimento explica-se, objetivamente pelas condições de dependência ou de heteronomia econômica. Mercados e economias capitalistas, construídos para serem operados como satélites, organizam-se e evoluem segundo as regras e as possibilidades do capitalismo dependente. Assim, o subdesenvolvimento não é um estado produzido e mantido a partir de dentro, mas gerado, condicionado e regulado a partir de fora, por fatores estruturais e de conjuntura do mercado mundial. (Fernandes, 2013, p. 57).

Ao estudarmos as transformações da política e da economia latino-americana desde o século XIX, vamos observar que os padrões de dominação estrangeira e de dependência nas ex-colônias (de Portugal e Espanha) tragicamente se repetem, primeiro com a atuação do imperialismo inglês associado às oligarquias rurais de perfil conservador e autoritário que, como vimos anteriormente, representará a base para o desenvolvimento do capitalismo dependente, e após a I Grande Guerra Mundial, através da ação do capital monopolista norte-americano. Cabe destacar que esse cenário de guerra determinará a diminuição do fluxo das importações de produtos manufaturados da Europa para a América, ao mesmo tempo que fará crescer a demanda das nações diretamente

afetadas pelo conflito por produtos agrícolas e matéria-prima, favorecendo o desenvolvimento industrial no Cone Sul[14].

No caso do Brasil, os primeiros 50 anos do século XX irão representar a plenitude do processo revolucionário democrático-burguês, ou seja, a consolidação da burguesia industrial em detrimento do poder das oligarquias agroexportadoras, o surgimento do populismo estatal, a consolidação da classe operária, a ampliação das classes médias e a trágica realidade do campo, com os deslocamentos da massa camponesa para as cidades. Uma conjuntura onde se observou uma mudança no padrão do poder político, antes caracterizada pelo revezamento de mandatários políticos do eixo São Paulo (cafeicultores) /Minas Gerais (agropecuaristas), além da forte influência de caudilhos locais, geralmente ligados ao setor agroexportador, pela figura do grande chefe de estado, agora representado por Getúlio Vargas.

Segundo Vânia Bambirra, será na gestão de Vargas, através do chamado "confisco cambial", que o capital do setor agroexportador financiará a expansão industrial brasileira. Numa ação que "permitia ao Estado subvencionar os cafeicultores em troca de obter o controle do grosso das divisas obtidas com a exportação. [...] suas receitas eram usadas para custear a compra de matérias-primas e máquinas para a indústria" (Bambirra,1988, p. 112).

Contudo, após a II Guerra Mundial, com a intensificação da entrada de capital estrangeiro e a desnacionalização do setor manufatureiro, o país vai assistir ao início do fim do projeto nacional-desenvolvimentista e a derrocada do poder de viés populista iniciado por Getúlio Vargas. E, assim, a partir da década de 1950, a sociedade vai experimentar uma radicalização na luta de classes e um clamor por reformas estruturais no campo e nas cidades.

> Os estudos sobre o desenvolvimento ganharam impulso depois da segunda guerra mundial, graças sobretudo ao progressivo e muitas vezes conflitivo processo de descolonização que então se verifica. A maioria das nações do globo, muitas delas emergindo à vida independente, toma consciência do

[14] Importante ressaltar que, segundo Vânia Bambirra (2023), os antecedentes históricos e culturais locais, associados ao início de uma industrialização no final do século XIX, às duas crises bélicas na Europa, além da crise econômica de 1929, favoreceram a expansão da indústria e o desenvolvimento de um tipo de capitalismo dependente em países como Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Colômbia e México. Enquanto outras nações, como alguns países da América Central, Venezuela, Peru, Bolívia e Equador, que não reuniam tais condições, experimentaram a estagnação e só conseguiram desenvolver sua indústria no pós-guerra, mantendo-se, por mais tempo, presos aos tradicionais mecanismos de produção e à realidade de importação de manufaturas, além de refletirem um outro padrão de dependência.

> abismo que as separa de um grupo de países que concentram a riqueza material e o conhecimento científico-técnico. (Marini, 1992).

Neste cenário de ilusões perdidas e de grande insatisfação popular, a tragédia da dependência apresentará a sua face mais dura e a expressão máxima do que entendemos por heteronomia[15]. O novo pacto de poder entre a burguesia local e o imperialismo, selado na garantia da lei e da ordem imposta pelo golpe militar 1964. Um pacto onde a posição assumida pela burguesia nacional pode ser ilustrada com a simples inversão do provérbio popular "entregaram os dedos para não perder os anéis", pois, diante da voracidade do capital estrangeiro, esfacelando ou assumindo o que restou do ensaio de projeto industrial brasileiro, a classe dominante escolheu o lugar de sócia menor no negócio.

> O sistema de dominação, que desde seus princípios estava permeado pela dominação colonial e imperialista, começa a abrir-se completamente e em seu eixo central de acumulação capitalista – em sua infraestrutura industrial – coloca um novo agente: a grande empresa monopolista multinacional. (Bambirra,1988, p. 121).

Enfrentar tal realidade, sustentando a ideia de um projeto nacional desenvolvimentista autônomo, significava ter de assumir alianças com os setores e as pautas das classes subalternizadas até aqui. Significava assumir um alinhamento com a agenda das reformas de base e um posicionamento anti-imperialista. Um preço muito alto que os setores mais conservadores da sociedade brasileira não estavam dispostos a pagar.

A ditadura militar garantindo o pacto oligárquico-industrial-imperialista, ou seja, a articulação político-econômica entre os sócios menores, representados pela burguesia industrial nacional e os latifundiários, herdeiros das velhas oligarquias rurais, e os sócios majoritários, representados pelo capital monopolista estrangeiro (fundamentalmente norte-americano, mas também com a presença de empresas japonesas e europeias).

Bambirra ressalta o papel de intelectuais engajados com o projeto de heteronomia econômica, como Roberto Campos, teórico da direita nacional e defensor do "desenvolvimento dependente", que preconizava que o controle político exercido pelos

---

[15] Refere-se à ausência de autonomia das sociedades capitalistas dependentes em relação aos centros capitalistas internacionais. Essa dependência limita a capacidade do país de assumir seus desígnios e o seu próprio desenvolvimento político e econômico. Tal dependência relaciona-se à forte influência externa nas decisões políticas da nação e expressa-se nos campos econômico, racial, social e cultural. Contudo, cabe destacar, que tal condição de interferência não se resume meramente à ação de fora para dentro, mas articula-se aos interesses da classe burguesa local em dominar, manter os privilégios e as possibilidades de exploração econômica e de expropriação do excedente produzido internamente, ainda que na condição de sócia minoritária.

militares após a queda de João Goulart em 1964, garantiu um ambiente interno previsível e seguro para os investimentos estrangeiros, favorecendo o que denominou de “desenvolvimento com segurança”. Tratava-se, pois, do ambiente onde militares e tecnocratas nacionais e estrangeiros puderam atuar, sem resistências ou contestações, na implementação das políticas econômicas que atendiam os interesses tanto das burguesias industrial, financeira e comercial locais, quanto do grande capital internacional.

Ruy Mauro Marini argumenta que o capitalismo brasileiro é marcado por uma relação de dependência em relação aos países desenvolvidos, especialmente em termos de tecnologia e capital, onde a concentração de renda, a exploração sobre a classe trabalhadora e a exclusão social não são aspectos conjunturais ou pontuais do capitalismo dependente, mas a contradição resultante de sua estrutura e de seus principais objetivos, sempre alinhados aos interesses do capital hegemônico. Trata-se, pois, de uma estrutura econômica caracterizada por profundos descompassos sociais e regionais, com uma concentração de riqueza nas mãos de poucos, onde o poder econômico está concentrado em grandes empresas e grupos monopolistas, que influenciam a política e a economia nacional. Uma dinâmica de submissão que implica na transferência de valor de dentro para fora, através de mecanismos como a deterioração dos termos de troca, o pagamento de juros e dividendos e a remessa de lucros de empresas multinacionais.

Segundo Marini, o capitalismo no Brasil não se desenvolveu plenamente, permanecendo em um estado de subdesenvolvimento, com setores produtivos que não conseguem competir em igualdade de condições no mercado mundial. E, na década de 80, no contexto da expansão neoliberal, o capitalismo dependente brasileiro se inseriu na lógica da globalização, onde as exportações de produtos primários (commodities) desempenham um papel crucial, mas sem diversificação industrial significativa, amargando uma realidade de atraso que derrubou as expectativas de desenvolvimento e dependência construídas desde a década de 60.

> A continuidade e a constante renovação dos vínculos de subordinação ao exterior e da satelitização dos dinamismos econômicos, socioculturais e políticos não se impõem colonialmente; mas graças a uma modalidade altamente complexa de articulação (parcialmente espontânea, parcialmente programada, orientada e controlada) entre economias, sociedades e culturas com desenvolvimento desigual, embora pertencentes à mesma civilização. As duas faces dessa modalidade de articulação são o (imperialismo econômico" e o "capitalismo dependente", os dois frutos mais importantes do capitalismo maduro em escala internacional. (Fernandes, 2009, p. 64).

Neste contexto, os setores intelectuais e políticos mais progressistas da América Latina, que buscavam pensar os destinos do continente a partir das referências de desenvolvimento e dependência, viram ruir suas expectativas diante de processos históricos que redefiniram a expansão do capital, onde "a crise do socialismo europeu, a revolução científico-técnica e a difusão da doutrina neo-liberal" (Marini, 1992) contribuíram para a aceleração do processo de globalização e a integração econômica mundial, a ampliação de mercados, facilitando o fluxo de capitais e intensificando a produção e o consumo, ao mesmo tempo que aprofundou sistemas de dependência, de precarização do trabalho e de superexploração. Com isso, "seu lugar é ocupado hoje por palavras de ordem, entre as quais se destacam a economia de mercado, a inserção no processo mundial de globalização e a redução do Estado" (Marini, 1992).

Assim como Marini, Florestan Fernandes (2013) afirma que o capitalismo dependente é uma especificidade do capitalismo, onde a dominação externa só se faz por conta da ação da dominação local e onde o subdesenvolvimento não é obra do acaso ou de uma incapacidade histórica, mas sim, um negócio que, favorecido por uma estrutura política e econômica, garante vantagens tanto para burguesia nacional quanto para o capital hegemônico. E aqui, e fala de uma burguesia nacional atrofiada, parceira menor e subordinada à burguesia internacional que sempre atuou na contenção e no esvaziamento de uma agenda política que inclua as grandes maiorias silenciadas e oprimidas. Uma classe burguesa que foi incapaz de conduzir o país "à *revolução burguesa* clássica, nem ao Estado representativo democrático burguês ou à autonomia nacional" (Fernandes, 1995, p. 142, grifo nosso). Uma burguesia que faz do subdesenvolvimento da nação a grande mesa de negociação em benefício próprio.

> O subdesenvolvimento engendra, através do capitalismo dependente, interesses econômicos e vínculos morais que lançam suas raízes nas conexões da organização econômica e social das sociedades subdesenvolvidas com as sociedades avançadas. Ele também cria disposições subjetivas, propensões morais e um estado de espírito que possuem por função manter os vínculos entre as duas sociedades, a hegemônica e a satélite. Mais que na esfera econômica, é aqui que as coisas se esclarecem e se encaminham para o impasse ou para a ruptura, indicando "quem" está a favor ou contra o subdesenvolvimento, e se o subdesenvolvimento se acha ou não em condições de ser superado socialmente. Sem dúvida, o subdesenvolvimento é um negócio, para os que tiram proveito dele através do capitalismo dependente (dentro ou fora da "sociedade subdesenvolvida"). (Fernandes, 2013, p. 55-56)

2.1.3 - Um padrão de acumulação calcado na superexploração dos subalternizados

Como vimos no capítulo anterior, a taxa de mais-valia, que é expropriada pelo capitalista, consiste na diferença entre o valor do que o trabalhador produz e o valor que ele recebe em forma de salário. No modelo dependente, essa taxa de mais-valia é alta devido à baixa remuneração dos trabalhadores e à alta produtividade exigida a eles. Nesse modelo, a circulação das mercadorias ocorre principalmente no mercado externo, enquanto a produção é realizada num mercado interno onde a tônica é a da compressão dos salários pagos a esses trabalhadores. Isso significa que os trabalhadores não recebem um valor capaz de garantir a reposição de sua força de trabalho, pois parte dele é acumulado e transferido para o exterior.

> Vimos que o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. (Marini, 2017, p. 333).

Segundo Ruy Mauro Marini, a superexploração da força de trabalho é o fundamento do modelo capitalista dependente, uma vez que, diante da necessidade de exportar para sobreviver economicamente, os países dependentes precisam manter a competitividade. E para serem competitivos no mercado mundial, precisam produzir a um custo mais baixo do que seus concorrentes, ou seja, a superexploração é uma forma de reduzir os custos de produção e se constitui em uma das principais características do modelo dependente de desenvolvimento, sendo responsável por uma série de problemas sociais, como a pobreza, a baixa expectativa de vida do trabalhador e a desigualdade.

Nesta direção, ao analisar a contribuição intelectual de Marini em torno da teoria marxista da dependência, onde a centralidade e a especificidade da categoria superexploração são reafirmadas, Marcelo Carcanholo explica que:

> Em função da inserção subordinada das economias dependentes na lógica mundial da acumulação capitalista, definem-se mecanismos estruturais de transferência do valor que, embora produzido nestas economias, é realizado e acumulado no ciclo do capital das economias centrais (Carcanholo, 2013, p. 81).

No mesmo sentido, Mathias Luce (2013, p.147) afirma que, para entendermos a categoria da superexploração devemos considerá-la como “um conjunto de modalidades

que implicam a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor e o esgotamento prematuro da força físico-psíquica do trabalhador". E que, "junto com a transferência de valor e a cisão entre as fases do ciclo do capital", explica-se o fundamento do capitalismo dependente.

Marx (2013) vai nos mostrar que o trabalho excedente não foi uma "invenção do capital", pois sempre que uma fração da sociedade detinha os meios de produção, o trabalhador, livre ou escravo, precisou dedicar um tempo de trabalho excedente àquele necessário à sua subsistência, para garantir os ganhos do proprietário dos meios de produção. E tal intensidade de exploração era regulada, não pelo valor de troca, mas pelo valor-de-uso do produto, ou seja, a produção era regulada pelo conjunto das necessidades de consumo. Entretanto, toda vez em que se impôs a ganância e a necessidade de obtenção de valor-de-troca, através da acumulação de riquezas na forma dinheiro, ouro ou prata, especialmente no contexto do modo de produção capitalista exportador para um mercado mundial em expansão, a exploração se intensificou na sua forma mais bárbara e cruel.

> Todavia, condições monstruosas de trabalho constituíam exceção no mundo antigo. Mas, quando povos cuja produção se encontra nos estágios inferiores da escravatura, da corveia etc. entram num mercado mundial dominado pelo modo de produção capitalista, tornando-se a venda de seus produtos ao exterior o interesse dominante, sobrepõe-se aos horrores bárbaros da escravatura, da servidão etc. a crueldade civilizada do trabalho em excesso. (Marx, 2013, p. 234).

Ruy Mauro Marini (2017) vai destacar três mecanismos através dos quais a extração da mais-valia pode ser aumentada no sistema capitalista: seja pelo aumento da intensidade do trabalho, onde, sem qualquer inovação tecnológica ou melhoria nas condições de trabalho, temos um aumento da mais-valia pela intensificação do trabalho; seja pelo aumento da jornada, que se refere ao aumento do tempo de trabalho sem aumento de salário, onde o trabalhador, após produzir o suficiente para cobrir o custo de sua subsistência (o valor de sua força de trabalho), continua trabalhando e gerando valor excedente que será apropriado pelo capitalista; ou ainda pela redução do consumo do operário, ou seja, a diminuição do valor necessário para sua subsistência que implicará no aumento da parcela do trabalho excedente (que se converte em mais-valia) e que pode acontecer de diversas maneiras, como por exemplo, reduzindo salários ou aumentando o custo de vida.

> O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer

> da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual *"o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital",* implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente. (Marini, 2017, p. 333).

Um outro aspecto abordado por Marini (2017) está relacionado ao consumo do trabalhador (o produtivo – consumo de meios de produção que implica o processo de trabalho e o improdutivo – consumo que o trabalhador emprega para repor sua força de trabalho) na lógica das relações das sociedades industriais, que se constituirá num elemento decisivo na criação de demanda, e onde o fluxo da produção se equilibrará no fluxo de circulação de mercadorias. Assim, diante desse movimento, a acumulação tende a ser obtida por meio da mais-valia relativa, onde ocorre o barateamento daquilo que compõe o consumo individual do trabalhador. Tal realidade não se repete na América Latina, pois no ciclo do capital no capitalismo dependente a produção se destina ao consumo de um mercado externo, onde o consumo individual do trabalhador não impacta na geração de demanda para a produção e a força de trabalho é explorada ao extremo, sem a preocupação de reposição desta.

> Na economia exportadora latino-americana, as coisas se dão de outra maneira. [...] a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. O dramático para a população trabalhadora da América Latina é que essa hipótese foi cumprida amplamente: a existência de reservas de mão de obra indígena (como no México), ou os fluxos migratórios derivados do deslocamento de mão de obra europeia, provocado pelo progresso tecnológico (como na América do Sul), permitiram aumentar constantemente a massa trabalhadora, até o início do século 20. Seu resultado tem sido o de abrir livre curso para a compressão do consumo individual do operário e, portanto, para a superexploração do trabalho. (Marini, 2017, 237-238).

Ao analisar a superexploração, Florestan Fernandes (2009) vai apontar que tal categoria, no capitalismo dependente, é a combinação e intensificação dos mecanismos da apropriação e expropriação, típicas do capitalismo clássico. Trata-se, pois, de sobre-apropriação e sobre-expropriação agindo para a transferência de valores da periferia para o centro do sistema capitalista, perpetuando a dependência e o subdesenvolvimento dessas nações periféricas. Aqui, é necessário aumentar o nível de exploração para garantir a divisão dos ganhos entre as frações burguesas interna e externa envolvidas no processo,

reafirmando, a natureza compósita da burguesia. Um padrão de acumulação que se caracteriza pela "sobre-apropriação repartida do excedente econômico" e que "promove ao mesmo tempo a intensificação de dependência e a redefinição constante das manifestações do subdesenvolvimento" (Fernandes, 2009, p.62).

Florestan afirma que a natureza compósita da burguesia engendra uma lógica permanente de proteção a instrumentos como, a propriedade privada, o livre mercado, a iniciativa privada e a ordem social, que garantem a perenidade dos privilégios desta classe. E, aqui, nos parece que o racismo cumpre uma função estratégica, pois, ao mesmo tempo que justifica a concentração de renda e poder nas mãos de uma minoria, além das ações repressoras contra os marginalizados, papel geralmente desempenhado pelo Estado, com vistas à manutenção da ordem vigente; serve como amortecedor das tensões de classe, difundindo a divisão sociorracial do trabalho e a competitividade no segmento subalternizado. E neste sentido, ao analisar a contribuição de Florestan Fernandes sobre heteronomia racial, Kátia Lima afirma:

> [...] o assalariamento é concebido como um privilégio econômico e social na medida em que não está integrado da mesma forma que o capitalismo avançado, pois precisa equilibrar estruturas econômicas em diferentes estágios de evolução econômica, e não exprime equilíbrio articulado do todo, pois as transformações econômicas não foram acompanhadas de transformações substanciais na estrutura social de distribuição de renda dos diferentes estratos da população, expressando, inclusive, a concentração racial da renda, do prestígio e do poder para os brancos.
>
> [...] a heteronomia racial associada à heteronomia econômica, política e social é constitutiva do capitalismo dependente e funcional a esta ordem societária. É uma herança da ordem senhorial e escravocrata, mas o capitalismo dependente não tem interesse em romper com esta dupla face de dominação – heteronomia racial e heteronomia econômica, política e social – daí porque permanece até os dias atuais conduzida por um mecanismo de constante revitalização. (Lima, 2017, p. 356-358)

2.2 – Brasil, o retrato de um país de capitalismo dependente

Florestan (2013) nos ensina que as relações de dependência não são relações entre nações, pois o que move a expansão capitalista são as relações entre os seus agentes históricos, ou seja, os seus grupos e classes sociais sendo protagonistas ou agindo de forma heterônoma. Para ele, a condição heterônoma no capitalismo dependente nada mais é que o lugar de "uma condição colonial permanente, embora instável e mutável" (2013, p. 24), pois, a modernização que se inicia com o fim do pacto colonial não significou a reprodução do processo evolutivo do capitalismo europeu, mas sim, especialmente no

transcorrer do século XIX, um processo de "europeização". Isto é, um processo de transferência que ocorre "no nível das normas, instituições e valores sociais, que iriam orientar o comportamento verbalizado, primeiro, e o comportamento efetivo, em seguida, através da cooperação ou do conflito, na direção daqueles padrões" (2013, p. 23). Assim, ao procurarem "ajustar interesses socioeconômicos mais ou menos tocos e imediatistas às estruturas econômicas, sociais e jurídico-políticas requeridas pelo capitalismo" (2013, p.23), as frações da elite dessas sociedades, que era a classe social com maior poder aquisitivo e investida de uma "força histórico-social dinâmica", baseada em uma identidade civilizatória europeia, não foram capazes de pensar projetos de desenvolvimento nacional autênticos que levassem em consideração seus limites estruturais, suas diversidades étnicas e culturais e suas contradições sociais.

> Está claro que essa condição se altera continuamente: primeiro, se prende ao antigo sistema colonial; depois, se associa ao tipo de colonialismo criado pelo imperialismo das primeiras grandes potências mundiais; na atualidade, vincula-se aos efeitos do capitalismo monopolista na integração da economia internacional. Ela se redefine no curso da história, mas de tal modo que a posição heteronômica da economia do país, em sua estrutura e funcionamento, mantém-se constante. O que varia, porque depende da calibração dos fatores externos envolvidos, é a natureza do nexo de dependência, a polarização da hegemonia e o poder de determinação do núcleo dominante. (Fernandes, 2013, p. 104).

No caso brasileiro, a compreensão da forma como a colonialidade, mesmo após o fim do pacto colonial, forjou as relações sociais, é a chave para analisarmos as violências, as desigualdades, a superexploração da força de trabalho, os direitos e privilégios dos detentores do poder e a democracia exclusiva, ou como afirma Florestan Fernandes, uma "democracia entre iguais", restrita às frações da burguesia nacional.

Florestan Fernandes (2020) nos ensina que não seria o senhor de engenho o precursor do burguês e, tão pouco estaria na aristocracia agrária a gênese da burguesia, embora tenha sido o processo de mercantilização da produção agrária a base material para o surgimento das primeiras centelhas da classe burguesa.

Quando nos dedicamos com alguma profundidade a entender o papel do produtor agrário na economia colonial brasileira, constatamos facialmente a impossibilidade de ele ter sido o precursor do agente econômico moderno, pois embora ocupasse uma posição de destaque na sociedade colonial, ele estava inserido em um sistema de exploração que o tornava, em última instância, dependente e sujeito à expropriação. Ele era, portanto, um agente da apropriação colonial, lucrando com a exploração de recursos e pessoas.

Segundo Fernandes, o que garantia como ganho “não era um excedente gerado por esta forma de capitalização; mas constituía, literalmente, uma espécie de remuneração (em dinheiro, em crédito ou em outros valores) à parcela da apropriação colonial que não era absorvida pela Coroa e pelas companhias ou agências comerciais” (Fernandes, 2020, p. 14). E, apesar de ter sido um "agente econômico especializado" na organização da produção colonial, ele era o elemento marginalizado no processo de mercantilização da produção. Sua função era organizar a produção colonial interna, mas dentro de um sistema "estruturalmente heterônomo", ou seja, dependente de forças externas, como a Coroa e os grupos financeiros europeus.

> Para o senhor de engenho, o processo reduzia-se, pura e simplesmente, à forma assumida pela apropriação colonial onde as riquezas nativas precisavam ser complementadas ou substituídas através do trabalho escravo. Nesse sentido, ele ocupava uma posição marginal no processo de mercantilização da produção agrária e não era nem poderia ser o antecessor do empresário moderno. Ele se singulariza historicamente, ao contrário, como um agente econômico especializado, cujas funções construtivas diziam respeito à organização de uma produção de tipo colonial, ou seja, uma produção estruturalmente heteronômica, destinada a gerar riquezas para a apropriação colonial. Uma das consequências dessa condição consistia em que ele próprio, malgrado seus privilégios sociais, entrava no circuito da apropriação colonial como parte dependente e sujeita a modalidades inexoráveis de expropriação controladas fiscalmente pela Coroa ou economicamente pelos grupos financeiros europeus, que dominavam o mercado internacional. (Fernandes, 2020, p. 5).

Com a independência do país e o fim do pacto colonial, criam-se as condições para a expansão da burguesia, onde já surge a figura do burguês como “seja na figura do agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante (não importando muito seu gênero de negócios: se vendia mercadorias importadas, especulava com valores ou com o próprio dinheiro” (Fernandes, 2020, p. 7), desponta agora com a valorização social do “alto comércio”.

Na segunda metade do século XIX, nas cidades em expansão e onde a classe burguesa se estabelece de forma mais ou menos coesa, se iniciarão os primeiros movimentos de contestação da ordem social vigente e, mais tarde, do próprio sistema escravista. Tal movimento incorpora a pauta abolicionista e antiescravista, mas na perspectiva dos interesses dos de cima e do segmento social branco, onde não se questionava a escravidão em si, mas o que ele representava de negativo para a expansão econômica de um projeto burguês de nação.

> Eis aí um escorço apertado, mas que esboça como surgem e quais são os novos tipos de homens que iriam projetar os toscos móveis capitalistas do velho “senhor rural” no horizonte cultural da “burguesia” emergente e que iriam

> encarnar, portanto, o "espírito burguês". Esses tipos de homens, malgrado sua variedade e heterogeneidade, impulsionaram silenciosamente, na trilha de seus êxitos e fracassos, a revolução que pôs em xeque os hábitos, as instituições e as estruturas sociais persistentes da sociedade colonial. Eles se afirmam, num primeiro momento, pelo élan de "modernizar", compondo-se assim, através de compromissos tácitos, com as elites da "aristocracia agrária". Mais tarde, porém, evoluem para opções mais definidas e radicais, embora dissimuladas, pelas quais tentam implantar no Brasil as condições econômicas, jurídicas e políticas que são essenciais à plena instauração da ordem social competitiva. (Fernandes, 2020, p.18).

Assim, o Brasil ingressa de forma lenta e tardia no sistema capitalista mundial e, quando tal transição ocorre (de forma muito semelhante aos outros países latino-americanos), o faz cumprindo um papel de subalternidade, onde o desenvolvimento de suas forças produtivas e o seu ordenamento jurídico e político atendem, não à garantida da soberania nacional e a um projeto de nação, mas sim aos interesses dos países de capitalismo hegemônico e ao mercado mundial em expansão.

> As estruturas sociais e econômicas do mundo colonial ficaram intactas, como condição mesma, seja para o controle do poder pelas elites senhoriais nativas, seja por causa das necessidades do mercado mundial, em relação ao qual a economia tropical preenchia uma função especializada, de natureza heteronômica. (Fernandes, 2013, p.20).

Segundo Florestan Fernandes (2020), a manutenção dos traços coloniais no âmbito das relações sociais, políticas e econômicas foram fundamentais para o exercício e domínio do poder pela burguesia brasileira, além de representarem uma característica do modelo dependente, pois "as impossibilidades históricas formam uma cadeia, uma espécie de círculo vicioso, que a repetir-se em quadros estruturais subsequentes" (Fernandes, 2020, p. 198) impossibilitam qualquer caminho de ruptura com o antigo e onde, no jogo de conciliação dos interesses das frações dominantes, a regra, em geral, é a de "negação ou neutralização" das possibilidades de mudança.

Assim, será na manutenção desses laços, ainda que transfigurados no percurso histórico sob uma forte influência dos valores modernizantes europeus, que a revolução burguesa brasileira, sob o capitalismo dependente e tendo o Estado como instituição crucial para a consolidação do seu poder político, evidenciará tanto a sua "força selvagem" quanto sua "debilidade crônica".

> O que caracteriza o desencadeamento dessa era é o seu tom cinzento e morno, o seu todo vacilante, a frouxidão com que o país se entrega, sem profundas transformações iniciais em extensão e em profundidade, ao império do poder e da dominação especificamente nascidos do dinheiro. Na verdade, várias burguesias (ou ilhas burguesas), que se formaram em torno da plantação e das cidades, mais se justapõem do que se fundem, e o comércio vem a ser o seu

> ponto de encontro e a área dentro da qual se definem seus interesses comuns. É dessa debilidade que iria nascer o poder da burguesia, porque ela impôs, desde o início, que fosse no terreno político que se estabelecesse o pacto tácito (por vezes formalizado e explícito) de dominação de classe. Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica. (Fernandes, 2020, p. 200).

Uma dominação traduzida na forma violenta e arrogante como garante seus privilégios, contribuindo para a acentuação das desigualdades sociais, onde, ao se beneficiar das relações de dependência, sustentada por uma cultura e ideologia dominante moldadas por interesses externos, influenciando a identidade nacional e a percepção do desenvolvimento, sujeita a classe trabalhadora e, mais intensamente, a população negra e periférica, à superexploração, à indigência e à morte. Bem como, na debilidade crônica, que sujeita o país a uma estrutura agrária desigual, com grandes latifúndios e concentração de riquezas e poder nas mãos de poucos, onde uma grande parcela da população experimenta a brutalidade da fome ou da precariedade alimentar, enquanto o agronegócio se dedica, quase que exclusivamente, à produção pecuária e de grãos para exportação. Ou ainda, por uma industrialização que ocorreu de forma tardia e foi impulsionada por capitais estrangeiros, resultando em uma indústria que muitas vezes servia aos interesses externos, em vez de promover um desenvolvimento interno sustentável. E que hoje, refém da importação de bens acabados e de alta tecnologia, se limita à produção de matéria-prima, onde a exportação de comodities favorece ainda mais a expropriação do país.

Assim, diante do esforço empreendido por Florestan Fernandes e pelos intelectuais da Teoria Marxista da Dependência, que apontam que a origem de tal dependência está nas estruturas político-sociais arcaicas herdadas do regime escravista, podemos concluir que o caminho para a superação desse modelo de sociedade no Brasil, passa, necessariamente, pela desconstrução do racismo estrutural, como uma expressão desse arcaísmo que é extremamente funcional para a manutenção do sistema. Do mesmo modo que, como afirma Dennis de Oliveira, a estratégia de combate ao racismo:

> [...] passa pelo entendimento de que os mecanismos estruturais do racismo estão diretamente ligados ao modelo de acumulação de riquezas do capitalismo dependente, garantidos pelo formato do arranjo institucional da matriz colonial de poder. Assim, todas as barreiras institucionais decorrem não apenas dos comportamentos preconceituosos de brancos incomodados com a divisão de espaços exclusivos, mas da própria natureza das estruturas burocráticas públicas e privadas do capitalismo dependente. Assim, preconceitos raciais sofridos por pessoas negras eventualmente nesses espaços brancos

> (universidades, espaços de poder institucional etc.) não são apenas violências contra as pessoas vitimadas, mas a expressão de um sistema de poder que condena a esmagadora maioria de negras e negros à miserabilidade. E tudo isto é funcional e necessário para se manter o modelo de acumulação e reprodução de riquezas do capitalismo dependente centrado na superexploração. (Oliveira, 2021, p. 189)

Dito isso, a análise das relações raciais e do racismo na nossa sociedade nos convoca ao trabalho de articulação entre teoria e história para a compreensão dos conflitos e acomodações entre os interesses das classes dominantes e exploradas. E, mais ainda, o urgente esforço de entendimento sobre as formas de reprodução dos preconceitos e das violências de dominação entre frações da classe trabalhadora.

3 – O racismo enquanto uma das estruturas da sociedade brasileira, a partir do pensamento de Clovis Moura

> Fazer história no Brasil, fora dos marcos oficiais, é uma prova de coragem. São muitos os assuntos proibidos e muitos os heróis sagrados das classes dominantes. Difícil é resgatar as raízes dos verdadeiros construtores do País.
>
> Clóvis Moura[16]

3.1 – Avanços teóricos que o pensamento de Clóvis Moura traz para o aprofundamento do debate sobre racismo na sociedade de capitalismo dependente

Clóvis Moura (1925–2003) nasceu em Amarante, Piauí, numa família interracializada e de classe média-baixa. Filho de mãe branca, Elvira Moura, e pai negro, Francisco de Assis, teve um bisavô materno, Ferdinando Vön Steiger, de origem europeia e a avó paterna, Carlota, escrava de seu avô, senhor de engenho em Pernambuco.

Aos dez anos de idade, Clóvis Moura se muda com a família para Natal, Rio Grande do Norte, onde viveu de 1935 até 1941. E foi na capital potiguar que, segundo Érika Mesquita:

> Iniciou seus estudos num colégio de padres Maristas, o Colégio Santo Antônio. Muito jovem fundou, à revelia dos irmãos Maristas, o Grêmio Cívico-Literário 12 de Outubro, onde eram realizadas reuniões semanais para discussão de literatura e política. O grêmio possuía também um jornal de nome *O Potiguar*, dirigido por Clóvis Moura, no qual publicou seu primeiro artigo não-literário, que versava sobre a Inconfidência Mineira. Ele e seu irmão se mudaram para Salvador em 1942, quando tinha 17 anos. (Mesquita, 2004, p. 339)

Em terras baianas, Clóvis Moura torna-se estudante universitário no curso de Direito, que não concluiu, e, posteriormente, gradua-se em Ciências Sociais. Atua na carreira jornalística no jornal comunista "O Momento", quando inicia a sua trajetória política no Partido Comunista Brasileiro, que, segundo Érika Mesquita: "foi também a oportunidade para aprofundar-se na teoria marxista, marxiana e pecebista da IlI e IV Internacionais, e pelos idos de 1945 torna-se militante" (Mesquita, 2002, p. 176).

Em 1947, elege-se deputado estadual pelo PCB, mas teve a candidatura cassada quando o partido é colocado na ilegalidade pelo governo de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950). E, por conta deste entrave na sua trajetória político-partidária, em 1949, Moura se

[16] (Moura, 2020, p. 5)

muda para São Paulo, onde irá estreitar os laços políticos e teóricos com Caio Prado Junior e outros intelectuais ligados ao partido comunista. Além de manter-se atuante no "partidão", através da Frente Cultural do PCB, ele vai trabalhar de maneira profissional como jornalista, carreira na qual se aposentou em 1972.

> Além de militar no PCB, Moura atuaria profissionalmente como jornalista, trabalhando para Samuel Wainer e posteriormente para Assis Chateaubriand nos Diários Associados. Concomitante a sua atividade profissional, pesquisava história, em particular sobre a rebeldia negra no tempo da escravidão, tendo como objetivo demonstrar o importante e ativo papel do negro na formação da nação, não só do ponto de vista cultural, muito abordado naquele momento, mas — e principalmente — social, se desdobrando para os planos político e econômico. Em 1959 publicou seu primeiro e marcante livro, *Rebeliões da Senzala*, uma interpretação marxista da escravidão no país pelo viés da resistência escrava. (Mesquita, 2004, p. 340).

Por conta de suas teses, especialmente a originalidade das suas análises sobre a escravidão como modelo de formação econômico-social e o protagonismo negro contra o regime escravista, será ignorado e isolado por intelectuais dentro e fora do PCB. Tido como radical por muitos companheiros de partido, ele foi desqualificado por ousar interseccionar as categorias raça/classe, uma verdadeira aberração aos olhos da rigidez teórico-partidária. Assim, segundo Márcio Farias:

> Após sua saída do PCB, Clóvis Moura nunca mais integrou as fileiras de um partido, mantendo apenas um bom diálogo com a fração que participou do "racha" do partidão e que, em 1962, fundou o PC do B. Das décadas de 1960 a 1980, Moura se dedicou aos estudos, participação em congressos, elaboração de artigos para revistas cientificas, jornais e periódicos, além da publicação de algumas obras de importância singular para os trabalhos sobre relações raciais no Brasil e pensamento social brasileiro. (Farias, 2019, p. 57).

Clóvis Moura foi um intelectual marxista que sempre esteve à frente de seu tempo histórico. Com a coragem de rasgar os estatutos do pensamento social brasileiro sustentados até então, ele inaugura um novo olhar, com os entrelaces dialéticos necessários, sobre as relações raciais e os fenômenos sociais no Brasil.

A sua originalidade e radicalidade está no lugar em que sempre posicionou a população negra, elemento decisivo para a acumulação, formação e sustentação do capitalismo brasileiro, seja na condição de escravizado ou de trabalhador assalariado, mas também protagonista no enfrentamento à exploração e às violências produzidas por esse mesmo sistema.

> Por esta razão, é um autor de referência na compreensão dos fenômenos sociais brasileiros. E a perspectiva moureana sobre as relações raciais e o racismo no Brasil têm uma outra característica que a torna ímpar: ela é realizada a partir

> da observação densa da práxis da população negra desde o período da escravização até o regime capitalista. Moura tem o grande mérito de deslocar o foco do olhar sobre as estruturas sociais. É a partir do oprimido (negro) que constrói o arcabouço teórico que possibilita um olhar original sobre as relações raciais brasileiras. (Oliveira, D., 2016, p. 7).

3.2 - Ressignificação do marxismo, da sociologia e do intelectual no tratamento da questão racial

Abrindo esta seção, gostaria de destacar dois textos utilizados por Clóvis Moura como epígrafes do seu livro A sociologia posta em questão de 1978. Pois tais escolhas, tanto na convocação feita por John Desmond Bernal, professor e físico marxista nascido na Irlanda no início do século XX, quanto a constatação do intelectual e educador baiano Anísio Teixeira, considerado patrono da escola pública brasileira, evidenciam a intenções da jornada Moura ao publicar uma obra que se contrapõe ao academicismo eurocentrado e estéril (na perspectiva da superação dos reais problemas da sociedade brasileira) e ao marxismo de gabinete, ou marxismo desdentado[17], como o próprio Clóvis Moura denominava os teóricos que não são capazes de conduzir uma sociologia da práxis a partir do lugar da classe trabalhadora em movimento. Um lugar onde as análises sociológicas só poderão ser validadas se considerarem a dialética (como método de análise) das relações sociais concretas, pois "fora disto serão esquemas aplicáveis a qualquer época e a qualquer lugar e por isto mesmo incapazes de dar explicação ao processus antinômico do devir emergente, suas contradições particulares, perspectivas e direções" (Moura, 1978, p. 56).

Para Clóvis Moura (1978), em contraponto à "sociologia acadêmica", a "sociologia da práxis", através de um modelo "dinâmico/radical de formação econômico-social" deveria ser capaz de "clarificar a visão do estudioso mostrando aquilo que é determinante, os seus elementos basilares, separando-os dos elementos fortuitos ou secundários" (Moura, 1978, p. 57). E, mais ainda, se constituir em um modelo capaz de engajar a análise à ação política, na perspectiva desta, reconhecendo determinada formação socioeconômica como fruto de processos históricos e repleta de contradições e movimentos conflituosos em suas relações sociais, ser capaz de contribuir para a superação dos problemas e a transformação qualitativa desta realidade.

---

[17] Clóvis Moura vai definir como desdentado, o posicionamento de "alguns neomarxistas de cátedra que ao tempo em que alimentam a fome da juventude inquieta com um *ersatz* do marxismo, desviam-na do marxismo revolucionário, tido como ultrapassado, dogmático" (Moura, 1978, p. 44)

> O traço que distingue a Sociologia da práxis de todas as outras correntes evolucionistas do pensamento social do século XIX é o fato de que enquanto nas primeiras a noção de progresso social é expressa através de um processus ininterrupto, ou melhor, através de um continuum que é um simples fluir, na Sociologia da práxis esse progresso se verifica através de contradições, de choques que são a sua própria dinâmica e se verificam no interior de cada processo. Enquanto para as correntes evolucionistas vulgares esse fluir trazia o progresso social por agregação de novas partes, a Sociologia da Práxis, vê o aparecimento de novas qualidades no choque, nas contradições internas neles contidas e na sua superação. (Moura, 1978, p. 58).

Clóvis Moura alerta que, mesmo o estudioso da sociologia da práxis precisa ter o cuidado de não limitar sua análise sociológica à superficialidade do movimento conflituoso entre opressores e oprimidos, pois, se agir assim, vai desembocar numa série de "racionalizações utópicas sem nenhuma consistência científica" (Moura, 1978, p. 32). Neste sentido, tais análises devem considerar, para além da dicotomia opressor e oprimido, o lugar da classe trabalhadora como a força social capaz de promover as transformações e superar as contradições presentes na sociedade. Um lugar que só pode ser ocupado pela classe que, no conjunto das relações da sociedade capitalista, na lógica da extração da mais-valia e da exploração da força de trabalho, experimenta uma condição de subalternidade.

Portanto, segundo Clóvis Moura (1978), é necessário que a Sociologia da Práxis assuma uma posição de classe, a da classe trabalhadora, pois só assim, poderá contribuir com uma análise profunda e ampla dos dilemas sociais e propor os encaminhamentos científicos necessários para superá-los, enquanto a classe dominante vai procurar o cabedal teórico que legitime a sua posição de classe privilegiada e a lógica exploratória que impõe aos extratos mais baixos da pirâmide social.

> Ao mostrar o conflito existente no modo de produção atual, isto é, entre as forças produtivas e as relações de produção, a Sociologia da práxis demonstra também que somente as classes que, no processo produtivo, estão ligadas à *práxis* social poderão restabelecer esta harmonia - superando a contradição - e por isto mesmo aspirar ao *conhecimento sociológico.* Aquelas classes que se situam no outro polo do sistema de estratificação social e tentam deter a possibilidade de ser restabelecida esta harmonia não procuram o conhecimento, mas a *alienação sociológica.* (Moura, 1978, p. 42).

Clóvis Moura (1978) vai denunciar o que chama de neomarxismo universitário, onde os jovens estudantes serão apresentados a um marxismo esvaziado do seu sentido dinâmico e revolucionário. De tal modo que, a abordagem de um marxismo de viés mais radical é tida como algo anacrônico e superado na "história do pensamento social e especialmente das Ciências Sociais" (Moura, 1978, p. 44). E, assim, a academia vai

promover a “profissionalização do cientista social” dentro da ordem vigente. Aquele que irá tratar o dinamismo das classes subalternizadas contra a opressão como um mero objeto de pesquisa, levando-os “a uma posição ideológica e metodológica inteiramente voltada e dirigida no sentido de controlá-los ·em função do regime político existente, das suas instituições” (Moura, 1978, p. 44).

Além disso, será no engessamento dessa profissionalização do cientista social que ocorrerá a fragmentação da grande área de conhecimento. Que deixando de propor a análise ampla dos fenômenos sociais, se repartirá em subáreas, tais como: Sociologia, Etnografia, Antropologia Cultural, Antropologia Social, etc. De maneira que, “debruçam-se sobre o refinamento, estabelecendo todo um microconceptualismo para ser usado nas universidades tendo por objetivo preparar especialistas do empirismo” (Moura, 1978). Onde, tais instituições de ensino, atuando como mantenedoras do *status quo*, cumprem a missão final de formar:

> [...] uma elite de profissionais altamente adestrados nas técnicas de controle e no domínio da análise de fatos isolados e processos parciais faz parte do sistema de defesa do regime atual. Das Universidades para as empresas industriais ou congêneres quando não para instituições estatais: esta é a trajetória do cientista social profissional, adestrado para manter o *controle social.* Esta elite encastelada em setores básicos da organização social funciona como municiadora de planos regionais, análises de problemas de mercado e especialmente tensões sociais dentro de cada empresa ou para organismos burocráticos do governo. (Moura, 1978, p. 46).

Outra análise apresentada por Moura trata da forma como as Ciências Sociais, mais especificamente a Antropologia, foi usada como ferramenta científica da colonização na África, Ásia e Oceania, onde o mundo moderno, sob a égide do imperialismo, conheceu uma infinidade de produções acadêmicas que se dedicavam a traçar o perfil do “homem primitivo”. Foram as legiões de cientistas sociais, “etnólogos, missionários, antropólogos de profissão” (Moura, 1978, p. 46), que buscavam definir a cultura, os valores religiosos e sociais das populações oprimidas pelo colonialismo, com o objetivo de construir a ideia de que esses povos, por sua herança histórica e cultural, não seriam capazes de assimilar de imediato os padrões civilizatórios hegemônicos, sob o risco de degradação sociocultural. Assim, “abandonaram o *proletário* pelo *primitivo*" (1978, p. 46), e com uma argumentação socioantropológica cumpriram o propósito de atestar a impossibilidade dessas sociedades se desenvolverem, estando fadadas à dependência e ao subdesenvolvimento, colocando o saber academicista a serviço da ordem, dissimulando a barbárie e a superexploração capitalista nessas regiões.

> Finalmente, o conceito de pré-logismo do chamado homem primitivo criado por Lucien Lévy-Bruhl fechou esse círculo ideológico e levou a que se considerassem os povos ágrafos como incapazes, de forma inapelável, de se civilizarem. Considerando as funções mentais dos membros das civilizações inferiores como diferentes não apenas em grau mas em natureza, sendo as mesmas refratárias e impermeáveis à experiência e à razão e essencialmente religiosas, esses estudiosos estabeleceram uma barreira intransponível, uma divisão estanque entre os povos dominados e os povos dominadores. Substituindo o já desmoralizado *slogan* de "raças inferiores", passou-se a considerar que uma mentalidade *pré-lógica* do "primitivo" impedia-o de passar da economia natural que fazia parte da sua respectiva cultura para uma economia monetária (lógica) levada pelos ocidentais. (Moura, 1978, p. 50).

Percebemos aqui, como o movimento que se processou com a mudança da argumentação de raças inferiores para a ideia da "mentalidade *pré-lógica*" do "primitivo" (Moura, 1978), ressignificou o lugar do racismo e do controle dos povos autóctones na modernidade. Pois, agora, essas civilizações "exóticas" poderiam ser exploradas, desde que "protegidas" e controladas na sua condição tribal. Tal interpretação antropológica também serviu à forma como os governos dos países capitalistas dependentes lidaram com os povos indígenas da América Latina, especialmente no Brasil, onde a sociedade fechou os olhos para toda a sorte de atrocidades e explorações cometidas contra essas etnias necessariamente "isoladas" e "protegidas" do perigo civilizatório.

> Nesta modelagem a Antropologia Cultural e a Social tiveram como função apresentar traços irrelevantes de uma cultura como sendo determinantes de todo o comportamento de uma comunidade; determinar as formas de controle mais efetivas; usar os valores dessas culturas como elementos de utilidade para os colonizadores; delinear medidas para a conservação dos valores úteis à dominação e diluir os considerados prejudiciais, e, finalmente, estabelecer planos "científicos" para serem executados pelas metrópoles, em interesse próprio. (Moura, 1978, p. 50-51).

Retomando o debate em torno da questão do necessário posicionamento de classe e comprometimento com a transformação da sociedade por parte da práxis sociológica, vamos elencar as principais diferenças apontadas por Clóvis Moura (1978), entre o que chama de práxis sociológica radical e práxis sociológica acadêmica. Pois para ele, a práxis não será aplicada, senão num contexto social de luta de classes, repleto de antagonismos e contradições impostas pela formação econômico-social vigente, onde a atuação do cientista social e a aplicabilidade das suas elaborações estará limitado pelos interesses e intervenções da classe detentora do poder. Com isso, cabe ao cientista social não limitar a sua práxis ao plano de elaboração, de gabinete acadêmico, apartando-se das possíveis ações políticas libertadoras ensejadas por suas conclusões de pesquisa, sob pena de vê-la se constituindo como "*práxis* alienada", negociada como "mercadoria" por aqueles

setores que não tem qualquer interesse na transformação e na superação das contradições sociais.

Assim, entendemos que o marxismo para Clóvis Moura, não foi definido por essa academia apartada da realidade concreta, mas pela luta cotidiana dos subalternizados. Onde, no contexto do capitalismo dependente brasileiro, extremamente racializado e violento com a população negra, buscando compreender a ação política dos sujeitos em conflito, propõe a práxis de um marxismo negro que nega o estatuto que nos desumaniza.

Uma dialética materialista aplicada na luta de classes antirracista, a partir dos valores e de uma cosmovisão ancestral e afro-brasileira, onde Moura "não apenas aplicou a interpretação marxista às condições histórico-sociais do negro no escravismo; ele, na acepção de Zizek (2008), traiu o marxismo, expandiu seu conteúdo original e o enegreceu" (Oliveira, F., 2016, p.199)

> Queremos dizer, inicialmente, que se trata de uma tentativa exploratória de se empregar a dialética materialista ao problema do negro brasileiro no seu aspecto organizacional e ao nível de convergência entre os seus valores culturais, trazidos da África, e a função dos mesmos em uma sociedade de classes. (Moura, 2021, p. 163).

Ele pensou o marxismo, não de forma dogmática ou academicista, mas como um método de elaboração e ação política, sempre buscando estabelecer a relação dialética entre a agência negra e estrutura em questão. Pois, "a práxis do negro, para Clóvis Moura, enegrece o marxismo e o transfere da realidade pensada pelos intelectuais à realidade vivida pelos sujeitos históricos. (Oliveira, F., 2016, p.199)

Outra crítica apresentada por Moura (1978) diz respeito à forma como as pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico e "sob o patrocínio ou institucionalizados pela estrutura" correm o risco de servirem à manutenção do status quo, pois, ao abdicarem das análises sociais globais, limitando-se ao estudo de "segmentos de problemas ou aspectos parciais e fragmentários de fatos ou processos da realidade social" (Moura, 1978, p. 70), criam as condições para que os setores dominantes, embasados nos dados das pesquisas científicas, reelaborem seus métodos de coerção ou cooptação política, ou ainda, garantam "a substituição de métodos de direção patriarcais por métodos burocráticos refinados, a substituição de formas tradicionais de liderança e controle por outras racionalizadas" (Moura, 1978, p. 70).

Em nossa opinião, um exemplo concreto desse modus operandi foi a forma como a produção acadêmica estrangeira, e mesmo aquela produzida nas universidades brasileiras sob a mordaça e o controle governamental, contribuíram para o embasamento dos tecnocratas responsáveis pelas reformas educacionais e o acordo MEC-USAID, executados durante o regime militar iniciado em 64. Ou ainda, a forma como a produção acadêmica atual, engessada nos gabinetes ou pelos financiamentos público/privados, contribuem para fortalecer os argumentos dos sistemas neoliberais de avaliação educacional ou as ações de grupos privatistas como o "Todos pela Educação", por exemplo.

Moura (1978) preconiza que o processo de dinamização e transformação das estruturas sociais, no seu ritmo, velocidade e direção, no sentido de estabelecimento de uma nova ordem social, depende da ação dos homens através de uma práxis política que não despreze a teoria e que reflita a essência da práxis social. Uma práxis política que, diante do esgotamento das contradições e a desarmonia da ordem vigente, e ultrapassando os elementos reformistas, que apenas servem como válvula de escape para atenuar as tensões, será capaz de promover a revolução que destruirá o neocolonialismo e a sua formação socioeconômica e política, que é o capitalismo.

No âmbito do que foi exposto até aqui, cabe resgatar a elaboração de Clóvis Moura em torno das categorias de grupo específico e grupo diferenciado. Onde afirma que, para chegar a tais categorias, desenvolveu um esquema metodológico partindo da manipulação de dois termos da dialética materialista derivados do conceito de classe social: os termos de classe em si e classe para si.

> Essa dicotomização do conceito vem possibilitar a análise da classe desde a sua formação e emergência, quando ela é apenas objeto no contexto social, até a fase mais plena da sua afirmação na sociedade, quando adquire consciência de que existe e somente em confronto e fricção com outra ou outras que se comprimem no espaço social pode reconhecer-se como específica, isto é, com objetivos próprios e independentes. (Moura, 2021, p. 276)

Tratamos, portanto, da ideia de classe como mero objeto no contexto social e como um elemento que, em confronto com outros no espaço das relações sociais, adquire consciência de sua existência com objetivos específicos e independentes. Pois, quando a classe alcança o nível de reconhecer-se específica ela cria valores próprios num primeiro momento e uma ideologia que a dinamiza e reflete os interesses dos seus segmentos num segundo momento.

> o grupo diferenciado tem as suas diferenças aquilatadas pelos valores da sociedade de classes, enquanto o mesmo grupo passa a ser específico na medida em que ele próprio sente esta diferença, e, a partir daí, procura criar mecanismos de defesa capazes de conservá-lo específico, ou mecanismos de integração na sociedade. (Moura, 2021, p. 288)

Como vimos anteriormente, diante da tragédia da escravidão, o negro produziu coletivamente diferentes formas de resistência cultural e preservação de sua identidade e tradições. E, com isso, criou uma vasta rede de grupos específicos de resistência social e de garantia da vida em si, como afirma Clóvis Moura:

> Esses grupos seriam representados por quilombos, clubes conspirativos, candomblés, batuques, irmandades religiosas, festa de reis do Congo, caixas de alforria, "cantos", grupos de capoeira, finalmente todos aqueles que foram organizados pelo negro escravo. [...] Esse processo de dinâmica organizacional contínuo prolongou-se após a Abolição, em decorrência do peneiramento social a que foram submetidos os negros livres na sociedade "branca". Poderão ser vistos como: confrarias religiosas, associações recreativas, culturais e esportivas, centros de religiões afro-brasileiras ou populares, como candomblés, terreiros de macumba, xangôs, centros de umbanda/quimbanda, pajelanças, escolas de samba, grupos teatrais ou políticos, como a Frente Negra, já com o nível de organização e grau de ideologização capazes de levá-los a participar de movimentos mais globalizadores. (Moura, 2021, p. 280).

Nos embates de classes de uma sociedade competitiva e desigual, onde o negro é historicamente classificado como grupo diferenciado, isto é, "enquanto ele é simples grupo diferenciado — através de critérios de julgamento exteriores — é apenas objeto, simples elemento componente da sociedade no seu todo, funcionando como parte passiva do contexto social" (Moura, 2021, p. 289), estando sempre numa posição de vulnerabilidade econômica e inferiorizado socialmente, a emergência de novos valores (os criados no presente e os revitalizados da sua ancestralidade) como saberes que organizam esse coletivo, dando sentido e sustentando a autoafirmação, é o que os definirá politicamente como um grupo específico em movimento.

O negro como grupo específico se autodefine, é sujeito, tem consciência de classe e constrói mecanismos de defesa e preservação de sua identidade. Já como grupo diferenciado, ele é um mero objeto, definido pelas classes superiores e deliberantes, um elemento passivo que apenas compõe a cena social. Contudo, o grupo diferenciado pode tomar consciência da sua condição frente aos grupos privilegiados e passar a agenciar suas demandas específicas, tornando-se, assim, um grupo específico.

> É esta emergência de novos valores dentro do grupo que o faz passar de diferenciado (para a sociedade global) a específico, através de valores criados por ele no presente, ou aproveitados do passado, passando a ser revalorizados como símbolos de autoafirmação grupal. A formação desses grupos

> específicos, numa sociedade competitiva, nasce, fundamentalmente, do antagonismo entre as classes sociais e os seus diversos estratos. (Moura, 2021, p. 280).

Estabelecendo a conexão entre as categorias de grupo específico e grupo diferenciado em Clóvis Moura e a ideia de saber orgânico e saber sintético preconizado por Nêgo Bispo (2019), podemos afirmar que: Um grupo específico detém um saber orgânico na medida em que tal saber se constitui como a identidade integradora deste grupo. Um saber produzido no compartilhamento das experiências e necessidades do próprio grupo. Enquanto a ideia de um saber sintético, fragmentado e estéril pode ser associado ao conceito de grupo diferenciado, uma vez que tal saber não se conecta de forma consciente com a vida, isto é, não é ressignificado como forma de enfrentar o preconceito e o etnocídio praticado contra esse grupo. Assim, nossos estudos apontam para uma aproximação entre a categoria de grupo específico propostas por Moura e a reflexão de Nêgo Bispo em torno da ideia de "fronteiras" do saber orgânico, na perspectiva da mobilização dos subalternizados para a construção da luta contra colonial e antirracista.

Contudo, não devemos perder de vista que quaisquer agrupamentos sociais não existem apenas como uma mera abstração, eles estão inseridos no contexto social e são a síntese de múltiplas determinações, onde só podem ser compreendidos a partir da lógica das contradições dialéticas. Assim, vamos tentar estabelecer o lugar da práxis negra e do legado moureano numa realidade de camadas negras em disputa.

Na apresentação publicada originalmente na 2ª edição (mantida na 3ª edição de 2020) de Dialética Radical do Brasil Negro, intitulada o "O pensamento radical de Clóvis Moura", o historiador marxista Augusto Buonicore afirma:

> Quem segurou a bandeira do "pensamento moureano" durante todos esses anos – impedindo que ela caísse no esquecimento – foram os movimentos negros, especialmente os vinculados a uma perspectiva socialista e marxista. Fato que deixava Clóvis Moura orgulhoso, pois ele sabia que "uma ideia só se transforma em força material quando ganha as massas". (Buonicore, 2020, p. 27)

Tal afirmação é a síntese da história de uma relação política que não foi construída de fora para dentro do movimento negro brasileiro, muito pelo contrário, pois, desde a década de 70, Clóvis Moura tornou-se um intelectual orgânico desses movimentos. Segundo o Professor Fábio Nogueira, ele esteve presente em momentos importantes da história das organizações negras do Brasil, colaborando com entidades como o MNU –

Movimento Negro Unificado e a UNEGRO[18], além de cerrar fileiras ao lado de nomes como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Hamilton Cardoso e Eduardo de Oliveira e Oliveira (Oliveira, F., 2016).

A intelectualidade brasileira, dedicada em pensar a identidade da nação na perspectiva das elites, abordou os dilemas das relações étnico-raciais e o lugar do negro, primeiro, a partir do paradigma racial (teoria da miscigenação) e, depois, partindo do paradigma cultural (referência na obra de Gilberto Freyre). Contudo, o drama das populações negras e o questionamento ao mito de que vivemos na maior democracia racial do mundo, embora já fosse estudado por intelectuais como Guerreiro Ramos, Virgínia Leone Bicudo, Oracy Nogueira e Florestan Fernandes, só foi amplificado na década de 50, a partir das pesquisas promovidas pelo Projeto UNESCO. Onde, imbuída por promover o debate sobre as questões étnicas no mundo após a tragédia da Segunda Guerra Mundial e a aventura eugenista do nazifascismo, e tendo o Brasil como referência de nação multiétnica "harmonicamente integrada", a agência da ONU receberá os relatórios de pesquisa de cientistas sociais como Florestan Fernandes e Roger Bastide – "Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo" de 1955, L. A. Costa Pinto - "O Negro no Rio de Janeiro" de 1953 e Thales Azevedo – "As Elites de Cor" de 1953. As conclusões de tais trabalhos derrubaram os pilares do mito da democracia racial brasileira dentro e fora do país. Haverá uma necessidade de: "reordenação teórica e metodológica por parte de alguns cientistas sociais [...] preocupados não apenas com o tema acadêmico, mas também com os problemas étnicos emergentes na sociedade brasileira e os possíveis conflitos raciais daí decorrentes" (Moura, 2019, p. 57).

> Aqueles conceitos de acomodação, assimilação e aculturação – conforme veremos depois –, que explicavam academicamente as relações raciais no Brasil, foram altamente contestados e iniciou-se um novo ciclo de enfoque desse problema. Verificou-se, ao contrário, que os níveis de preconceito eram muito altos e o mito da democracia racial era mais um mecanismo de barragem à ascensão da população negra aos postos de liderança ou prestígio, quer social, cultural ou econômico. De outra maneira, não se poderia explicar a atual situação dessa população, o seu baixo nível de renda, o seu confinamento nos cortiços e favelas, nos pardieiros, alagados e invasões, como é a sua situação no momento. (Moura, 2019, p.55)

Nas duas décadas seguintes, essa necessidade de uma revisão teórico-metodológica ampliou-se, onde o esforço intelectual de alguns estudiosos buscou

[18] A União de Negros pela Igualdade foi fundada em Salvador, em 14 de julho de 1988, e passou a ter, no momento de sua expansão nacional, com a implantação de um núcleo no estado de São Paulo na década de 90, Clóvis Moura como seu principal ideólogo (Oliveira, 2020).

ultrapassar os limites acadêmicos e alcançar os verdadeiros problemas étnico-raciais do Brasil. Assim, intelectuais como Clóvis Moura, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, L. A. Costa Pinto, Jacob Gorender, Lana Lage da Gama Lima, Luís Luna, Décio Freitas, Oracy Nogueira, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Joel Rufino dos Santos e Carlos A. Hasenbalg, dedicaram-se a estudar os conflitos raciais na sociedade brasileira deslocando o negro da condição de mero expectador para a de protagonista do processo histórico, bem como a revisão do nosso passado escravista e a condição econômica e sociocultural a que a população negra estava relegada.

As elaborações sociológicas sobre as relações étnico-raciais no Brasil a partir dos estudos promovidos para a UNESCO, não só representaram uma mudança de paradigma e a institucionalização das ciências sociais no Brasil, como propiciaram uma aproximação das categorias científicas à práxis das organizações negras que surgem neste contexto. E, assim, observa-se o início da participação da intelectualidade orgânica negra no processo dialético de construção do conhecimento acadêmico.

Entretanto, essa aproximação entre uma abordagem acadêmica histórico-crítica, que se propõe a contribuir com as mudanças sociais tão necessárias, e os setores sociais subalternizados em movimento, encontrará resistência por parte de alguns setores da universidade, fato que talvez explique a invisibilidade já mencionada, sofrida por Clóvis Moura no meio acadêmico. Pois, segundo Moura, "muitos cientistas sociais acadêmicos não aceitam, ainda, essa posição como válida cientificamente, mas apenas mensurável como ideologia, *bandeira de luta*, ponta de lança de ação e de combate" (Moura, 2019, 56-57). Para ele, existem "encontros e desencontros" neste processo de aproximação, pois, parte da universidade, ainda elitista, branca e distante das agências populares, defende uma ciência isenta e neutra politicamente, enquanto o movimento negro e outras organizações de setores sociais discriminados, sentindo o peso cotidiano da violência e do racismo, estão dispostos a radicalizar e promover a transformação da realidade econômica, racial e sociocultural do Brasil. Assim, afirma Clóvis Moura, "esse pensamento novo, elaborado pela *intelligentsia negra* (não obrigatoriamente por negros), tem a vantagem de ser testado na prática, enquanto o pensamento acadêmico servirá apenas para justificar títulos universitários" (Moura, 2019, p. 58).

Os movimentos de libertação dos países africanos nas décadas de 60 e 70, associados à atuação política com forte influência marxista de grupos como os Panteras Negras nos EUA e o CNA na África do Sul, também contribuíram para o momento de

reflexão, reelaboração e expansão da atuação política dos movimentos sociais ligados à luta negra no Brasil, pois a máscara do harmonioso pacto racial havia sido rasgada e isso potencializou a práxis negra.

Clóvis Moura, o cientista social negro[19] invisibilizado pela academia, mas reconhecido como um teórico da práxis negra pelas principais entidades do movimento negro criadas entre as décadas de 70 e 80, não só testemunhará o surgimento destas, mas atuará como um importante colaborador do Movimento Negro Unificado – MNU[20] e da União de Negros pela Igualdade – UNEGRO, por exemplo. Pois, como afirma o Professor Dennis de Oliveira, no prefácio da 3ª edição de Dialética Radical do Brasil Negro:

> O pensamento de Moura foi a base da elaboração de projetos políticos de várias entidades do movimento negro. Nos anos 1990, somente a Unegro assumia-se publicamente como seguidora do pensamento moureano. Após 2000, há uma recuperação do pensamento de Moura em várias entidades de jovens negros, como o Círculo Palmarino, o Quilombagem e o Coletivo Quilombação, fundado em 14 de dezembro de 2013 em uma atividade de celebração dos dez anos de falecimento de Moura. (Oliveira, 2020, p. 17).

Para Clóvis Moura, a antropologia teve papel crucial no estabelecimento de uma ideologia revestida de uma racionalidade eurocentrada, que foi determinante para a formação do pensamento social brasileiro como legitimador do colonialismo, pois "a sua posição eurocêntrica e umbilicalmente ligada à expansão do sistema colonial deixou, como não podia deixar de ser, uma herança ideológica que permeia e se manifesta em uma série de conceitos básicos" (Moura, 2019, p. 61)

Assim, Moura nos ensina que o problema não se expressa apenas na fundação da antropologia enquanto ciência no Brasil, mas, principalmente, na formação do nosso

---

[19] Clóvis Moura, embora fosse um mestiço de pele clara que, na passabilidade racial brasileira, poderia ser confundido como um indivíduo branco, sempre se autodeclarou negro, reconhecendo a importância política deste posicionamento. Sobre essa atitude assumida por Moura, o historiador Augusto Buonicore, na apresentação da 2ª edição (republicada na 3ª edição) do livro Dialética Radical do Brasil Negro, reproduz o relato do Professor Kabengele Munanga, ao conhecer Clóvis Moura em 1976: "[...] O que mais me impressionou, foi ele se referir ao negro na primeira pessoa do plural 'nós negros', ao invés de falar na terceira pessoa 'ele negro', 'eles negros'". E concluiu, "usava a primeira pessoa para deixar claro ao público presente, que ele também, embora mestiço claro, considerava-se negro" (Buonicore, 2020, p. 22).

[20] O MNU foi fundado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em 18 de junho de 1978. Segundo Clóvis Moura (2020), num ato público que "reuniu mais de três mil negros e membros de entidades democráticas", funda-se uma organização negra que se autonomeia como movimento, o que "remete-nos aos eventos de dinâmica social e racial, como as insurreições do século XIX em Salvador" (Moura, 2020, p. 291). E, para Moura, esse movimento foi o que "apresentou inicialmente a proposta mais radical em termos de mudança social, isto é, de dinamização da nossa estrutura, incluindo e enfatizando ou priorizando as modificações radicais nas relações raciais e sociais" (Moura, 2020, p. 291).

pensamento social e na maneira como os conceitos antropológicos cumpriram, “de forma transparente, outras vezes em diagonal, a sua função de ciência auxiliar de uma estrutura neocolonizadora” (Moura, 2019, p. 65). De modo que, conceitos como sincretismo, primitivismo fetichista, acomodação, assimilação e aculturação foram determinantes para dissimular e atenuar os conflitos, segregar os não brancos e neutralizar qualquer radicalismo das populações negras, sem promover quaisquer transformações nas relações de produção ou nos pilares fundamentais da estrutura social, diluindo tudo na espessa névoa do mito de uma democracia racial.

> Mas, com esses argumentos, consegue-se deixar de analisar como foi ordenada socialmente essa população poliétnica e quais os mecanismos específicos de resistência à mobilidade social vertical massiva que foram criados contra os contingentes populacionais discriminados por essa estrutura. Esquecem-se de que esses segmentos populacionais eram componentes de uma estrutura escravista, inicialmente, e de capitalismo dependente, em seguida. Com essas duas realidades estruturais durante o transcurso da nossa história social foram criados mecanismos ideológicos de barragem aos diversos segmentos discriminados. (Moura, 2019, p. 94)

3.3 - População negra e racismo no capitalismo dependente

Como afirma Dennis de Oliveira, Clóvis Moura: “é um pensador que coloca no centro da estrutura social brasileira, o racismo” (Oliveira, D., 2016, p. 7). Assim, irá denunciar o apagamento histórico sofrido pelo negro no Brasil, além de escarnecer as feridas ocultas sob o manto do mito da democracia racial. Revelando que esse mesmo indivíduo, invisibilizado por uma academia branca e elitista, sendo representado no pensamento social e no imaginário popular, como símbolo do atraso e da desgraça da nação, é revestido de uma potência político-contestadora que é confirmada por uma permanente práxis de resistência.

> A constante resistência da população negra ao racismo (que faz da sua própria existência uma resistência sistêmica) confere a esta uma singularidade na dinâmica da totalidade social brasileira que só pode ser apreendida pela sociologia da práxis. Mais que isto, com o foco centrado nesta práxis de resistência constante, o pensamento moureano não só é uma síntese das lutas históricas de negras e negros contra o racismo como parte desta própria luta. Não é à toa que uma intelectualidade acadêmica hegemonicamente branca (mesmo com parcela desta sendo simpática a luta contra o racismo), relutante em abrir mão de seus próprios privilégios raciais, se incomodou com uma episteme como esta construída por Moura. (Oliveira, D., 2016, p. 9)

Na introdução da obra As injustiças de Clio de 1990, Clóvis Moura afirmará que o negro foi um grande desconhecido ao longo de todo o percurso histórico do Brasil, onde

apenas se reafirmou a sua condição de escravo, como se a subserviência e a aptidão para os trabalhos pesados e menos refinados lhe fossem inatos. De modo que: “todos os antigos preconceitos bíblicos, cientificistas ou racistas foram unidos, compactados e aplicados na análise do comportamento da população negra” (Moura, 1990, p. 12).

> A sociedade de modelo de capitalismo dependente que substituiu a de escravismo colonial, consegue apresentar o problema do Negro no Brasil sem ligá-lo, ou ligá-lo insuficientemente, às suas raízes históricas, pois tal ligação diacrônica remeteria o estudioso ou interessado ao nosso passado escravista. O sistema competitivo inerente ao modelo de capitalismo dependente, ao tempo em que remanipula os símbolos escravistas contra o negro procura apagar a sua memória histórica e étnica, a fim de que ele fique como homem flutuante, ahistórico.” (Moura, 1983).

Um apagamento histórico que se revela fundamental para a manutenção das relações de poder em uma sociedade de classes como a brasileira. Pois, revelar a história do negro na escravidão, significa, por exemplo, resgatar o sentido revolucionário dos quilombos[21] ou o poder desafiador das insurreições negras ao sistema escravista. Aliás, o medo de uma insurreição negra agia, e ainda hoje age, como elemento fomentador de mais violência por parte das elites opressoras. E isso pode ser tragicamente constatado na forma violenta como o Estado controla e reprime as periferias Brasil a fora, ou nos números estarrecedores do genocídio da juventude negra.

Cabe destacar, que Moura relaciona tal apagamento histórico à ideologia do branqueamento, que determinou o lugar de inferioridade da população negra no imaginário social brasileiro, além de ter sido decisiva para a divisão social do trabalho, e ao mito da democracia racial, que busca minimizar os conflitos de classe e transformar o oprimido em um elemento reprodutor da opressão, no capitalismo dependente.

> Essa divisão social do trabalho no Brasil, transformada em ideologia considerada democrática pelos interesses do colonizador, inicialmente, e das classes dominantes brasileiras atuais, ciclicamente aproveitada e dinamizada, introjetou-se, de certa forma, na consciência do colonizado, do oprimido, transformando-o muitas vezes em reflexo e transmissor passivo do seu conteúdo. Essa ideologia de dar as costas às origens étnicas do negro, isto é, a formação de uma sociedade supostamente aberta vem acompanhada do mito da democracia racial que é um elemento desarticulador da consciência crítica

[21] Os quilombos representaram e, seguramente ainda representam (em suas novas formas de organização e associativismo) não só uma resposta imediata de acolhimento e garantia da vida, mas também a possibilidade de construção de uma outra sociabilidade, de modos de produção comunitários, com uma economia que atenda a coletividade e uma organização defensiva contra seus agressores. Pois, segundo Clóvis Moura, as diferentes formas de resistência negra (os quilombos, a religiosidade, as festas, o seu jeito de falar, de comer, de ganhar dinheiro e outras formas de organização), no contexto de uma sociedade competitiva que, através do racismo, excluí e subalterniza, representarão a resistência social e política desta população.

> e revolucionária do negro brasileiro. A chamada democracia racial é, portanto, suporte ideológico no qual se assenta uma política discriminatória, racista, de extermínio físico e social contra o negro brasileiro. (Moura, 2023, p. 59)

O debate sobre o mito da democracia racial brasileira nos leva, inevitavelmente, à discussão da meritocracia como um dispositivo dissimulador da desigualdade, onde a miséria, o desemprego e toda sorte de privações, que majoritariamente atingem a população negra, se deslocam do plano sistêmico da formação e desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil, para o plano do indivíduo, ou seja, a falta de mérito explica as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos.

> O conceito de democracia racial torna possível criar-se a imagem de que o dinamismo da sociedade brasileira se realiza de tal forma que se os negros estão atualmente na situação em que se encontram é por culpa sua, pois as oportunidades são idênticas para uns e outros. É verdade que ao se colocar o problema de forma extrema como o colocamos, há, sempre, de permeio, como resposta uma verbalização democrática, liberal, que repete o velho slogan de que o que há são simples excessos que podem ser corrigidos, mas, no fundamental, já plantamos a maior democracia racial do mundo. (Moura, 1983, p. 129).

Uma realidade que discrimina e apresenta o negro como mau por não ter alcançado o mérito da ascensão social, mas que se apresenta de forma dissimulada, ideológica, para atuar no inconsciente coletivo, mantendo o aspecto de liberdade e igualdade de oportunidades para todos, sendo extremamente funcional ao capitalismo dependente. Assim: “desta forma, ao tempo em que estabelece mecanismos de defesa capazes de impedir que o negro ascenda socialmente, apresenta-o como incapaz, em virtude de não ter aproveitado as oportunidades que lhe são oferecidas para nivelar-se ao branco” (Moura, 2021, p. 73).

Da mesma maneira, aqueles indivíduos que, ao tomarem consciência da realidade que os oprime, assumindo uma práxis política contestatória e insurgente, são tidos como radicais, perigosos, ou mesmo ingratos, por não aceitarem a benevolência de uma democracia racial que até lhes permitem adentrar na casa grande, desde que não passem da cozinha.

> Para a sociedade branca eles não têm mais aquele comportamento rotineiro que — segundo o seu pensamento — deviam ter eternamente; aquele comportamento tradicional de subalternidade que a classe senhorial simbolizava na Mãe Preta e no Pai João. Essa camada negra que surge e toma consciência dos problemas suscitados pela “situação racial” do Brasil, passa a ser encarada como “mal-comportada”, “ousada”, que “não sabe ficar no seu lugar”, que “se julga branca” ou deseja aquilo a que não tem direito. (Moura, 2021, p. 66).

Segundo Clóvis Moura, era necessário responder a seguinte questão: quais as razões que tornam o negro um mau cidadão? Como se desenvolveu o processo de marginalização do negro brasileiro, ora dissimulado e outras vezes violento e explícito, capaz de contribuir para a ampliação de um abismo para além da franja social, onde as populações negras foram lançadas, encontrando-se em desvantagem, mesmo entre os mais baixos estratos sociais, também superexplorados e alijados dos mecanismos de decisão e de poder, contudo, fenotipicamente marcados por indivíduos mais claros ou menos escuros?

Para Moura, na medida em que o negro começa a disputar espaço na sociedade competitiva, no capitalismo dependente, assumindo uma posição de contestação ao comportamento de subalternidade que lhe foi atribuído pelos valores herdados do pensamento senhorial escravista, questionando conscientemente a sua situação racial, socioeconômica e a própria ideologia que as sustentam, passa a ser considerado perigoso e inconveniente, lhe cabendo o mesmo tratamento violento dispensado às massas escravizadas rebeldes.

> Essa camada negra que surge e toma consciência dos problemas suscitados pela "situação racial" do Brasil, passa a ser encarada como "mal comportada", "ousada", que "não sabe ficar no seu lugar", que "se julga branca" ou deseja aquilo a que não tem direito. Devido não ser mais a serviçal de antigamente é tida como composta de negros que "quando não sujam na entrada, sujam na saída". Todas as representações contra o negro se descarregam nessa camada que não mais aceita a hipocrisia de nossa "democracia racial" e exige o seu lugar como cidadão na atual sociedade. As camadas deliberantes e/ou que lhes são ideologicamente subalternas dinamizam, nos diversos níveis da sociedade, a imagem deformada do negro que passa a ser ampliada, na medida em que, em contrapartida, ele dinamiza a ideologia contestadora. (Moura, 2021, p. 60)

A brutalidade da escravidão, onde a violência permeava as relações entre a classe senhorial e a escrava, ainda que existissem mecanismos que buscassem atenuar os níveis de intensidade dos confrontos, como no caso da Igreja Católica que, atuando como aparelho ideológico, buscava convencer e pacificar o escravo na sua condição de cativo, enquanto tentava racionalizar ação repressora dos senhores, impôs ao negro, especialmente os de eito (do trabalho braçal nas minas e nas lavouras) e os das cidades a necessidade da insurreição como forma de sobrevivência cultural e, principalmente, biológica. Assim, segundo Clóvis Moura (2023), o negro foi, no escravismo, e ainda o é, no modelo de sociedade competitiva de capitalismo dependente, o maior elemento de tensão e rebeldia contra os sistemas.

> Isto é: a negritude como método de observação participante representa a unidade entre a teoria e a prática no sentido de desalienar não apenas as populações negras, mas todos aqueles estratos populacionais que, de uma maneira ou de outra, se sentem oprimidos e/ou marginalizados pelo sistema dominante em qualquer parte. (Moura, 2023, p. 191).

Nesta trajetória de mobilizações, insurreições e resistência, Clóvis Moura vai demonstrar que o movimento negro, quase sempre se constituiu de muitas camadas em disputa. Onde, as estratégias de sobrevivência nem sempre foram disruptivas ou se deram no plano da contra violência, pois algumas vezes elas foram expressas na forma de conciliação com a classe opressora.

Tal realidade, segundo Moura (2019), pôde ser verificada no final escravismo tardio[22], por exemplo, onde o movimento abolicionista, que se articula em âmbito nacional a partir de 1883, através da Confederação Abolicionista, geralmente de perfil urbano, conciliador e crítico das insurreições violentas, buscava se distanciar da realidade dos quilombos e dos agrupamentos insurgentes. Onde, Clóvis Moura vai identificar uma mudança no padrão de mobilização e contestação negra ao regime, que antes, na primeira fase do escravismo, foi marcado por violentos movimentos de insurreição e por estratégias de agrupamento e sobrevivência como os quilombos, mas que, agora, com a desarticulação da classe escravizada no contexto da Guerra do Paraguai, perde "aquele *éthos* de rebeldia antiga" (Moura, 2019).

> [...] o comportamento do negro escravo é bem diferente daquele que proporcionou a formação de Palmares, no século XVII, e as insurreições baianas do século XIX. Nessa segunda fase, já não se aproveitam da guerra para se livrarem dos seus senhores, como fizeram aqueles que iriam formar Palmares durante a ocupação holandesa ou como aqueles negros que durante a luta pela independência, na Bahia, fugiram para as matas, escapando ao controle dos seus senhores. (Moura, 2019, p. 309).

[22] Clóvis Moura (2019) define o escravismo tardio como o período de transição dos últimos anos do regimente escravista, já bastante esfacelado diante da pressão das mudanças socioculturais e econômicas, traduzidas nos ideais liberais, no deslocamento da cena política para as áreas urbanas em franca expansão e na modernização das relações de produção, para o sistema capitalista nascente. E sobre esse processo de transformações, que se inicia em 1851, após a primeira fase do escravismo que se encerrou com o regime colonial, e vai até a abolição da escravidão, ele afirma: "modificações profundas se verificaram na economia mundial que passou da fase da exportação de mercadoria para a de exportação de capitais. Os mecanismos reguladores e o comportamento quer da economia interna, quer daquelas nações das quais éramos dependentes, também se modificaram" (Moura, 2019, p. 277-278). Onde, o Brasil experimentou um processo de modernização implantado de fora para dentro, mas sobre as bases de uma sociedade ainda marcada por um longo período de escravismo, ou seja, uma modernização assentada sobre padrões societários arcaicos.

Clóvis Moura afirma que a Guerra do Paraguai, que atendeu aos interesses do imperialismo inglês, também representou uma oportunidade para o Império e a classe senhorial brasileira arrefecer, ainda que de forma provisória, a crise que se estabeleceu com a contestação abolicionista ao regime escravista, aliada à uma das principais questões das classes dominantes e dirigentes na passagem do escravismo para um modelo de capitalismo dependente: a necessidade de transformação da mão de obra escravizada em assalariada, com o fim do tráfico negreiro e o aumento da demanda de mão de obra surgida nas lavouras de café do Oeste Paulista. Assim, apelando ao sentimento de patriotismo da nação, mas garantindo mecanismos indenizatórios aos proprietários de escravos, o governo, depois de diversas iniciativas para agregar contingentes de voluntários, transformou de forma compulsória a classe escravizada e os indígenas em força completar de combate. Com isso, buscaram também, uma solução infame para o projeto de branqueamento da nação, pois os não brancos enviados à guerra eram estrategicamente colocados e exterminados na linha de frente dos combates. Sobre essa trágica realidade, Clóvis Moura cita o texto de Júlio José Chiavenato na obra O Negro no Brasil: Da Senzala à Guerra do Paraguai:O pós-guerra vai representar um cenário de aprofundamento da dependência do Brasil ao poder monopolista inglês, pois, segundo Clóvis Moura, citando Leon Pomer na obra Paraguai: nossa guerra contra esse soldado, o Brasil ficou economicamente esgotado, tendo que "recorrer aos empréstimos ingleses. Entre 1871 e 1889, contrai dívidas que montam a 45.504.100 libras. Seu comércio exterior está dominado por capitalistas britânicos. O café, seu principal produto de exportação, foi monopolizado" por firmas britânicas e "em 1875, do volume de comércio de toda a América Latina com a Inglaterra, 32% das exportações e 40% das importações cabe ao Brasil Império" (Pomer apud Moura, 2019, p. 368-369).

Neste contexto, com a aprovação de medidas jurídicas em favor da classe escravizada e com uma hábil mudança de comportamento das classes dominantes, trocando a violência dos confrontos por uma atitude mais paternalista, retira-se o debate sobre o fim da escravidão do plano do radicalismo da luta negra para o plano legislativo e jurídico. E assim, de forma geral, a luta abolicionista, com algumas exceções, torna-se refém do jogo das articulações políticas e das concessões passivas, se distanciando da realidade concreta da população negra escravizada nas fazendas ou livre na miséria dos cortiços e das ruas das grandes cidades.

> Todo o racismo embutido na campanha abolicionista vem, então, à tona. Já não se trata mais de acabar com a escravidão, mas de enfatizar que os negros

> eram incapazes ou incapacitados para a nova etapa de desenvolvimento do país. (Moura, 2019, p. 116)

Ao analisar a evolução das organizações negras no percurso da história do Brasil, Clóvis Moura vai destacar que tais dicotomias sempre estiveram presentes, onde as frações da população negra convergem ou divergem na luta contra o racismo e na busca pela sobrevivência cotidiana.

Um exemplo disso, foi a análise que Moura fez sobre a comunidade negra na cidade de São Paulo, e que expandiu para as áreas urbanas de Rio de Janeiro e Minas Gerais, até o ano de 1990, onde observou a existência de dois universos negros com realidades socioculturais e econômicas bastante distintas. Um universo que denominou de *letrado*, constituído pelos extratos médios da sociedade e representado por estudantes universitários, servidores públicos, indivíduos dos meios artísticos e esportivos, além da área política. E um outro universo que denominou de *plebeu*, composto pelos extratos mais pobres e marginalizados, representado por favelados, desempregados, subempregados, delinquentes e pessoas em situação de rua. Dois universos negros que, geralmente, ocupam áreas geográficas distintas da zona urbana e onde as interações sociais são, quase sempre, conflitantes.

> As diferenças de expectativa de vida, comportamento e conduta, racionalizações ideológicas consequentes, as aspirações socioculturais têm valores e, por isso, objetivos diferentes e muitas vezes antagônicos nesses dois universos negros. E essas diferenças de comportamento dos dois universos estão permeadas pelo universo branco. No universo letrado, os valores brancos de educação, etiqueta, saber, lazer e outros são incorporados, total ou parcialmente, pelos seus membros; o segundo, plebeu, rejeita os valores do universo branco como prática, não conscientemente (visão ideológica), mas por impossibilidade de projetá-lo e/ou atingi-lo mesmo como projeto utópico, porque não tem condições de sequer pensá-lo nem condições de elaborá-lo como projeto de vida social e/ou individual. (Moura, 2020, p. 286).

Outro aspecto realçado por Moura, está relacionado às expectativas de vida e à forma como o universo *plebeu* reconhece e incorpora as pautas ideológicas e raciais difundidas pelo universo *letrado*. Pois, segundo Clóvis Moura, o distanciamento social[23] do universo mais privilegiado, da realidade concreta vivida pelo marginalizado, onde "ele é visto como um elemento instrumental sobre o qual a camada *letrada* negra deve atuar,

[23] Clóvis Moura (2020) afirma que tal distância, expressa nas diferenças sociais e ideológicas entre os segmentos *letrado* e *plebeu*, representa o entrave para a unidade necessária, na perspectiva da construção coletiva das propostas de resolução dos problemas do negro, conectadas aos dilemas da classe trabalhadora e dos setores marginalizados, ambos majoritariamente negros.

considerando-o elemento de estudo, sem uma vinculação estrutural e especialmente dinâmica com o mesmo" (Moura, 2020, p. 286), dificulta o reconhecimento e a aceitação de tal agenda por esse segmento subalternizado.

E será, neste rasgo criado entre os dois segmentos negros, que a ideologia racista e os valores hegemônicos da burguesia serão difundidos. Tal realidade, segundo Moura, pode ser facilmente constatada no período eleitoral, por exemplo, onde o negro *plebeu* dificilmente adere aos programas e vota nos candidatos que incorporam a pauta racial do universo negro letrado. Onde, por falta de identificação ideológica ou de representatividade, bem como, pelas necessidades imediatas que uma vida de privações impõe (e que o paternalismo político oportunista se apressa em satisfazer), prefere eleger representantes da classe social dominante e, geralmente, brancos.

Moura informa que, mesmo dentro do universo negro *letrado*, existe "um verdadeiro gradiente ideológico que vai da mentalidade conservadora, puritana e conformada de certas famílias [...] até os grupos de jovens negros que elaboram uma ideologia racial radical revolucionária ou de reformismo social" (Moura, 2020, 290). Contudo, de forma geral, o pensamento social que prevalece na camada *letrada* é incapaz de ligar o debate racial às desigualdades e aos conflitos de classe e posiciona o racismo como "fruto de um sentimento inato do branco contra o negro (e neste caso o problema seria insolúvel) ou de elementos culturais e estéticos" (Moura, 2020, p. 303). Enquanto, o universo negro *plebeu* experimentará de forma crua a função social do racismo na sociedade competitiva, sentindo na pele, de forma direta e implacável, a indiferença, a violência e a falta de oportunidades que o "lesa no dia a dia, na disputa de cargos, empregos, salários, espaços sociais que lhes são negados [...] um mecanismo seletivo que visa a barrá-lo, preteri-lo e discriminá-lo no processo inexorável de competição da sociedade capitalista" (Moura, 2020, p. 303).

> É neste complexo sociocultural contraditório e ambíguo, quer econômica, quer etnicamente, que os movimentos negros devem atuar, procurando, muitas vezes, concentrar a sua dinâmica em particularidades, como o preconceito de cor (racismo), a discriminação no mercado de trabalho, o casamento interétnico e a violência policial. Mas, segundo pensamos, falta-lhes uma política globalizadora e dialética do problema, capaz de apresentar elementos analíticos e conclusivos sobre esse universo negro que se biparte e desse outro universo que a ele se contrapõe, o universo branco, em que se choca com o primeiro já dividido pela situação na qual os negros se situam na alocação de classes sociais no sistema capitalista, em uma sociedade poliétnica e com uma cultura herdada ainda em grande parte do sistema escravista. (Moura, 2020, p. 319).

Cabe destacar que Moura abre espaço para o protagonismo negado ao negro, negação que se apresenta mesmo no campo da esquerda brasileira. Um protagonismo que está para além da cena cultural. e que coloca o negro e o debate sobre o racismo no centro da elaboração e da ação militante anticapitalista (um lugar, até então, de privilégio branco). E, por fim, nos aponta o caminho para a superação de tais contradições, pois ela só será possível com a construção da unidade entre os dois universos negros (o privilegiado e o marginalizado), onde as organizações negras tem um papel estratégico, ultrapassando as abordagens meramente culturalistas e a visão fragmentada da realidade sociorracial, onde as categorias de raça e classe deverão, de forma articulada, ser a base para o pensamento dialético e a ação radical da comunidade negra, agora ampliada na noção de classe trabalhadora, contra o sistema de exploração capitalista.

A obra de Clóvis Moura representa um vasto legado, portanto, não só para a compreensão da história e do protagonismo do povo negro contra os sistemas sócio-políticos e econômicos que o exploram e oprimem, através de suas estratégias organizativas de resistência e de luta, mas, também, para desvelarmos os mecanismos culturais e ideológicos da sociedade brasileira que sustentam a dominação das frações de classe privilegiadas. Uma ideologia racista que, segundo Moura (2019), racionalizada e travestida de uma imparcialidade acadêmico-científica, serviu de argumento para as elites justificarem, não só as desigualdades e a divisão sociorracial, como também a violência contra as camadas subalternizadas e que "representa os resíduos da superestrutura escravista, e, ao mesmo tempo, sua continuação, na dinâmica ideológica da sociedade competitiva que a sucedeu".

Tal dominação e fracionamento a que nos referimos, complexifica e compromete a construção da unidade de classe, e, consequentemente, a transformação radical da sociedade. Onde a mudança deve alcançar as forças produtivas, o modelo de desenvolvimento e distribuição dos bens produzidos, mas, principalmente, a maneira como nos reconhecemos e nos integramos racialmente. Pois o modelo desigual e excludente da sociedade capitalista dependente brasileira se sustenta, não só pela subserviência ao capitalismo hegemônico, mas por sua sociabilidade extremamente violenta e segregacionista contra a grande maioria da população, marcadamente negra (pretos e pardos) e pobre. Uma sociabilidade que foi fruto da "reformulação dos mitos raciais reflexos do escravismo no contexto da sociedade de capitalismo dependente que a sucedeu, reformulação que alimentou as classes dominantes do combustível ideológico

capaz de justificar o peneiramento econômico-social, racial e cultural" (Moura, 2019, p. 37).

O conjunto de valores herdados do nosso passado escravista, preservados no contexto do que Moura (2020) chamou de "escravismo tardio", e no modelo capitalista dependente brasileiro que se inicia, desenvolvendo-se em bases arcaicas, onde "a sociedade acumula, assimila e dinamiza aquilo que o desenvolvimento material, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou, de outro lado, as relações entre os homens no processo de trabalho continuaram atrasadas e correspondentes a um estágio anterior" (Moura, p. 82), será o esteio onde se consolidará o preconceito sobre o negro e o mulato enquanto elementos marginais e de segunda categoria, além da ideia de que tais indivíduos só se prestam aos trabalhos braçais e infames.

> Como vemos, se de um lado os negros egressos das senzalas não eram incorporados a esse proletariado nascente, por automatismo, mas iriam compor a sua franja marginal, de outro, do ponto de vista ideológico, surgia, já como componente do comportamento da própria classe operária, os elementos ideológicos de barragem social apoiados no preconceito de cor. E esse racismo larvar passou a exercer um papel selecionador dentro do próprio proletariado. (Moura, 2019, p. 98)

O que Moura chama de franja marginal representa, nos dias de hoje, um lugar de regressão e indigência social que coloca o negro da sociedade competitiva capitalista dependente próximo à condição do antigo escravo. Uma condição que, mesmo nas regiões em que o desenvolvimento capitalista se processou de forma lenta e extremamente desigual, representando áreas petrificadas na miséria do subdesenvolvimento de uma economia dependente e heterônoma, coloca a grande maioria da população negra nos últimos estratos sociais, ou, como se define no limite das camadas mais pauperizadas da sociedade, abaixo da linha da pobreza.

As restrições impostas à população negra, criadas pelas barreiras sociais parametrizadas pelo racismo, bem como o lugar de subalternidade e controle da classe trabalhadora, tão necessário à manutenção dos padrões de superexploração e acumulação das sociedades capitalistas dependentes, bloqueiam a sua mobilidade vertical massiva, impedindo a interrupção do ciclo de pobreza e miséria entre as muitas gerações.

Além disso, a manutenção desta grande parcela da população, no que eu chamo de abismo para além da periferia, representa uma das faces da estratégia do sistema capitalista dependente brasileiro, para a contenção dos conflitos de classe e a manutenção do controle, onde os estratos sociais intermediários sempre buscarão se distanciar da

borda. E, almejando o topo da pirâmide, reproduzirão a lógica da divisão social do trabalho estruturada a partir de uma hierarquia étnico-racial.

Assim, podemos afirmar que no Brasil, no contexto da entrada de mão de obra imigrante e da formação de uma classe trabalhadora livre e assalariada, a inserção das populações negras se deu de forma fraturada e extremamente desigual, pois na lógica da competitividade e da meritocracia, tais indivíduos já carregavam a marca da incapacidade na cor da pele. E, segundo Clóvis Moura, "o negro e outras camadas não brancas não foram, assim, incorporados a esse proletariado incipiente, mas foram compor a grande franja de marginalizados exigida pelo modelo do capitalismo dependente que substituiu o escravismo" (Moura, 2019, p. 98).

> O problema não era apenas importar mão de obra, mas sim membros de uma raça mais nobre, ou melhor, caucásica, branca, europeia e, por todas essas qualidades, superior. A ideologia do branqueamento permeia então o pensamento de quase toda a produção intelectual do Brasil e subordina ideologicamente as classes dominantes. Importar o negro, isso ficava fora de qualquer cogitação. Em 1920 (ano inclusive em que entra a imigração sistemática de japoneses, em face da dificuldade de se importar mão de obra europeia em consequência da Primeira Guerra Mundial), foi realizada uma pesquisa para saber se o imigrante negro seria benéfico ao Brasil ou não. A pesquisa foi feita pela Sociedade Nacional de Agricultura e as conclusões foram de que ele seria indesejável. Nas respostas negativas funcionava a mesma ideologia de barragem das elites pré-Abolição. (Moura, 2019, p. 117)

Para sustentar a afirmação anterior, precisamos recorrer à análise de Clóvis Moura sobre a forma como o mito da democracia racial se conecta à ideia do mérito para sustentar e escamotear a ideologia racista no modelo capitalista dependente brasileiro, de modo a garantir a divisão sociorracial do trabalho e a manutenção de um grande contingente de reserva de mão de obra. Onde, as classes dominantes sustentam a ideia de um mercado de trabalho livre e competitivo, desenvolvido no interior de uma grande democracia racial, onde todos têm as mesmas oportunidades e, portanto, os marginalizados e excluídos estão nesta situação por sua própria inferioridade econômica e sociocultural.

> É justamente porque as classes dominantes querem manter o aspecto de igualdade no mercado (todos são "livres" para vender a sua força de trabalho) que mantêm esse racismo larvar, difuso e não codificado, mas que atua dinamicamente e funciona no sentido de manter a aparência de que é o próprio negro que não tem condições, por si mesmo, de chegar aos estratos superiores e deliberantes, pois a democracia racial que temos lhe proporciona as oportunidades necessárias para isto. Desta forma, ao tempo em que estabelece mecanismos de defesa capazes de impedir que o negro ascenda socialmente, apresenta-o como incapaz, em virtude de não ter aproveitado as oportunidades que lhe são oferecidas para nivelar-se ao branco. Oportunidades que a sociedade competitiva concede na mesma proporção a uns e outros, porém que ele não soube aproveitar. (Moura, 2021, p. 75)

Cabe destacar, que o subdesenvolvimento promovido pelo caráter dependente do capitalismo brasileiro, que se expressa na superexploração, na precarização do trabalho, na crise estrutural do emprego, no subemprego, no rebaixamento dos salários, aliado à hierarquia racial no mercado de trabalho, pressiona de forma muito mais intensa as populações não brancas.

Os trabalhadores são lançados numa arena, onde aqueles que alcançarem mais vantagens e privilégios na lógica competitiva de uma hierarquia racial do mercado (os brancos ou quase brancos), são cooptados e afastados de qualquer possibilidade de organização política ou de construção de uma consciência de classe. Enquanto os negros (pretos ou quase pretos) e os indígenas são empurrados para o precipício depois da margem, constituindo uma massa de excluídos que pressiona o valor da força de trabalho para baixo, rebaixando, assim, o valor da força de trabalho branca, resultando num aumento da acumulação de capital.

Assim, essa massa de trabalhadores marginalizados terá acesso aos piores empregos, estarão submetidos a condições precárias de trabalho e, por conta do baixo valor da sua força de trabalho (insuficiente para a sua subsistência e para a manutenção de sua família) sequer conseguirá garantir a sua reposição, arcando com os custos de sua reprodução. Numa lógica perversa de reprodução da pobreza através das gerações das famílias.

Considerações finais

Encerramos esta jornada de escrita esperando termos contribuído, dentro dos nossos limites e possibilidades, para o entendimento dos determinantes históricos do racismo estrutural, bem como, através da intersecção das análises dos diferentes intelectuais com os quais buscamos dialogar, para a compreensão da discriminação racial como um elemento funcional e justificador da violência e da exploração do sistema capitalista dependente brasileiro.

Acreditamos que a obra de Clóvis Moura é inovadora por associar a raça ao mais valor e ao capital, e por propor a superação do capitalismo e a constituição uma nova ordem social baseada numa cosmovisão contra colonial e socialista, onde o negro, enquanto classe trabalhadora subalternizada e testemunha da violência étnico-racial protagonizada por uma classe burguesa heterônoma e arcaica, assume a centralidade de um praxismo revolucionário.

Diferentemente das abordagens do marxismo clássico, onde o escravizado é visto como alguém coisificado (um objeto), em Moura, ele é referenciado como sujeito histórico e dinâmico na sua rebeldia, numa aproximação com a elaboração de Fanon, onde o sujeito escravizado age na contra violência. E nesta perspectiva, Clóvis Moura afirma que os movimentos libertários da América Latina não foram mais radicais porque não incorporaram a luta negra em todas as suas dimensões.

Moura nos ensina que o primordial é o conhecimento da luta de classes e não da história perfumada das elites. De modo que, a história do povo é a história do trabalho em todas as suas dimensões, logo, a história do Brasil, que sempre nos foi negada, é a história do trabalho na escravidão na perspectiva da luta dos escravizados, negros, mestiços e indígenas, contra o regime que os desumanizava. E assim, no transcorrer do tempo, na relação de exploração do trabalho em bases capitalistas, são esses mesmos sujeitos que continuam a escrever a história do povo brasileiro.

Concluímos que o padrão de dependência do capitalismo brasileiro, onde a heteronomia econômica e cultural, a natureza compósita da burguesia e o padrão de expropriação repartida que intensificam a superexploração da classe trabalhadora, é determinante no estabelecimento dos níveis de violência sociorracial contra a população

negra e periférica. E acredito ser essa a chave para a explicação do abismo a que me refiro no título deste trabalho.

O racismo não pode ser compreendido isoladamente, mas sim como um produto das relações sociais moldadas pela acumulação de capital, como mecanismo que potencializa a exploração e a dominação burguesa. A Teoria Marxista da Dependência é uma ferramenta essencial para interseccionarmos subdesenvolvimento, luta de classes e racismo na América Latina, África e Ásia, no contexto da sanha neoliberal, pois explica a dinâmica cada vez mais atroz de submissão do Estado ao capital e do etnocídio praticado contra as populações dessas regiões.

Assim, nos colocamos diante da necessidade de uma análise profunda e coletiva das complexas relações entre exploração econômica, racismo e dominação de gênero. Para construir saídas solidárias entre os explorados, é crucial desvendar como o racismo aliena a classe trabalhadora, criando uma falsa divisão que oculta a realidade da superexploração.

Num contexto em que o capital se apropria das pautas dos segmentos subalternizados, esvaziando-os no seu sentido dinâmico/radical e político, acredito que o legado de Clóvis Moura, alinhado ao trabalho de outros intelectuais do marxismo negro, é um instrumental valioso, para construirmos a luta antirracista com um olhar amplo sobre os processos sociais, sem renunciarmos à dialética como método de análise.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Marxismo e questão racial: dossiê Margem Esquerda, São Paulo: Boitempo, 2021.

BAMBIRRA, Vânia. Santos, Theotonio dos. Brasil: nacionalismo, populismo e ditadura. Cinquenta anos de crise social. In: CASANOVA, Pablo González. América Latina, história de meio século. Brasília: Editora UNB, 1988.

BAMBIRRA, Vânia. O capitalismo dependente latino-americano. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2023. (Série Pátria Grande, v. 2). E-book.

BUONICORE, Augusto César. Apresentação de. Dialética Radical do Brasil Negro. Clóvis Moura. São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 3ª ed., 2020.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini / Organizador: Niemeyer Almeida Filho. – Brasília: Ipea, 2013.

DIEESE. Boletim Especial - 20 de novembro de 2023 - Dia da Consciência Negra. Disponível em: *https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.html*

DIEESE. Boletim Especial - 30 de abril de 2024 - As dificuldades das trabalhadoras domésticas no mercado de trabalho e na chefia da família. Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/trabalhoDomestico.html

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas / tradução de Renato da Silveira - Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. Por uma revolução africana: textos políticos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FARIAS, Marcio. Clovis Moura e o Brasil: um ensaio crítico. – 1ª. Ed. -- São Paulo: Editora Dandara, 2019.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica - 5ª ed. - São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 4ª ed. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, Florestan. Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 1ª ed. Digital. São Paulo: Editora Global, 2013.

GONZALEZ, Lélia. Lugar de Negro. Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª ed. Zahar: Rio de Janeiro, 2020.

GORENDER, Jacob. A burguesia brasileira - 3ª ed. - São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik; Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

IANNI, Octavio. Revista Estudos Avançados da USP: v. 18 n. 50 (2004): O negro no Brasil. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9966/11538

LIMA, Kátia. Revista Katálysis: v. 20 n. 3 (2017): Ética e política. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592017v20n3p353/35087

LIMOEIRO, Miriam. O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. Org. Maria Angela D'Incao, Rio de Janeiro, 1987.

LUCE, Mathias Seibel. Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini / Organizador: Niemeyer Almeida Filho. – Brasília: Ipea, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. Desenvolvimento e dependência. Correio Braziliense, 1992. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marini/1992/mes/desenvolvimento.htm

MARINI, Ruy Mauro. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p.325-356, dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648/15300

MARINI, Ruy Mauro. La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil. Disponível em: https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/16060

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução / Ruy Mauro Marini – 1. ed. – Florianópolis, SC: Editora Insular, 2023. 272 p. (Série Pátria Grande, v. 1). E-book

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política - 3ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARX, Karl. O capital [recurso eletrônico]: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx; tradução Reginaldo Sant'Anna. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MESQUITA, Érika. Clóvis Moura (1925-2003). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 31, 2004. DOI: 10.9771/aa.v0i31.21080. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21080.

MESQUITA, Érika. Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira. Campinas, SP: 2002.

MOURA, Clóvis. As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

MOURA, Clóvis. A sociologia posta em questão. São Paulo: Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

MOURA, Clóvis. Brasil: as raízes do protesto negro. São Paulo: Editora Dandara, 2023.

MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro. São Paulo: Ed. Anita, 1994.

MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro. São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 3ª ed., 2020.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. Afro-Ásia, Salvador, n. 14, 1983. DOI: 10.9771/aa.v0i14.20824. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824

MOURA, Clóvis. O negro: de bom escravo a mau cidadão? São Paulo: Editora Dandara, 2021.

MOURA, Clóvis. Os Quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOURA, Clóvis. Racismo e luta de classes no Brasil - textos escolhidos de Clóvis Moura. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2020.

MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. 6. Ed. – São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020.

MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º seminário Nacional das Relações Raciais e Educação – PENESB – RJ, 05.11.2003.

OLIVEIRA, Dennis de. Prefácio de. Dialética Radical do Brasil Negro. Clóvis Moura. São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 3ª ed., 2020.

OLIVEIRA, Dennis de. Prefácio de. Clóvis Moura: trajetória intelectual, práxis e resistência negra. Fábio Nogueira de Oliveira. Salvador: EDUNEB, 2016.

OLIVEIRA, Dennis de. Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica. - 1ª. Ed. - São Paulo: Editora Dandara, 2021.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. Clóvis Moura: trajetória intelectual, práxis e resistência negra. Salvador: EDUNEB, 2016.

SANTOS, Antônio Bispo. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. Ed. Autêntica, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo. Quilombos, Modos e Significados. INCTI/UnB, Brasília, 2015.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. A luta antirracista é a luta de classes ou não será. Revista Jacobin, São Paulo, Ed. 7, Primavera de 2023.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente. -1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2020.

SOUZA, Mário. Revista Katálysis: v. 25 n. 2 (2022): Serviço social, racismo e classes sociais. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/84662

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se Negro. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

SCHWARCZ, L. M. O Espetáculo das Raças; Cientistas, Instituições e Questões Raciais no Brasil (1870-1930). 6º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TROTSKY, Leon. A História da Revolução Russa. São Paulo, Sundermann, 2007.